

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LENTE DE GÊNERO SOBRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE)**

ADENILDE DE SOUZA DANTAS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LENTE DE GÊNERO SOBRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE)**

ADENILDE DE SOUZA DANTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz.

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

D192l Dantas, Adenilde de Souza
Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE) / Adenilde de Souza Dantas ; orientadora Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, 2017.
170 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Educação – Gênero - Sergipe. 2. Poder - Educação. 3. Educadores – Sergipe. 4. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe. I. Cruz, Maria Helena Santana, orient. II. Título.

CDU 37:305(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

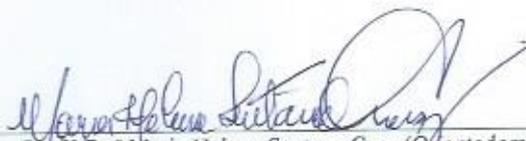


ADENILDE DE SOUZA DANTAS

“LENTES DE GÊNERO SOBRE O SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO
ESTADO DE SERGIPE (SÍNTESE)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca
Examinadora.

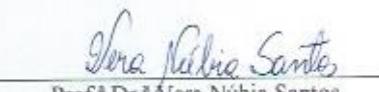
Aprovada em: 15.03.2017



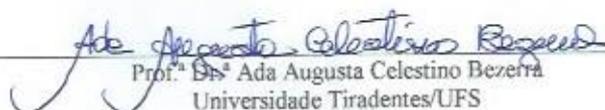
Prof.ª Dr.ª Maria Helena Santana Cruz (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS



Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias
Programa de Pós- Graduação em Educação/UFS



Prof.ª Dr.ª Vera Núbia Santos
Universidade Federal de Sergipe/UFS



Prof.ª Dr.ª Ada Augusta Celestino Bezerra
Universidade Tiradentes/UFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2016

Ao SINTESE, por seus 40 anos de existência, e a todas/os que dedicam e dedicaram suas vidas em prol de uma sociedade mais justa, diversa, equânime e melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter-me dado a vida, as oportunidades, a sabedoria e o discernimento;

À Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz, por ter-me recebido como sua orientanda e me apresentado as lições de como fazer pesquisa, as categorias Gênero, Trabalho, Educação, Feminismo e Patriarcado. Ela desvelou em mim o véu que me impedia de ver como, nós mulheres, somos vítimas diárias da violência simbólica e cúmplices dos nossos algozes. Além disso, me fez perceber que antes de ser sindicalista sempre fui feminista;

A todas/os funcionárias/os do Programa de Pós-graduação em Educação pela atenção e presteza, bem como, às/aos professoras/es do Mestrado em Educação pelos ensinamentos, especialmente aos professores Alfrancio Ferreira Dias, por seus incentivos e empenho no descortinar de nossas consciências sobre Gênero, Corpo e Sexualidade, e à professora Marizete Lucine pelo apoio de todas as horas e por ter-me despertado para o Mestrado em Educação.

A todas/os as/os colegas da turma de Mestrado em Educação, especialmente, a Sandra Santos de Jesus e a Danilo Oliveira, colegas queridos que sempre me apoiaram e compartilharam comigo momentos de muito aprendizado;

A Anabela Maurício de Santana (doutoranda em Educação) e Anir Maynard do Nascimento Dantas, amigas queridas, pela amizade de sempre e apoio incondicional de todas as horas.

Ao SINTESE, onde sempre aprendo com suas lutas e as/os companheiras/os de Sindicato por suas contribuições nas entrevistas e nos questionários, bem como a todas/os as/os funcionárias/os do Sindicato, notadamente a Maria Inês dos S. Souza, Priscila S. Costa, Débora Patrícia O. Rocha, Elda Gois, Diego Roberto C. de Oliveira e Wellington V. do Nascimento que sempre me receberam muito bem e possibilitaram o acesso aos documentos solicitados, dados e informações inerentes a esta pesquisa.

A toda equipe Diretiva da “Escola Estadual Poeta João Freire Ribeiro”, especialmente, à diretora Andrea Santos Costa e aos colegas da “Escola Municipal Major João Teles”, particularmente, à colega Galiana Pereira Vilela pela ajuda com o resumo em inglês e a diretora Eliude Batista de Araújo pelo apoio.

Aos meus pais, José Carlos da Paixão (*in memoriam*) e Adealda de Souza Paixão, por terem me dado a vida, o amor e por me propiciarem condições de estudar e ser quem sou hoje.

Ao meu esposo, José Alves Dantas Neto, e ao meu irmão, Gabriel Levi de Souza
Paixão, pelo suporte, amor e apoio incondicional de todas as horas.

A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração (SCOTT, 2005. p.15).

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar e dar visibilidade às relações de gênero, à construção das identidades das/os sindicalizadas/os do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), com destaque para os avanços na democratização das relações sociais. Devido à natureza do objeto, foi adotada a abordagem qualitativa de inspiração histórico-dialética, com ênfase nas dimensões macro-micro, coletivo-individual, objetivo-subjetivo, conflitos e contradições. A opção metodológica recaiu pelo estudo de caso por meio da consulta a diferentes fontes de informação: revisão da *literatura pertinente*; *documentos* do banco de teses da Capes e de Teses dos Congressos do SINTESE de 2006, 2012 e 2015; *questionários* para caracterizar o perfil das/os dirigentes do Sindicato; *entrevistas semiestruturadas* realizadas com seis dirigentes da Direção Executiva do SINTESE, das subsedes regionais da entidade e com membros do Conselho de Representantes do SINTESE/CERES; e *observação direta* de atividades desenvolvidas na Instituição para captar as relações de poder entre as/os militantes, e foi observado não somente o binarismo homem/mulher, como também as relações sociais entre as próprias mulheres, mulheres e homens. Os resultados da pesquisa informam a predominância de homens nos sindicatos docentes nos cargos diretivos de poder/decisão, particularmente nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Na Região Sul, as mulheres são maioria comparativamente aos homens. No Nordeste, o número de homens e mulheres nas direções das entidades é equilibrado. Em Sergipe, o SINTESE apresenta majoritária participação de mulheres nos cargos diretivos de grande relevância. Contudo, este fato não significou a incorporação da discussão de gênero por parte do Sindicato. Isto porque, a cultura da pauta única na organização é predominantemente voltada para as questões de classe, portanto, não privilegia o enfoque de gênero, e evidencia, ainda, aspectos da dominação masculina presentes no espaço sindical.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Poder. Relações de Gênero. SINTESE.

ABSTRACT

The present research aims to analyze and give visibility to gender relations, to the construction of identities of the Union of Workers in Basic Education of the Public School System in the State of Sergipe (SINTESE) in the Northeast of Brazil, highlighting advances in the democratization of social workforce relations. Due to the nature of the object, a qualitative approach of historical-dialectic inspiration has been adopted, giving emphasis to the dimensions of macro-micro, collective-individual, objective-subjective conflicts and contradictions. The case study was chosen as methodology by consulting different sources of information: *review of the related literature*; *documents* of the thesis bank of Capes and of Thesis of SINTESE Congresses from years 2006, 2012 and 2015; *questionnaires* to characterize the profile of leaders of union; *semi-structured interviews* carried out with six leaders of the Executive Direction of SINTESE, working in the sub-regional offices of the entity, and with Members of the Council of Representatives of the SINTESE/CERES; and *direct observation* of activities developed in the institution to capture the relations of power among the militants, and the binarism of man/woman was observed, as well as the social relations among women themselves, women and men. Results of this research show the predominance of men in the union academic staff, in executive positions of power/decision-making, particularly in the North, Southwest and Center-West regions. In the Southern region, women are majority when compared to men. In the Northeast, the number of men and women taking over directions in the unions is well balanced. In Sergipe state, SINTESE presents a major participation of women in relevant management positions. Nevertheless, this fact does not mean the incorporation of gender discussion by the union. This is because the culture of a single agenda in the organization is predominantly focused on class issues, thus, it does not favor the gender focus, and it still shows aspects of existing male domination in the trade union space.

Keywords: Education. Identity. Power. Gender Relationships. SINTESE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa das subsedes regionais do SINTESE	105
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Sindicatos docentes por região no Brasil	082
Gráfico 02 – Cargo de presidenta/e, por sexo, nas confederações que representam os sindicatos docentes no Brasil.....	084
Gráfico 03 – Gráfico 03 - Percentual de dirigentes, por sexo, nas confederações que representam os sindicatos docentes no Brasil em 2016.....	085
Gráfico 04 - Gestões da CNTE de 1983 a 2017, por sexo	085
Gráfico 05 – Participação, por sexo, nos mandatos da direção executiva do SINTESE de 1992 a 2019	101
Gráfico 06 – Presidentas/es da APMESE, por sexo, de 1977 a 1992	103
Gráfico 07 – Participação, por sexo, nos cargos de presidenta/e e vice-presidenta/e do SINTESE de 1992 a 2019.....	103
Gráfico 08 – Participação, por sexo, nos cargos de coordenador/a geral e vice-coordenador/a geral das subsedes do SINTESE 2013 A 2016.....	108
Gráfico 09 – Participação, por sexo, nos cargos de coordenador/a geral e vice-coordenador geral das subsedes do SINTESE 2016 a 2019.....	109
Gráfico 10 – Profissão das mães das/os dirigentes do SINTESE	115
Gráfico 11– Profissões dos pais das/os dirigentes do SINTESE.....	116
Gráfico 12– Percentual de ativas/os e aposentadas/os, por sexo.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de sindicatos docentes por região do Brasil, e por sexo dos/as dirigentes	082
Tabela 02 – Presidentas/es e vice-presidentas/es ou coordenadores/as gerais de sindicatos docentes por sexo nas regiões brasileiras	083
Tabela 03 - Número de filiadas/os, por sexo, nas entidades sindicais da educação básica pública estadual e municipais de Sergipe	088
Tabela 04 - Participação dos dirigentes, por sexo, nas entidades sindicais da educação básica pública estadual e municipais de Sergipe	089
Tabela 05 – Participação, por sexo, nas coordenações de subsedes do SINTESE de 2013 a 2016	106
Tabela 06 – Participação, por sexo, nas coordenações de subsedes do SINTESE DE 2016 a 2019	107
Tabela 07 - Raça das/dos dirigentes do SINTESE, por sexo.....	110
Tabela 08 - Estado civil x filhos, por sexo	110
Tabela 09 -Informações sobre a religião das/dos dirigentes do SINTESE, por sexo	112
Tabela 10 - Renda salarial das/dos dirigentes, por sexo	113
Tabela 11 - Escolaridade das mães e pais das/os dirigentes do SINTESE, por sexo	114
Tabela 12 - Número de vínculos de trabalho e redes de ensino em que lecionam ou lecionaram as/ os dirigentes do SINTESE por sexo.....	117
Tabela 13 - Nível de formação das/os dirigentes que estão na ativa em sala de aula, por sexo.....	118
Tabela 14 - Nível de ensino em que lecionam as/os dirigentes SINTESE que estão na ativa em sala de aula, por sexo	118
Tabela 15 - Cargo das/os dirigentes do SINTESE, por sexo.....	119
Tabela 16 -Tempo de filiação ao SINTESE, por sexo	119
Tabela 17 - Tempo de dirigente do SINTESE, por sexo	120
Tabela 18 - Informações sobre a militância no SINTESE antes de ser dirigente, por sexo	120

LISTA DE SIGLAS

ADUFS	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (Seção Sindical dos Andes Sindicato Nacional)
APMESE	Associação dos Professores do Ensino Básico do estado de Sergipe
ASPES	Associação dos servidores públicos de Sergipe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CACS-FUNDEB	Conselho do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CERES	Conselho de Representantes do SINTESE
CESPE	Centro Profissional de Ensino
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores em Sergipe
CNE	Conselho Nacional de Entidades
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRE	Diretoria Regional de Educação
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MST	Movimento Sem Terra
CNE	Conselho Nacional de Educação

SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica
SINDIPEMA	Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju
SINPROSC	Sindicato Intermunicipal dos Professores no Estado de Santa Catarina
SINPROSP	Sindicato dos Professores de São Paulo
SINTESE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe
SINPRO/SE	Sindicato dos Professores da Rede Particular do Estado de Sergipe
PAR	Planos de Ações Articuladas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
UEPES	União dos Empregados públicos do Estado de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	016
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO	023
2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	032
2.1 FEMINISMO.....	032
2.1.1 “Ondas” do Feminismo.	035
2.2 TEORIA DO PATRIARCADO	039
2.2.1 Machismo: Herança do Patriarcalismo	044
2.3 TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	045
2.4 A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	050
2.5 GÊNERO	055
2.5.1 O Sistema Sexo/Gênero	056
2.5.2 Gênero e Identidade	060
2.5.3 Relações de Gênero e Poder	066
3 SINDICALISMO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	072
3.1 ESTADO DA ARTE	076
3.2 NÚMEROS DO SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL	080
3.3 NÚMEROS DO SINDICALISMO DOCENTE EM SERGIPE	087
4 O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE – SINTESE	091
4.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO SINTESE	097
4.2 APRESENTAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	100
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS DIRIGENTES DO SINTESE	109
5 A DIMENSÃO DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO SINTESE	122
5.1 ESCOLHA DA PROFISSÃO	122

5.2 FORMAÇÃO DOCENTE	125
5.3 TRAJETÓRIAS REPRODUTIVAS /FAMILIARES	127
5.4 OPORTUNIDADES DE ASCENSÃO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO	129
5.5 TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO NO SINTESE.....	132
5.6 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SINTESE	135
5.7 INCORPORAÇÃO DA ABORDAGEM DE GÊNERO PELO SINTESE	144
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	164
APÊNDICE A	165
APÊNDICE B.....	168

INTRODUÇÃO

Uma das motivações para realização desta pesquisa está vinculada à minha adolescência, quando cursava a oitava série do antigo primeiro grau. Um dia, o professor de História¹ resolveu levar a turma para assistir a uma assembleia de professoras/es no antigo Teatro Lourival Batista, localizado na Rua Laranjeiras em Aracaju (SE). Recordo-me da presidenta² do Sindicato que, à época, era a professora Ana Lúcia Vieira de Menezes. Hoje, sei que ela estava no fim do seu primeiro mandato, era o ano de 1994. Saí daquela assembleia extasiada com as discussões que presenciei e com a postura segura e destemida da professora. Nunca tinha visto uma mulher como aquela: inteligente, usava com muita destreza o poder, e, através do discurso, exercia o comando da reunião, dizendo a que veio, sem medo de desagradar aos homens que a interpelavam. Muito diferente das mulheres que eu conhecia e com as quais convivía. Cresci em um espaço normatizado por relações patriarcais que delimitavam o lugar subalterno da mulher em relação ao homem, considerado superior ou o seu cabeça, conforme prega o cristianismo. A partir desse episódio, decidi que seriam professora e militante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE).

Como estudante normalista passei a me interessar pelas lutas das/os professoras/es e a apoiá-las/os em suas greves. Dois anos depois, da primeira vez que a vi, Ana Lúcia tornou-se minha professora na Escola Normal. Anos depois, tornei-me professora da Rede Pública Estadual de Ensino de Sergipe e da Rede Pública Municipal de Nossa Senhora do Socorro. Após minha contratação, filiei-me ao SINTESE. Posteriormente, fui convidada a militar no Sindicato, primeiro como membro da Comissão de Negociação, depois como Delegada Sindical e, por último, como dirigente sindical da Direção Executiva. Na trajetória de militante e de dirigente do sindicato sempre me angustiou o fato de essa entidade não ter nada publicado a respeito de sua história, das lutas que travou e das personagens que dela fizeram parte. O meu processo de formação continuada, por meio do acesso ao mestrado em Educação, oportunizou a escolha do SINTESE como tema de dissertação. No primeiro momento, pensei em pesquisar sua história e contá-la, a contar de um viés histórico, narrando os fatos e situando seus atores e ações no tempo e no espaço. Entretanto, desisti desse projeto,

¹ O professor trabalhava a disciplina de maneira dinâmica sempre levando as/os alunas/os a escreverem e analisarem os principais acontecimentos locais e até nacionais e internacionais em um jornalzinho feito na sala de aula que depois era exposto no mural da escola.

² Optou-se pelo uso desta terminologia por dois motivos: o primeiro é porque é a adotada pelo SINTESE; segundo, por se referir a um trabalho de gênero, no qual se procura evidenciar a participação feminina no referido Sindicato.

quando tomei conhecimento dos estudos de gênero. Passei a refletir sobre a importância das mulheres para o SINTESE, as relações de poder entre homens e mulheres e entre estas e seus pares femininos, as dificuldades de sua participação na entidade e, se realmente, elas exercem o poder e participam ativamente das decisões. Os interesses cresceram, ainda mais, quando cursei a disciplina: Relações de trabalho, gênero e educação.

As contribuições teóricas de autoras como Hirata (2002), Scott (1995), Louro (2003, 2013, 2015), Souza-Lobo (1996), Saffioti (1987, 2013, 2015), entre outras, aprofundaram meu nível de consciência sobre a importância de estudar as relações de gênero em um sindicato docente, destacando as relações de poder na organização sindical, as invisibilidades, as visibilidades de mulheres, particularmente no SINTESE. Merece destacar como exemplo, o empoderamento político observado pelo número elevado de mulheres militantes na base de filiadas/os e na direção executiva do SINTESE, que tem contribuído para o seu fortalecimento, por meio da realização de diversas atividades de capacitação, educação e discussão dos problemas particularmente enfrentados pela categoria. Compreendo que o empoderamento efetivo das mulheres deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos de conscientização social, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil como associações e sindicatos.

Nesse contexto, o gênero é uma construção social que procura fixar identidades com base nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo também um modo de dar significado às relações de poder. A organização sindical, como uma instituição da sociedade, estrutura valores e estereótipos sociais decorrendo deles os vieses da estratificação social de gênero, refletindo-se na forma como são incluídas as questões de gênero nas políticas e pautas sindicais, na equidade entre os sexos e nos percursos profissionais.

Entende-se que o sindicato não é neutro ao que se passa na sociedade, não está fixado dentro de uma bolha, distante de tudo. Ele influencia e é constantemente influenciado por concepções políticas, sociais, culturais e ideológicas que permeiam a sociedade. Portanto, está sempre em construção, porque depende das relações sociais a que está exposto. É uma instituição da sociedade civil cuja especificidade é defender os interesses da classe trabalhadora, pois, trata cotidianamente dos dilemas da vida do trabalhador e das relações sociais vigentes. Esses dilemas são debatidos em conjunto e, a depender da importância coletiva e das relações de forças, são encaminhados para uma agenda de lutas, como forma de reivindicações e enfrentamentos aos patrões, sejam estes, agentes públicos ou privados. Segundo Coronel e Ferreira (2015, p.204), “[...] a participação de mulheres e de homens no

movimento sindical é delimitada pelo gênero [...]”, constituindo-se como um importante espaço de mediação, de disputas pelo poder, de reivindicações de direitos de seus filiados homens e mulheres. É no confronto das relações sociais cotidianas no sindicato que as identidades se estruturam com maior rapidez.

As relações sociais historicamente construídas determinam as práticas sociais entre os diferentes grupos e segmentos sociais. A noção de gênero adotada neste estudo vai ao encontro da abordagem de Scott (1995), que se apresenta especialmente relevante como categoria analítica e pressuposto teórico-metodológico, considerando-a componente estrutural de valores, práticas e opiniões que engendram relações de poder. Como o gênero é relacional, as informações sobre as mulheres são sempre informações também sobre os homens. Não se pode esquecer que a abordagem de gênero se constitui uma ferramenta indispensável para compreender diversos processos sociais em educação, dentre eles o trabalho docente e a militância sindical. A partir do gênero, podem-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações sociais.

A demarcação do *objeto desta pesquisa* no campo da educação dimensiona as relações de gênero e a construção das identidades profissionais no SINTESE, um sindicato que congrega docentes no âmbito do ensino básico público de Sergipe e enseja vários questionamentos sob a perspectiva das/os dirigentes: historicamente os cargos na Direção Executiva do SINTESE são ocupados majoritariamente por mulheres. Essa excepcionalidade motiva questionamentos: a feminização do professorado tem sido incorporada, como elemento de análise, pelo SINTESE? Quais são os aspectos facilitadores do empoderamento e participação majoritária da mulher no SINTESE e que crenças norteiam os diferentes atores sociais a respeito da participação da mulher no movimento sindical? Existem iniciativas de formação política sindical que discutem as questões de gênero e a discriminação da mulher?

Nessa linha de reflexão, a pesquisa tem como *objetivo geral* analisar e dar visibilidade às relações de gênero, à construção das identidades das/os sindicalizadas/os do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), destacando avanços na democratização das relações sociais, considerando os seguintes objetivos *específicos*:

- Refletir sobre as experiências das mulheres na organização sindical docente, e destacar os caminhos/trajetórias diferentes histórica e socialmente instituídos para as mulheres;
- identificar aspectos que favorecem ou dificultam a participação da mulher na organização sindical;

- analisar como são construídas as identidades de gênero no cotidiano do SINTESE;
- investigar se as discussões de gênero estão sendo incorporadas pelo sindicato.

Historicamente, foi negada às mulheres a participação em cargos que possuam algum poder ou que ocupem a direção, gerência ou presidência, na maioria das esferas sociais, incluindo a área educacional, na academia e em sindicatos. Deste modo, é imprescindível avaliar as configurações nas relações de gênero no ambiente de trabalho e em sindicatos, isto porque, possivelmente, elas refletiriam, ou mesmo reduziriam muitas das desigualdades sociais (de gênero, classe, etnicidade/raça idade/geração e orientação sexual). Particularmente, as discriminações de sexo em relação à mulher poderiam constituir-se em barreiras que possivelmente afetariam de forma negativa o trabalho e a carreira profissional.

Para esta pesquisa, antecipou-se uma hipótese geral e uma hipótese específica em virtude da particularidade do objeto. A partir da *hipótese geral* afirma-se que o sindicalismo docente pode se constituir como um aparelho de socialização secundária que permite a transformação das identidades “dominadas” em identidades “militantes” empoderadas. Os processos educativos e de aprendizagem acontecem de múltiplas maneiras e em diferentes contextos e momentos da vida e se apoiam, nesse sentido, na concepção de aprendizagem e socialização ao longo da vida. Compreende-se que um paradigma educativo é definido como uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, de sua capacidade de discernir e agir. Nessa perspectiva, a transformação das identidades mediada por processos de socialização constitui uma condição primordial do êxito da democratização, humanização e transformação social. Os sindicatos docentes possuem práticas educativas sistemáticas, intencionalmente programadas: assembleias, congressos, conferências, cursos, seminários e palestras, cujo objetivo é formar quadros organizativos, formar o professor, tornando-o capaz de despertar a consciência crítica, com a finalidade de repensar a sua prática docente e o seu papel em uma sociedade dinâmica. A extensão da cidadania e da participação, bem como da capacidade adquirida pelos indivíduos de definir as condições de suas experiências individuais e pessoais traz dilemas cada vez maiores para a gestão/governabilidade em sistemas complexos.

Nesse contexto, a *hipótese específica* concebe que particularmente *as mulheres ocupam majoritariamente os cargos na direção do SINTESE, porque sua base de filiados é constituída predominantemente por mulheres, estas, ao longo dos anos, vêm conquistando espaços de empoderamento na sociedade.* Assimila-se que a ocupação de mulheres em cargos de poder constitui uma das formas de resistência e luta contra o machismo que ainda impera

na sociedade, bem como possibilita ampliar as suas experiências e visões de mundo, procurando expandir o alcance da luta pela democracia por meio da equidade de gênero.

Tratando-se do SINTESE, a significativa presença feminina estaria relacionada também à inovação trazida pela Instituição quanto ao procedimento de escolha de representantes e aos significados atribuídos a esse tipo de representação, se comparados à representação eleitoral. Considerando-se tais aspectos, infere-se que existe estreita relação entre participação e *status socioeconômico com a mediação dos custos* que seria particularmente importante para explicar as taxas de diferenciadas geralmente proporcionais à intensidade da participação política no que se refere a gênero. O *custo* mais óbvio é o tempo, isso porque a participação política toma tempo (contatos, reuniões, etc.), exige trabalho voluntário e compromisso pessoal. Além disso, ressaltam-se os *custos emocionais* que requerem a participação política, entre eles, as decepções pelo não retorno do dispêndio de alta energia e investimento; *as hostilidades* enfrentadas no mundo da política (oposição, ataques pessoais, discriminações, etc.); e, ainda, *as pressões* e ansiedades que pesam sobre os indivíduos nos processos de tomada de decisões.

Nesse ponto, espera-se contribuir com novos conhecimentos para o campo da educação, dos movimentos sociais, do feminismo e de gênero. Enfatiza-se, especialmente, a importância da capacitação em gênero das/os professoras/es de todos os níveis de ensino, pois, o seu estudo é um meio de codificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, que respeite os direitos e as diversidades. Entende-se que gênero é uma categoria útil nas várias áreas do conhecimento humano para a análise das relações de poder na sociedade, conforme enfatiza Scott (1995), é transversal, devendo perpassar de forma horizontal todas as áreas do conhecimento humano e da sociedade.

De acordo com Prá (2010, p.25), a transversalidade de gênero foi instituída em 1995 na IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing (China). Naquela ocasião, 189 países membros das Nações Unidas assinaram um compromisso de integrar as questões de gênero às políticas públicas. Esse acordo mundial priorizou sua atuação em 12 áreas críticas para a promoção da mulher, e uma dessas áreas é a educação. O acordo tem como meta assegurar a igualdade e a equidade de gênero, e, devido à transversalidade da temática, precisa integrar o currículo dos cursos de formação de professores nas universidades e, conseqüentemente, os referenciais curriculares da educação básica. Com tantas reivindicações e lutas do movimento de mulheres, a questão de gênero tem sido incorporada às políticas públicas, à gestão empresarial e às relações cotidianas em diversos países, além de constituir parâmetro

norteador da ação de agências de fomento de financiamento. Por isso, não poderia deixar de ser uma temática abordada nos projetos de formação continuada tanto pelos sindicatos como pelas escolas. Com fundamento nisso, pensar em educação pressupõe pensar a formação docente e a prática pedagógica com qualidade. Para tanto, se faz necessário entender a formação do professor para o desenvolvimento dos saberes docentes, o que exige qualificação, valorização profissional e políticas adequadas, considerando o *lócus* do professor.

Para Cappellin (1994, p.273), as organizações sindicais, embora desenvolvendo um discurso sobre o tema do trabalho com suporte na ideia da igualdade,

[...] foram construídas com a participação dos homens e das mulheres, graças ao debate sobre o trabalho – muitas vezes assexuado – com uma imagem produtivista de suas vidas, construindo uma estrutura de representação predisposta pelos homens e para os homens. (CAPPELLIN, 1994, p. 273).

Nessa linha de reflexão, o feminismo trouxe para dentro dos sindicatos o questionamento do poder masculino, da invisibilidade das mulheres e de suas questões específicas. A abordagem de estudiosas/os do gênero, como Cappellin (1994); Castro, (1995); Delgado, (1998) e Costa, (2014) mostra que foram as lutas empreendidas pelas feministas, que passaram a militar também nos sindicatos, que levaram à criação dos departamentos femininos nos sindicatos, depois as comissões de mulheres em distintos sindicatos e Centrais Sindicais. Desde esse fato, ampliaram-se as pautas reivindicatórias com temas específicos relativos às demandas femininas, tais como: trabalho igual com salário igual, licença em caso de aborto, estabilidade para a trabalhadora gestante além da licença maternidade, cláusulas contra o assédio sexual e a aprovação de cotas de participação para as mulheres nas diferentes instâncias decisórias, primeiro empreendida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)³ e anos depois pelas demais centrais sindicais.

Todas essas conquistas revelam o crescimento da discussão de gênero no universo sindical, e o papel desempenhado por um crescente número de sindicalistas feministas. No entanto, mesmo depois de décadas da crescente participação da mulher no mercado de trabalho e de sua organização no movimento sindical, ainda persistem grandes dificuldades para elas alcançarem postos de poder e prestígio nesses setores.

³ Segundo Costa (2014, p.42) em 1993, a VI Plenária Nacional da CUT aprovou o sistema de cotas para mulheres, isto é, a obrigatoriedade de se ter, no mínimo, 30% de mulheres em toda a estrutura de decisão da Central. Quatro anos depois, em 1997, a Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) seguiram o exemplo e estabeleceram também o sistema de cotas em âmbito nacional, regional e estadual. Essa ação das centrais sindicais acaba por refletir nos sindicatos filiados já que estes também devem estabelecer um sistema de cotas com base na proporcionalidade de mulheres na base ou filiadas.

Do ponto de vista das relações sindicais, continuam a se reproduzir práticas discriminatórias e excludentes relacionadas a mulheres, já que as raízes do patriarcalismo estão presentes no capitalismo, uma vez que este se alimenta de seu modelo e promove a divisão sexual do trabalho gerando a discriminação e segregação, e não apenas limitando a participação econômica das mulheres, como também condicionando sua participação política, sindical e social com relação aos homens.

No final da década de 1980, Saffioti (1987, p.21-22) deixou claro que grande parte dos sindicatos ainda colocavam obstáculos à participação das mulheres, sendo raríssimo encontrar uma mulher membro da diretoria de sua entidade de classe. Além disso, os homens se negam a lutar por bandeiras levantadas pelas trabalhadoras, como por exemplo: existência de creches, salários iguais para trabalho iguais, cumprimento da legislação trabalhista que proíbe as empresas de despedir as empregadas em razão de casamento ou gravidez, assédio sexual. Mesmo com tantas conquistas acumuladas atualmente e outras ainda por conquistar, o pensamento machista ainda está presente na sociedade. Souza-Lobo (1996, p. 43-47), no início da década de 1990, denunciou que a noção de sindicato, na consciência dos trabalhadores de ambos os sexos é de “espaço masculino”, de um lugar de luta eminentemente de homens, e as mulheres estariam integradas nele para reforçar o interesse universal masculino.

Em linhas gerais, a justificativa da baixa participação de mulheres nos sindicatos tem por base vários aspectos, entre os quais: a dupla jornada de trabalho, a desvalorização social do trabalho que realiza e a visão de liderança dos homens, que, em muitos casos, são os principais protagonistas sociais e políticos (SOUZA-LOBO, 1996, p.145). Tais aspectos contribuem para secundarizar e reforçar a exclusão da mulher nos movimentos sindicais. Nesse sentido, restaria às mulheres ocupar, em vários sindicatos, quando muito, as cotas que lhes são garantidas pelas centrais sindicais, sem que, com isso, elas tenham poder efetivamente nas decisões, elas ficariam, na maioria das vezes realizando serviços de secretariado ou assessoria, como por exemplo, fazendo cafezinhos ou organizando agendas.

Estão presentes no Estado de Sergipe cinco sindicatos que representam os professores da Educação Básica: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju (SINDIPEMA); Sindicato dos Professores da Rede Particular do Estado de Sergipe (SINPRO/SE) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de

Sergipe Seção Sindical dos Andes Sindicato Nacional (ADUFS⁴). Destes, o maior, em relação ao espaço geográfico que atua no estado de Sergipe, é o SINTESE. Ele representa o magistério público na Rede Estadual de Ensino de Sergipe e em 74 redes municipais. Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Filiação e Patrimônio do SINTESE, no final de março de 2016, o sindicato possuía 25.666 filiados nas redes públicas de ensino: estadual e municipal. Desses, 21.809 ou 85% são pessoas do sexo feminino e 3.857 ou 15% dos filiados são do sexo masculino.

Além disso, outro fato que chama a atenção é que 78,6% dos cargos que compõem a Direção Executiva do SINTESE são ocupados por mulheres, os homens são 21,4%, fato raro, se for comparado com sindicatos de outras categorias ou do mesmo seguimento. Por conta da quantidade de redes municipais que representa em todo o Estado e mais a Rede Estadual, o SINTESE está dividido em: Direção Executiva, sete coordenações de subsedes, representantes de Aracaju, representantes no Conselho Nacional de Entidades (CNE), Conselho Fiscal. Em cada município existem, ainda, os delegados sindicais de base titulares e os adjuntos, as comissões de negociação, de gestão da carreira, os representantes do SINTESE nos seguintes conselhos: Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho do Fundo Nacional de Manutenção da Educação Básica (CACS-FUNDEB), nos fóruns nacional, estadual e municipais de educação, conselhos estadual e municipais de educação e no Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios e da rede estadual.

1.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa feminista no aspecto teórico-metodológico enfoca uma análise crítica das relações de gênero, valorizando as dimensões moral e política e o reconhecimento da necessidade de mudança social para melhorar as vidas, particularmente das mulheres. Isto leva não apenas à definição de uma questão de pesquisa (desigualdades de gênero, por exemplo), mas ao desafio da maneira como a pesquisa é realizada (CRUZ, 2014). Os estudos de gênero proporcionaram avanços fundamentais ao desenvolvimento das questões e das metodologias da pesquisa qualitativa, ao examinarem os processos de construção e de diferenciação de gênero e as desigualdades; participam dos processos de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois é indiscutível essa necessidade no momento histórico

⁴ Esse sindicato, além das/os professoras/es do ensino superior, representa também os professores da educação básica do Colégio de Aplicação localizado dentro do *campus* universitário da Universidade Federal de Sergipe.

atual, ao processo de construção de teorias e, particularmente, à elaboração de teorias feministas (DENZIN, 2006).

Em coerência com o objeto deste estudo centrado nas relações de gênero presentes no contexto do movimento sindical da educação básica, foram adotados os *pressupostos teóricos do materialismo dialético*, os quais permitem conhecer as leis do movimento da realidade. Essa abordagem busca apreender as categorias metodológicas, considerando sua totalidade, contradição, historicidade e possibilidade, no contexto particular do movimento sindical da educação básica e da construção das relações de gênero. Além de proporcionar a historicidade do fenômeno em estudo, debate suas relações em um nível mais amplo, situando-o num contexto complexo e, ao mesmo tempo, tratando-o de forma específica ao estabelecer as contradições possíveis existentes entre os fenômenos que caracterizam o objeto de estudo, buscando sempre o que não está perceptível na superfície dos discursos.

Para a presente pesquisa, optou-se por um projeto *metodológico analítico de caráter qualitativo* sem desconsiderar as dimensões quantitativas. Segundo Lakatos e Marconi (2011, p. 79), o aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, uma vez que, em certos casos, apresenta limitações ao tentar explicitar alguns problemas complexos.

A opção metodológica pelo estudo de caso mostrou-se coerente com o interesse primordial da pesquisa pelo fato de possibilitar a análise profunda de uma unidade, podendo ser: um indivíduo, o papel desempenhado por este, uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou as relações de gênero presentes em um sindicato, como no caso em tela (TRIVIÑOS, 1987, p.133). O SINTESE constitui-se como um lugar de relações de poder e de conflitos entre seus dirigentes; é uma entidade de referência e relevância política para a classe trabalhadora docente do Estado de Sergipe, possibilitando compreender aspectos da subjetividade dos/as participantes, os quais normalmente não seriam percebidos pela coletividade. Para Araújo et al (2008, p.4), o estudo de caso constitui uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se busca compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

Foram consultadas várias fontes de informações sobre o objeto desta pesquisa: a *revisão da literatura/levantamento bibliográfico*: livros e textos diversos sobre as relações de poder, a dominação masculina, o poder do macho, sindicalismo, gênero como categoria de análise, entre outros. Conceitos sobre as categorias que emergiram com o avanço da pesquisa e sobre o campo específico do gênero foram devidamente arrolados na bibliografia final do

trabalho. Os textos lidos e fichados contribuíram para efetivação da escrita desta dissertação. *Consulta a documentos do Banco de teses da Capes*, a fim de localizar os principais trabalhos sobre sindicatos de docentes interseccionada com a categoria gênero. Esse levantamento forneceu trabalhos pioneiros sobre a história da Instituição, das lutas e desafios que os dirigentes travaram pelo controle da entidade e da formação sindical. A internet possibilitou o levantamento bibliográfico da pesquisa, o acesso a obras digitalizadas não mais disponíveis no mercado consumidor, o acesso a obras somente publicadas em formato de *e-book*, como livros, revistas e periódicos. A *internet* também possibilitou a realização do levantamento de sites de sindicatos docentes no Brasil, número de filiadas/os, com estatísticas desagregadas, por sexo de filiadas/os e de dirigentes, para analisar as assimetrias de poder na organização. As fontes eletrônicas também possibilitaram o acesso aos *documentos – Teses dos congressos do SINTESE* realizados pelo sindicato nos anos 2006, 2012 e 2015⁵ que apresentam as pautas de lutas e reivindicações dos filiados, expressando uma síntese da prática do percurso bianual com riqueza de detalhes na apresentação dos fatos que envolvem o contexto das lutas empreendidas. A análise desses documentos permite observar se a entidade vem incorporando as discussões de gênero com sua base de filiados/as e, em caso afirmativo, como isso vem ocorrendo. Além disso, acessou-se o *Projeto Escola Democrática e Popular: a educação que queremos*, para conhecer as concepções pedagógicas que alicerçam o sindicato.

Com o intuito de compreender o lugar de onde falam, os papéis sociais desempenhados, as escolhas e representações frutos de construções sociais impostas por instituições como a família, a escola e a religião, procurou-se tornar visíveis aspectos socioculturais, as crenças e os valores que dão corpo à personalidade e às identidades das/os dirigentes do SINTESE, optando por aplicar *questionários* para caracterizar o perfil das/os dirigentes do Sindicato (APÊNDICE A).m É importante ressaltar que o questionário é entendido como uma técnica de pesquisa que se assemelha à entrevista estruturada e permite descrever características e medir determinadas variáveis de um grupo social, conforme preconiza Richardson (2014, p.189). Os questionários foram aplicados, inicialmente, através de envio pela internet. Na ocasião, foram enviados por e-mail 97 questionários a todas/os as/os dirigentes que fazem parte da direção executiva, das Coordenações das Subsedes e para os Membros do CERES. Desse total apenas oito foram respondidos e encaminhados a pesquisadora por e-mail. Como a adesão a essa forma de aplicação foi muito baixa, foi posto

⁵ A pretensão era analisar as teses dos cinco últimos congressos realizados pelo SINTESE (2003, 2006, 2009, 2012, 2015), entretanto só foram localizadas e disponibilizadas pela entidade as teses dos congressos de 2006, 2012 e 2015.

em prática o questionário presencial em uma reunião do CERES nos dias 03 e 04 de setembro de 2016, durante todo o dia de atividades. Foram impressos em papel 89 questionários, deste total, 17 questionários não foram devolvidos pelas/os participantes, 57 foram respondidos e devolvidos e 15 questionários ficaram em branco por não haver mais participantes.

Os questionários foram aplicados individualmente e possuem cinco campos de perguntas mistas: *fechadas de múltiplas escolhas e perguntas abertas* as quais os respondentes ficaram livres para responder com suas próprias palavras. As questões aplicadas são relativas aos *dados pessoais* (sexo, idade, estado civil, informações sobre filhos, raça, religião, renda salarial, escolaridade das mães e pais das/os dirigentes, profissões das mães e pais das/os dirigentes); *informações sobre a vida acadêmica das/os dirigentes (níveis de formação)*; *informações sobre as experiências profissionais* (se estão ativas/os ou aposentadas/os, quantos vínculos de trabalho possuem, em que redes de ensino trabalham, os níveis de ensino que lecionam); *informações sobre as experiências vividas no SINTESE* (cargos que ocupam na entidade, o tempo de filiação, o tempo de dirigente na entidade, se foi militante do sindicato antes de ser dirigente e onde atuou como militante) e, por fim, *as razões que os/as levaram a militar no SINTESE*.

O universo da pesquisa é de 97 pessoas que fazem parte das várias instâncias de poder no SINTESE. A pesquisa dispõe de duas amostras: uma composta por 65 pessoas que participaram dos questionários com o objetivo de caracterizar o perfil das/os dirigentes sindicais. A partir dessa amostra foi filtrada uma amostra menor (APÊNDICE B) na qual foram utilizadas as lentes de gênero para analisar as relações de gênero, a construção das identidades, os avanços na democratização das relações sociais, na ampliação dos direitos e da cidadania das/os sindicalizadas/os. Essa amostra corresponde as seis⁶ entrevistas com militantes do SINTESE que ocupam cargos na direção executiva, nas coordenações de subsedes e no CERES, que tenham vivenciado um processo de experiência na luta sindical de, no mínimo, três anos de atividades⁷. Este critério foi pensado como meio de sistematizar e delimitar um grupo de sujeitos atuantes na luta sindical que estejam em cargos de visibilidade e poder no Sindicato, com maior experiência nas relações sindicais. As/os entrevistadas/os integram três grupos: a) *três membros da direção Executiva do Sindicato*; b) *um coordenador, membros dirigentes das subsedes*; c) *dois representantes do*

⁶ Inicialmente, planejou-se entrevistar 18 pessoas, entretanto, devido às recusas constantes, só foi possível entrevistar seis pessoas.

⁷ Três anos é o tempo de duração de um mandato no SINTESE. Delimitou-se este tempo, porque se entende que esse período possibilita perceber as experiências acumuladas pelas/os entrevistadas/os na entidade concernente às relações de gênero e poder.

CERES.

A *realização da entrevista semiestruturada* constitui uma forma de aproximação aos respondentes, para o conhecimento de aspectos subjetivos, a construção de identidades e subjetividades, resultado de múltiplas determinações, em geral contraditórias entre si, e em permanente tensão mútua. Conforme Cruz (2005), a entrevista em profundidade permite captar as formas pelas quais as/os respondentes da pesquisa dão sentido as suas *experiências* através do discurso, incluindo seus entendimentos conscientes e inconscientes, as formas culturais disponíveis, através das quais tal entendimento é reprimido ou permitido.

Esclarecendo essas questões, vale a pena ressaltar o conceito de experiência⁸, conforme definido por Thompson (1987, p. 9-10), “[...] como uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um grupo social, acontecimentos inter-relacionados ou muitas repetições de um mesmo tipo de acontecimento”. Para o autor, experiência é entendida como uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida da classe operária inglesa, mas, enfatiza a sua prática cotidiana, as suas tradições, a sua diferenciação interna, seu pensamento, a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência. Entende-se que, se Thompson tivesse sido sensibilizado pelas relações de gênero, pelo menos quando analisou concretamente a formação da classe operária inglesa, em seu parêntese caberia a *experiência de gênero*, já que homens e mulheres vivenciam, diferenciadamente, os fatos do cotidiano, inclusive quando pertencem à mesma classe social.

Nesse sentido, segundo Alberti (2004, p.23-28), as entrevistas fornecem informações como a história do cotidiano, as reconstituições das redes de relações, o estudo dos padrões de socialização, de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes classes, gerações, sexos, profissões, religiões, além de poderem ser utilizadas no estudo como as pessoas ou grupos elaboraram suas experiências, seus aprendizados e estratégias, sem contar que essa fonte pode ajudar a esclarecer o conteúdo, a organização e as lacunas ou a existência ou não de arquivos em instituições.

As entrevistas partiram de um roteiro com questões pré-definidas, mantendo-se a liberdade de colocar outras, quando necessário, no decorrer do diálogo. As questões pré-

⁸ A noção de experiência, para Thompson (1981 e 1987; grifamos), é concebida como construção na herança partilhada de situações comuns, através das quais “[...] os homens ... sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus”. Para ele, essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.

formuladas são uma diretriz, mas não ditam a forma como a entrevista ocorre. O roteiro de entrevista realizado com os docentes dirigentes do SINTESE levou em consideração: a) os dados pessoais que caracterizassem as/os entrevistadas/os; b) a formação acadêmica desses; c) as experiências profissionais das/os entrevistadas/os; d) as experiências vividas no SINTESE para que se percebessem como são construídas as relações sociais e de poder entre as dirigentes; e) a articulação da integração trabalho produtivo desenvolvido no trabalho profissional e trabalho reprodutivo desenvolvido na esfera doméstica.

Por escolha das/os entrevistadas/os as entrevistas aconteceram na sede do sindicato em local e horário previamente definidos e combinados. As conversas foram gravadas através de equipamentos de áudio, conforme acordo firmado por escrito, entre as partes, antes de iniciar a atividade, através do qual ficou combinado que os dados da pesquisa serão divulgados e que será preservado o anonimato dos participantes assegurando assim sua privacidade. As entrevistas gravadas foram acompanhadas de anotações gerais, por escrito, sobre atitudes ou comportamentos dos entrevistados durante a realização destas. Após o término das declarações, as gravações foram transcritas, na íntegra, e posteriormente analisadas. É importante informar que para situar as/os entrevistadas/os no texto e garantir o anonimato desses, foram atribuídos nomes fictícios de professoras/es que marcaram a Educação Básica da pesquisadora, no sentido dessas/es professoras/es terem contribuído, não para uma formação acadêmica que reproduz a ordem vigente, mas para uma formação que tem como meta a emancipação humana.

Compreende-se que a entrevista é uma técnica de pesquisa que parte, em linhas gerais, do diálogo intencional, espontâneo e profundo entre o pesquisador e o pesquisado. Para Triviños (1987, p.146), a entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Para Lakatos e Marconi (2011, p.280), a entrevista representa um dos instrumentos para a coleta de dados em uma pesquisa e, por ser de natureza interativa, permite tratar de temas complexos explorando-os com maior profundidade. Segundo Richardson (2014, p.207), a entrevista é uma técnica muito importante utilizada em pesquisas no campo das Ciências Sociais porque permite uma estreita relação entre as pessoas, proporcionando a melhor maneira de penetrar na mente do outro, colocar-se em seu lugar e compreender o que pensam.

Em conformidade com essa premissa, foram realizadas na cidade de Aracaju seis entrevistas semiestruturadas, de caráter individual, com as/os dirigentes do SINTESE, a fim de avaliar a compreensão das relações de gênero, as relações de poder, sob a perspectiva das/os docentes dirigentes do SINTESE, além de buscar identificar as barreiras e os facilitadores para a participação das mulheres no Sindicato. Essa técnica foi escolhida porque permite examinar as histórias de vida, as subjetividades, não evidenciando somente os aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais, mas também as maneiras de pensar, agir e sentir dos sujeitos pesquisados.

Concomitante com as entrevistas foram realizadas *observações diretas*. Estas ocorreram em quatro momentos distintos: a) durante o processo eleitoral para direção executiva SINTESE referente ao triênio (2016-2019), por cinco dias; b) em quatro reuniões da direção, com duração de três horas cada uma; c) em duas assembleias da rede estadual de ensino; e d) em um encontro do CERES com duração de dois dias. Os dados foram registrados em um diário de campo para descrever e refletir sobre os comportamentos, as relações de poder existentes entre as/os militantes, procurando percebê-las, não somente entre o binarismo homem/mulher, mas também entre as próprias mulheres ou entre os homens.

Para Lakatos e Marconi, (2011, p.277), a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar, obrigando o pesquisador a um contato mais direto com a realidade. Observar é destacar de um conjunto algo específico, destacando, por exemplo, as características do objeto com o propósito de descobrir desde os aspectos aparentes até a essência numa perspectiva específica e ampla de contradições, dinamismos e relações (TRIVIÑOS, 1987, p.153).

Para *analisar os dados coletados da pesquisa*, optou-se pela análise de conteúdo como instrumento de avaliação da pesquisa empírica, pois é uma técnica muito utilizada nas análises de dados das pesquisas qualitativas. Segundo Triviños (1987, p.161), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições de conteúdo das mensagens, a obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção recepção (variáveis inferidas) das mensagens. Essa técnica serve para analisar o material, buscando classificá-lo em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e ideologias) e isso permitirá dar sentido às entrevistas e aos documentos que

serão analisados. Para Bardin (1977, p.39), “[...] a análise de conteúdo visa ao conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares [...]”, ou seja, a análise de conteúdo procura conhecer o que está por trás da palavra, o que está velado e até o não dito. É a busca de outras realidades por trás das falas, dos comportamentos e ações dos/as dirigentes do SINTESE.

A estrutura do texto atualmente está sistematizada com cinco seções e as considerações finais. A *primeira seção* introduz o/a leitor/a nas motivações que levaram à pesquisa, a problemática da pesquisa apresentando as questões norteadoras, os objetivos gerais e específicos, as hipóteses formuladas e os procedimentos metodológicos.

A *segunda seção* traz a fundamentação teórica a começar pelas categorias que emergiram com a pesquisa: Gênero, Patriarcalismo, Machismo, Poder, Identidade, Trabalho, Divisão Sexual do Trabalho e a Feminização da Docência, categorias teóricas que permitem conhecer as leis do movimento da realidade material do objeto, estabelecendo relações com o contexto social e histórico e não em seu aparentemente isolamento.

A *terceira seção* apresenta a temática sobre o sindicalismo, traz algumas considerações iniciais referentes ao surgimento dos sindicatos, o estado da arte referente ao sindicalismo docente e o mapeamento das organizações sindicais docentes no Brasil e em Sergipe. Esses dados estatísticos apresentam a composição política e administrativa dos sindicatos, por sexo, ou seja, procura mostrar numericamente a divisão sexual do poder nos sindicatos, por sexo.

A *quarta seção* traz um breve histórico do SINTESE, a concepção pedagógica da entidade, os dados empíricos do campo da pesquisa. A seção também traz e a caracterização das/os dirigentes, por sexo, privilegiando-se a descrição de variáveis como idade, raça, sexo, estado civil, filhos, religião, níveis de formação, níveis de ensino que lecionam, renda, escolaridade dos pais, profissão dos pais, entre outras. Acredita-se que essas variáveis podem ajudar a compreender de onde falam e, conseqüentemente, quais as crenças e os valores socioculturais que dão corpo à personalidade e às identidades das/os dirigentes do SINTESE.

A *quinta seção* traz os dados encontrados pela pesquisa nas entrevistas, nas observações realizadas com as/os dirigentes do SINTESE e nas teses dos congressos, articulando a apresentação dos dados e as análises desses materiais.

Nas *considerações finais* são retomadas as temáticas e discussões realizadas ao longo do texto, elaborada uma organização dos resultados da pesquisa e a indicação das “lacunas” que podem ser exploradas em pesquisas posteriores.

2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Os sindicatos, historicamente, mantiveram-se como espaços de acesso diferenciado para homens e mulheres, sendo que estas últimas sempre encontraram dificuldades para se aproximar da organização e se integrar à mobilização sindical. Nesta seção, serão sintetizados alguns conceitos e referenciais teóricos adotados para a análise das relações de gênero nos sindicatos que congregam o segmento do professorado. É uma recuperação exploratória, considerando a variedade de fontes e focos de exame que podem ser utilizados. Em primeiro lugar, entende-se que é importante abordar a consolidação dessa categoria ocupacional, no transcorrer das últimas décadas. Isso significa vê-la como um grupo que adquire características bem definidas, entre elas, a feminização e a proletarização. A feminização não apresenta apenas implicações na esfera econômica, mas também no plano das representações (culturais) encontra-se um campo interessante de análises sobre a docência, que, nesse caso, adquire importância central.

Certos setores de produção e de serviços absorveram bem a mão de obra feminina, vislumbrando um aumento da *mais valia*, através do pagamento de salários menores às trabalhadoras. A esse fenômeno da grande absorção de mulheres por determinados ramos, deu-se o nome de *feminização do trabalho*. Assim, a expressão *feminização do trabalho* foi cunhada, inicialmente, para determinar a absorção da mão de obra de mulheres por certos setores da economia, com redução do nível salarial. A abordagem tem como norte o conceito de gênero, considerado fundamental para a compreensão das relações de gênero em um sindicato docente. O gênero é entendido como uma categoria analítica de análise, de forma a encará-lo como a categoria principal neste estudo, a partir de uma perspectiva transversal que perpassa a sociedade como um todo. Para isso, foram utilizados referenciais bibliográficos que possibilitaram a reflexão e compreensão da perspectiva de gênero relacionando-o a outras categorias como: *Feminismo, Patriarcado, Trabalho, Feminização do Magistério e Sindicalismo*. Essas categorias estão presentes neste trabalho porque são imprescindíveis para pensar as relações sociais de gênero em uma sociedade marcada pelo sexismo, promotora de várias desigualdades entre os sujeitos.

O *movimento feminista* foi que primeiro questionou a opressão em que viviam as mulheres na sociedade patriarcal, lutando, desde o século XVIII, para que as mulheres tivessem liberdade e direitos sobre seus corpos, seus bens financeiros, sua prole, tivessem acesso à educação, à cidadania e a um trabalho digno sem desigualdades salariais ou qualquer forma de assédio sexual ou moral. O feminismo tem contribuído muito com estudos e teorias

científicas que questionam o patriarcado e as construções sociais que estabelecem papéis sociais distintos para homens e mulheres. Na luta pelos direitos da mulher e pela equidade de gênero, o feminismo influencia de forma contínua política e intelectualmente, outros movimentos sociais, partidos, sindicatos e centrais sindicais a garantirem a inserção e permanência da mulher em seus quadros diretivos bem como a incorporação e a transversalização do conceito de gênero nas políticas públicas.

2.1 FEMINISMO

Os movimentos sociais, numa perspectiva sociológica, possuem duas concepções principais. A primeira refere-se às teorias de mobilização dos recursos; assim, movimento social como uma conduta coletiva definida pelas qualidades daqueles/as que nele se engajam, definidos/as como atores sociais (operárias/os, professoras/es), que desejam inserir-se (ou se manter) coletivamente no seio do sistema institucional. Nesse caso, as ações coletivas são instrumentais, possuem um fim definido, como por exemplo, as greves como recurso de mobilização para conquistar direitos (políticos). A outra concepção compreende o movimento social como uma luta concreta, pois implica um ator dominador e contestador que coloca em causa um adversário social, com o objetivo de assumir o controle sobre as grandes orientações culturais da vida coletiva. São essas duas noções que estão sendo colocadas em evidência quando se observam os movimentos sociais no campo do ensino.

Nesse plano, merece destaque e relevância o protagonismo exercido pelo movimento de mulheres e pelo feminismo – pensamento e prática – no estabelecimento de formas alternativas de interlocução entre Estado e sociedade e na instauração de políticas públicas voltadas a garantir os direitos humanos das mulheres e a equidade de gênero. Apesar dessa expressividade, ainda carece de estudos que resgatem a contribuição feminista para a inclusão de enfoque de gênero nos diferentes níveis da organização estatal (municipal, estadual e nacional), o que fica mais evidente quando se tem o contexto da América Latina como foco de atenção.

O Feminismo, movimento defensor da igualdade política, econômica e social entre os sexos, ainda gera algumas confusões: ora é confundido com a misandria (o ódio, o desprezo pelos homens à supremacia das mulheres), ora é associado à malevolência e ao ridículo (devido à excessiva ignorância e falta de pesquisa). Segundo Costa (1998, p.23), o feminismo pode ser definido como a consciência adquirida sobre a situação de subalternidade da mulher na sociedade, bem como da necessidade de se estabelecerem iniciativas políticas para

modificar essa situação. Assim, a categoria “feminismo” refere-se a uma doutrina e/ou a um movimento social voltado para a transformação da situação da mulher na sociedade.

Saffioti (1987) compreende que não se pode falar em *feminismo* no singular, pois, grosso modo, existem cinco enfoques distintos da questão feminina: a) *Conservantismo* - postura que, exatamente em razão de focalizar o sexismo como desigualdade natural, assume-se como não-feminista, já que naturaliza processos sociais. Assim, para essa corrente de pensamento, as mulheres são naturalmente inferiores aos homens; b) *Liberalismo* - o pressuposto básico dessa linha de pensamento consiste em considerar o capitalismo como o regime sociopolítico e econômico libertador da mulher; c) *Marxismo dogmático* - caracteriza-se por um profundo reducionismo, pois acreditam que as causas da opressão da mulher se resumem às questões econômicas; d) *Feminismo radical* - assim denominada não por seu radicalismo político, mas por sua intransigência quanto à não aceitação das próprias diferenças sexuais biologicamente definidas. As adeptas dessa corrente desejam alcançar total autonomia em relação ao homem, inclusive no terreno sexual; e) *Feminismo socialista* - corrente de pensamento muito mais complexa que as anteriores, tratando de lidar, simultaneamente, com todas as contradições básicas da sociedade regida pelo patriarcado-racismo-capitalismo. Do ponto de vista político, rigorosamente, é o único feminismo radical pois ataca impiedosamente as desigualdades presentes nas sociedades regidas pela fusão patriarcado/racismo/capitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p.112-115).

O feminismo é um movimento social e político organizado que começou com objetivos específicos. Ele surgiu, inicialmente, na Europa durante a Revolução Francesa no século XVIII, época em que as mulheres travaram verdadeiras batalhas em busca da cidadania feminina. Segundo Miguel (2014, p.21), a primeira fase do feminismo tinha como eixo a educação das mulheres, o direito ao voto e à igualdade no casamento, particularmente, o direito de a mulher casada dispor de suas propriedades.

O movimento feminista pressupõe a tomada de consciência das mulheres como um grupo ou coletivo humano, da opressão, dominação e exploração a que foram e são submetidas por parte do grupo de homens, no seio do patriarcado, em suas diversas fases históricas de modelo de produção, o que as move à ação para a liberação de seu sexo, com todas as transformações na sociedade. O argumento de que um corpo masculino é diferente de um corpo feminino e que essa diferença impossibilita a igualdade é frequentemente evocado. No entanto, é totalmente ilógico. Aceitar as diferenças, obviamente expressas, não é sinônimo de aceitar a desigualdade. De forma geral, pode-se dizer que o objetivo do

feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero: o gênero não sendo utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão.

Segundo Miguel (2014), a contribuição do feminismo é crucial, porque recusa as desigualdades binárias entre os sexos, denuncia a situação das mulheres, como efeito de padrões de opressão; além disso, o feminismo faz uma crítica à sociedade, que reproduz as diferenças e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes. Ele acrescenta que “[...] como corrente intelectual, em suas várias vertentes combina militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas dos mecanismos de reprodução da dominação masculina.” (MIGUEL, 2014, p.16).

O século XX foi cenário de diversos tipos de manifestações políticas, e registrou desde conjunturas traumáticas, como as originadas em mobilizações pró-autoritárias (nazismo, fascismo), até as de caráter libertário, geradas por movimentos em defesa da paz, do meio-ambiente, dos direitos humanos e da cidadania. O mesmo cenário foi palco de mudanças profundas e aceleradas na condição feminina, pois, com a intensificação dos processos libertários e a luta contra a exclusão social, as mulheres se dirigiam da esfera privada ao espaço público para nele atuarem como sujeitos e agentes das transformações econômicas, políticas e socioculturais em diferentes sociedades. Tais avanços, contudo, ainda são contidos por várias formas de discriminação que dificultam a promoção da igualdade entre os gêneros e o fortalecimento da cidadania feminina. Independentemente disto, é inquestionável o fato de o século XX ser identificado como o século das mulheres.

Castells (1999) apresenta formas e orientações muito diferentes, dependendo dos contextos culturais, institucionais e políticos do local em que surgem. A força e a vitalidade do feminismo estão na sua diversidade, no seu poder de adaptar-se às culturas e às ideias. Para as feministas, não é o gênero que cria a opressão; é a opressão que cria o gênero. A condição de mulher como uma categorização do homem, e a única forma de liberação consiste em destituir a sociedade de gênero, abolindo a dicotomia homem/mulher. Como sustenta Castells (1999, p.170), nas últimas décadas do segundo milênio, observa-se um processo de conscientização de diferente intensidade, dependendo da cultura e do país, porém de rápida difusão e de caráter irreversível: uma insurreição maciça e global das mulheres contra sua opressão,

[...] a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade. Se a avaliação de Castells refere-se ao contexto mundial, em relação à América Latina tem-se argumentado que o século vinte marca o início de uma revolução silenciosa, um processo de emancipação pacífico, porém profundo, a dignificação da mulher, a defesa dos direitos da mulher que

causou um impacto a mais na América Latina com o desenvolvimento da mulher e a equidade de gênero. (CASTELLS, 1999, p.170).

O pensamento feminista sustentou e se nutriu do processo de construção coletiva empreendido historicamente pelas mulheres em distintas partes do mundo. Nesse percurso – cujo exame extrapola os propósitos deste estudo –, o ideário feminista, independente de sua filiação teórica ou tendência política, além de desestabilizar a lógica moldada por mitos e estereótipos, que reforçava a discriminação das mulheres, contribuiu para a incorporação do tema da igualdade de gênero à agenda pública e às instâncias políticas. Teve, contudo, de percorrer um caminho longo e conturbado na busca por legitimidade e reconhecimento em espaços acadêmicos, sociais e políticos. Mesmo assim, marcou presença em todas as etapas da experiência humana, embora assumindo formas diferentes e quase sempre ausentes dos compêndios de história e dos registros de modo geral (CASTELLS, *idem*).

2.1.1 As Ondas do Feminismo

De acordo com Matos (2010, p.79), no Brasil os “momentos” ou “ondas” do feminismo não podem ser caracterizados em períodos tão distintamente claros de movimentação de mulheres como sendo exclusivamente “feministas”. Porém, segundo a autora, as “vozes feministas” aqui sempre estiveram presentes diante das muitas estruturas opressoras e conservadoras, mesmo precocemente, desde o século XVII e XVIII. É importante ressaltar que as ondas do feminismo no Brasil nem sempre coincidem com as europeias e que uma onda não desaparece para que outra surja, elementos de uma onda sempre estão presentes em outras; elas se relacionam entre si. Aqui, procuram-se destacar as lutas das mulheres por direitos no tempo e no espaço mostrando que, apesar das conquistas alcançadas, elas têm muito a alcançar e manter o que já conseguiram.

No Brasil, a “primeira onda” do feminismo configurou-se na luta universal pela igualdade de direitos, e foi encabeçada por mulheres das classes média e alta, geralmente filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance de estudar em outros países. Essas mulheres entraram em contato com o pensamento feminista e trouxeram para o Brasil, o chamado “feminismo bem-comportado”. Para as feministas de classe média, o direito ao voto, o acesso à educação formal, a melhoria das condições de trabalho foram os objetivos do movimento. Já as mulheres da classe trabalhadora, segundo Costa (1998, p.27), estavam mais envolvidas nos movimentos de reivindicações gerais dos trabalhadores, a exemplo da redução da jornada de trabalho.

Complementando as reivindicações da “primeira onda”, Cruz (2014, p.21) lembra que naquele momento ainda não havia preocupações referentes ao aborto, entretanto, entre as mulheres da classe média havia a preocupação com o próprio corpo, no sentido de questionar as condições dos casamentos que eram negociados entre as famílias sem levar em conta sua opinião. De acordo com Chantler e Burns (2015, p.111), a busca desses direitos básicos indica que a questão da metodologia em pesquisas feministas não era relevante.

Matos (2010, p.79) sugere que a “segunda onda” do feminismo começou na década de 1960 e se estendeu até o fim da década de 1970, sendo fortemente influenciada pelo movimento negro, pelo movimento *hippie* e por todos os outros movimentos de contestação social. Foi durante a “segunda onda” que as acadêmicas feministas desenvolveram o conceito de gênero e o propuseram como uma categoria de análise, uma nova ferramenta, novo paradigma que pudesse se articular com outras categorias teóricas para explicar como são construídas as relações de gênero na sociedade. Além disso, as feministas dessa onda questionaram todos os valores estabelecidos pela sociedade a respeito dos padrões sociais, das práticas e comportamentos dos sujeitos. As feministas militaram pela libertação da mulher contra a opressão patriarcal, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer. Elas questionavam a divisão sexual do trabalho e o papel tradicional da mulher na família e na sociedade. Chantler e Burns (2015, p.111) acrescentam que as feministas exigiam a valorização do trabalho desenvolvido pela mulher, a abertura das profissões às mulheres, igualdade no ambiente de trabalho, pagamento pelo trabalho do lar e o direito de controle de natalidade.

O movimento feminista tinha como palavra de ordem a frase “o pessoal é político”, o que significa compreender que há uma estrutura de poder por traz do cotidiano da vida privada, essa estrutura é proveniente do sistema patriarcal que se mantém em todos os setores da sociedade, de forma invisível, mas atuante, visando à manutenção dos privilégios dos homens e à opressão em relação à mulher, vista como algo natural preestabelecida pela biologia. De acordo com, a teoria feminista, a vida privada e a vida pública não podem ser interpretadas isoladamente, o que significa que grande parte da teoria política liberal precisa de uma revisão profunda. Segundo ela, essa fase identificava o problema da desigualdade como a união de problemas culturais e políticos, encorajando as mulheres a serem politizadas e a combaterem as estruturas sexistas de poder. Além disso, as mulheres passaram a se organizar contra o regime militar imposto ao país e contra o autoritarismo, em favor da abertura política e pela anistia política, com o intuito de combater as desigualdades existentes

na sociedade brasileira. Disso culminou um “novo” feminismo⁹.

No Brasil, a “terceira onda” do feminismo teve início nos anos de 1980 e se estendeu até o fim da década dos anos de 1990. Esse momento do feminismo foi um período importante para as mulheres, porque nele ocorreu a anistia política dos/as exilados/as, o que propiciou o contato do movimento com novas ideias feministas trazidas da Europa, as quais colocaram em evidência as relações sociais de poder entre os/as integrantes da família brasileira que se estruturava no modelo patriarcal. Segundo Sarti (2004, p.41-41), as feministas foram propiciadas pelo sentimento de modernidade que eclodia da sociedade brasileira, e, graças ao trabalho de difusão do feminismo por suas militantes, os grupos propagaram-se pelo país, penetrando em associações profissionais, nos partidos e sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Nessa fase, iniciou-se a discussão acerca dos paradigmas estabelecidos nas outras ondas, colocando em debate a micropolítica desenvolvida no movimento. Um exemplo disso foram as feministas negras que começaram a denunciar a invisibilidade de sua pauta reivindicatória, seguidas dos *gays*, lésbicas e transexuais. As críticas trazidas pelas feministas desses seguimentos mostram que o discurso universal é excludente porque a opressão atinge as mulheres de modos diversos, isso levou à reflexão de que era preciso discutir o gênero de forma interseccionada, considerando outras especificidades da mulher como classe e raça, por exemplo, fazendo Butler a propor a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, masculino/feminino.

A “quarta onda” do movimento feminista foi proposta por Marlise Matos no artigo intitulado *Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?* Nesse trabalho, Matos propõe a existência de uma “quarta onda” para o movimento feminista e para os estudos e teorias feministas que se iniciaram, segundo ela, numa manifestação pública feminista no Canadá, em 1999 (cujo lema era “pão e rosas”, inspirado em uma simbologia feminina e que expressava a resistência contra a pobreza e a violência), estendendo-se até os dias atuais. A “quarta onda” propõe primeiro um “distanciamento” das teorias colonizadoras do norte-global e uma valorização das teorias e agenda mais recentes do feminismo global (especialmente dos feminismos do sul). Depois uma renovação dos estudos teóricos, com fundamento nos movimentos e estudos feministas no Brasil e na América Latina, apontando para circuitos de difusão feministas operadas

⁹ De acordo com Costa (1998, p.30) um novo feminismo porque se propõe a ir mais além da simples luta por igualdade jurídica das sufragistas.

segundo as distintas correntes horizontais de feminismos – negro, acadêmico, lésbico, masculino, entre outros.

Matos (2010, p. 83) define essa “onda” como um processo de “[...] democratização do gênero no âmbito das instituições e da reformulação de políticas públicas [...]”, ou seja, inaugura-se um movimento de reorganização do Estado com o intuito de promover a justiça social, não apenas para realizar uma redistribuição econômica, mas, para pensar de forma interseccionada os fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração, desdobrando-se na necessidade de pensar em micro e macro estratégias de ação articuladas, integradas, transversais e intersetoriais, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil. Matos (2010) afirma que a “quarta onda” trouxe, ainda, os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos, além de deixar em evidência que a luta feminista e a luta por direitos humanos reforçam o princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, geração, nacionalidade ou religião.

Conhecer a luta empreendida pelas mulheres é importante para o movimento feminista e permite entender o porquê de se precisar dele ainda hoje, pois, apesar de vários avanços com relação aos direitos das mulheres, a sociedade continua sob o reinado da dominação masculina. No trabalho, o homem segue ganhando mais, mesmo que, em alguns casos, possua menor qualificação profissional, chega mais rápido aos cargos de chefia e prestígio social. A grande maioria das mulheres ainda continua presa a guetos ocupacionais, nos setores informais da economia, realizando trabalhos repetitivos e que têm algum atributo de gênero ligado ao cuidar, à sensibilidade, à delicadeza, e à concentração, características relacionadas ao ser feminino.

Nos sindicatos docentes no Brasil, apesar de o sexo feminino ser maioria no número de filiadas/os, os homens ainda são maioria na composição dos sindicatos e nos cargos de maior poder nas entidades. Na política, as mulheres conquistaram o direito ao voto, mas nos cargos dos poderes legislativos, executivos e na alta corte do Judiciário não somam 10% do total de homens. E quando lá chegam, segundo Prá (2016), só são lembradas pelos colegas pelos atributos físicos¹⁰. Na esfera privada, as mulheres continuam com a dupla ou a tripla jornada de trabalho sem contar com a colaboração dos companheiros nos afazeres domésticos

¹⁰ Palestra proferida durante a Mesa Redonda de nº 1 na XIX REDOR - Encontro Internacional da rede feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Relações de **Gênero** realizado na Universidade Federal de Sergipe nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2016, o *Transversalização de Gênero nas Políticas Públicas* Jussara Prá (UFRGS). Ela fez uma retrospectiva das transformações pelas quais passou a mulher nos últimos 50 anos, por meio da análise das capas de revistas (Veja, Mulher, Realidade), bem como de matérias relativas a mulher. A pesquisadora citou os comentários da mídia referentes às mulheres que participam da política. Em vez de elogiar a atuação das ministras, deputadas, senadoras, etc., a mídia enaltece seus atributos físicos, sua classe e seu charme reforçando as representações machistas que se tem sobre a mulher brasileira.

e nos cuidados com os filhos. Em muitos lares, várias são as violências (psicológica, econômica, física, simbólica, moral, entre outras), ainda sofridas pelas mulheres.

2.2 A TEORIA DO PATRIARCADO

O termo patriarcado é muito antigo e, ao longo dos anos, sofreu algumas mudanças de sentido. A última mudança ocorreu por volta da década de 1970 por influência do movimento feminista. Para as feministas, a palavra patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder. Neste sentido, é sinônimo de “dominação masculina”, “subordinação”, “sujeição das mulheres” ou ainda “condição feminina” e isto precisa ser combatido (DELPHY, 2009, p.173).

Na concepção de Max Weber (1964, p.184), *“se llama patriarcalismo a la situación en que dentro de una asociación, las más de las veces primariamente económica y familiar, ejerce la dominación (normalmente) una sola persona de acuerdo con determinadas reglas hereditarias fijas.”*¹¹ Partindo desse conceito clássico, de um dos maiores teóricos da Sociologia, entende-se que é na autoridade familiar e doméstica que se funda o patriarcado e isto implica uma determinada divisão sexual que determina quais são os papéis sociais desenvolvidos e permitidos aos homens e às mulheres na organização social. Weber entende que o patriarcado não está limitado a um só momento histórico, ele pode e deve ser referido a qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido de ação.

Segundo a teoria da evolução, datada do século XIX, proposta por Bachofen (1861) e por L. H. Morgan (1851-1877), em estágios primitivos do desenvolvimento humano, a sociedade era organizada pelo matriarcado, na qual a mulher detinha o poder sobre o homem, sobre a validade da descendência e participava ativamente da subsistência do grupo. (ROSALDO, 1979, p.19-20).

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1891), Engels demonstra como as mulheres são transformadas, ao longo da história, de membros livres e iguais a corpos tutelados, dependentes e subordinados primeiro pelos pais, depois pelos esposos. Nesse livro, Engels propõe que a família é a unidade social, economicamente básica e comunitária, pois a produção era para o consumo, não se produziam alimentos para o armazenamento, estes eram compartilhados por todos. Não havia propriedade privada, isto

¹¹ “Chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” (Tradução da autora)

tornava igual o valor social do trabalho produtivo dos homens e as atividades domésticas das mulheres, ambos contribuíaam igualmente para a sobrevivência do grupo. As mulheres participavam das decisões políticas das tribos e possuíam um alto status social em relação ao marido. Para Engels, isso mudou drasticamente; quando surgiu a propriedade privada, o homem passou a domesticar os animais e estes se constituíram a primeira propriedade privada. O crescimento da propriedade privada abalou o clã, pois a família cresceu e sobrepujou o clã de forma econômica e política, fato que impactou também a família, porque deixou de existir a igualdade na produção, já que o homem se transformou em provedor principal, pois era o dono da propriedade, das mulheres, das crianças e de outros homens que não tinham propriedade, por isso passaram a ser dependentes dos proprietários, viver e trabalhar segundo o seu jugo (SACKS, 1979, p.186-190).

A família começou a perpetuar-se através dos tempos pela herança da propriedade, e isto culminou numa mudança do trabalho reprodutivo e produtivo da mulher, desde então as pessoas estavam interligadas, e cada um tornou-se um elemento definidor do outro. O reconhecimento da paternidade significou a vitória do pai com a origem da civilização. Saffioti (2015, p.128-129) lembra que quanto mais filhos um homem pudesse ter mais braços ele teria para cultivar as áreas extensas de terras, isto permitiria maior acumulação. Esse fato acabou por afastar os seres humanos da natureza transformando sua maneira de vê-la, começou a percebê-la como algo que podia ser controlado e dominado. O domínio sobre os animais permitiu ao homem ver que não havia nada de mágico na reprodução, isto fez a mulher perder o poder validador sobre a prole e esta passou a pertencer unicamente ao chefe da família diferentemente do que ocorria na era do matriarcado. De acordo com Pateman (1993, p.50), a vida social era governada pelo poder materno, a descendência era matrilinear¹² e a promiscuidade sexual impedia o reconhecimento da paternidade.

Essas teorias são importantes para compreender que as desigualdades sociais entre os sexos são construídas socialmente e são em parte frutos de uma sociedade de classes. Entretanto, o que dizer da opressão sofrida pelas mulheres que possuem propriedades produtivas? Essas teorias não conseguem explicar o motivo da opressão. O poder da propriedade fica restrito à esfera privada, não repercutindo na esfera pública, visto que as mulheres não eram consideradas maiores de idade, adultas. Viviam sob a dependência do pai ou do marido, os trabalhos produtivos e reprodutivos desenvolvidos na esfera privada não eram considerados um trabalho socialmente valorizado. Cruz (2005, p.40) corrobora com

¹² A descendência era determinada através da mãe.

este pensamento, ao afirmar que o patriarcado é um sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade, que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho, e o surgimento do capitalismo confirmou que a subordinação das mulheres se perpetua em resultado da divisão sexual do trabalho.

Carole Pateman (1993) acredita que as verdadeiras causas da opressão da mulher estão inscritas na teoria do contrato sexual, segundo o qual a subordinação feminina está centrada no poder que os homens exercem sobre as mulheres. Pateman (1993) explica que existem três tipos de contrato: o contrato social, o contrato sexual e o contrato original. O primeiro refere-se à liberdade civil exercida pelos homens e que exclui as mulheres; o segundo refere-se à sujeição vivida pelas mulheres em relação aos homens; e no terceiro, que é a junção do contrato social com o contrato sexual, estão inscritas a liberdade do homem e a dominação da mulher. Esse contrato revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres foi criado. A “lei do direito sexual masculino”, criada com base no contrato original, dá aos homens direitos políticos e sexuais sobre os corpos das mulheres e sobre a prole. Neste contrato, o corpo da mulher é visto como um objeto, uma propriedade particular que o homem pode dispor como quiser. Pateman esclarece que alguns contratualistas afirmavam que o poder político era o poder paterno e que o poder reprodutor do pai era a origem do direito político. Esse poder dizia, por exemplo, que os filhos pertenciam ao pai e a sua família, e não às mães como era antes, segundo as teorias evolucionistas.

A fim de desfazer algumas confusões, Pateman (1993, p. 44-45) distingue três formas de argumentação patriarcal que não se excluem: A primeira argumentação foi intitulada de pensamento *patriarcal tradicional*; nessa forma de patriarcado, a família, sob o comando do pai, forneceu o modelo para as relações de poder e autoridade de todos os tipos. A segunda argumentação recebeu o nome de *patriarcalismo clássico* e foi a primeira a desenvolver extensivamente uma teoria do direito e da obediência políticos. Segundo esse argumento, os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam a eles subordinados politicamente; o direito político era natural e paternal originado do poder de reprodução dos pais. A terceira forma de argumentação é o *patriarcado moderno*, este é fraternal contratual, estrutura a sociedade civil capitalista e constitui o contrato sexual. É importante ressaltar que o contrato não se contrapõe ao patriarcado, ao contrário, ele é base do patriarcado moderno. O contrato social e o sexual não são duas coisas diferentes; como mostra Pateman, eles se complementam, são inseparáveis para que seja possível compreender a sociedade, uma vez que a sociedade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada. Para Machado (2000, p.12), a maior contribuição do trabalho de Pateman é mostrar quanto o contratualismo supôs o contrato

sexual do direito masculino de sujeitar as mulheres para se declarar apenas como contratualismo fraternal, portanto, reintroduz por esse viés o patriarcado fraternal.

Em vez de usar o termo patriarcado, Manuel Castells (1999) propõe substituir o conceito de patriarcado por patriarcalismo, devido a entender que o primeiro não explica tudo sozinho, por referir-se ao poder exercido pelo pai particularmente sobre a mulher, nos moldes da família no passado. Nesse sentido, o conceito de patriarcalismo seria mais adequado para os dias atuais, uma vez que se refere às relações de poder extensivas na sociedade em outras dimensões (gênero/classe, etnia/raça/ idade/geração/ orientação sexual). Nesse aspecto, Cruz (2005) alude ao capitalismo como um sistema econômico vigente na sociedade que se estrutura e se apropria dos elementos patriarcais por meio de estratégias de poder, dominação social, cultural, política, ideológica e econômica para a utilização do uso indeterminado da força de trabalho, produzindo desigualdades para as mulheres no trabalho e na divisão sexual do poder. O patriarcalismo coloca-se como uma categoria essencial, que, ao dialogar com outras categorias, sofre um processo de ressignificação e ampliação, possibilitando análises profundas no campo dos discursos, das linguagens e da subjetividade. Os elementos patriarcais também podem ser observados entre outras dimensões: na segmentação das estruturas dos sindicatos, na presença predominante das mulheres em departamentos de pouca visibilidade, enquanto os homens concentram-se em departamentos de maior poder para direcionar as pautas de lutas, decidir os rumos e as políticas prioritárias da entidade. Nesse sentido, mesmo em maioria percebe-se que o lugar ocupado por mulheres nos sindicatos não lhes garante a representatividade.

Em *A classe operária tem dois sexos* (1996), Souza-Lobo mostra as opressões pelas quais passavam as mulheres nas fábricas; a autora analisou que, apesar de, em muitos casos, trabalharem mais, ganhavam menos que os homens, e também que, mesmo exercendo atividades idênticas, sofriam vários constrangimentos; em decorrência do seu sexo, exerciam atividades repetitivas, sem qualificação ou semiqualficadas, raramente chegavam aos cargos de chefia e, quando isso ocorria, não escapavam dos preconceitos; além disso, possuíam uma dupla jornada de trabalho, já que, além do trabalho produtivo na esfera pública, tinham que dar conta dos afazeres domésticos e do trabalho reprodutivo desempenhado na esfera privada sem receber nada por isso.

Em *Gênero patriarcado e violência* (2015), Saffioti defende a recusa do uso exclusivo do conceito de gênero por entender a amplidão deste conceito. Ela acredita que se devem utilizar, simultaneamente, os conceitos de gênero e patriarcado para manter a coerência teórica, porque, enquanto o primeiro é genérico sobre toda a história, o segundo qualifica o

primeiro e é responsável pelos últimos sete mil anos. Assim como defende Pateman, Saffioti acredita que recusar o patriarcado ou não o admitir é dar dois passos para trás, uma vez que, não atacar o coração da engrenagem da exploração/dominação, a alimenta.

A compreensão do feminismo sobre o patriarcado aproxima-se das ideias dos pensadoras e pensadores como Manuel Castells (1999), ele afirma que:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na dimensão sócio-biológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. (CASTELLS, 1999, p.169).

A concepção de Castells (1999) sobre o patriarcalismo indica sua penetração nas relações sociais nos diversos espaços e lugares em que cada pessoa fala e se coloca formando e exercitando poder/es, o que se traduz e se expressa nas diversas maneiras que assumem as relações humanas, a exemplo, do/a professor/a, aluno/a; patrão/oa, empregado/a; ricos/as e pobres, jovens e velhos/as; entre tantas outras em que se observa a presença de hierarquias, com lugares destinados aos superiores e inferiores. Nessa perspectiva, Heleith Saffioti (2015) também compreende patriarcado como a relação estruturante das desigualdades existentes no Brasil e na América Latina, vinculada ao processo de colonização, à exploração das populações indígenas e negras, das mulheres e dos pobres. A autora observa, ainda, que os discursos e linguagens, instituídos na literatura clássica sexista e nos cânones religiosos, foram legitimados e defendidos como verdadeiros e científicos, o que se constitui numa forma profunda de reproduzir a dominação. Para ela, embora o patriarcado em termos específicos, diga respeito à ordem de gênero, expande-se por toda a sociedade, ninguém fica fora desse esquema gênero patriarcal (SAFFIOTI, 2015, p.131).

O patriarcado se reproduz para toda a sociedade por meio das relações de poder. Aqui não se fala somente do poder exercido na família, conforme trabalhado por Max Weber, mas do poder como forma de dominar em suas diferentes instâncias na sociedade, pois, com o capitalismo as formas de dominação ocorrem inclusive entre as mulheres, entre os homens ou entre homens e mulheres, ficando caracterizadas nas relações de gênero, pois estas não são somente entre homens e mulheres. É por isso que, ao se trabalhar com o conceito de gênero, é preciso trazer a dimensão do poder e ampliar para outras categorias como feminismo,

trabalho, identidade, entre outras. As instituições como os sindicatos são lugares em que se pode observar como acontecem as relações de poder e de gênero.

2.2.1 Machismo: herança do patriarcado

De acordo com Ferreira (2010, p.1301), o machismo é a “[...] atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos para o homem e a mulher, sendo contrário, pois ao feminismo.” Esse comportamento, também conhecido atualmente por *Masculinismo*, segundo Azerêdo (2007 p.119), tem como objetivo manter os privilégios dos homens em detrimento dos direitos das mulheres, considerando-as naturalmente inferiores, utilizando o argumento do sexo, mistificando as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos (DRUMONT, 1980, p.82). É uma das características do patriarcalismo que não deixou de existir, apenas se reinventou com a ajuda do capitalismo e vem passando por mutações para disfarçar sua existência.

Para Drumont (1980, p.82), “[...] o machismo pode ser genericamente considerado como um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado e ou invejado pelas mulheres.” Isso mostra que, infelizmente, essa ideologia não é aceita e praticada somente pelos homens, muitas mulheres comungam dela e dizem não assumir um discurso não feminista e não machista, o que demonstra a negação ou o “desconhecimento” das teorias feministas e de gênero quanto à situação de opressão e negação de direitos em que vivem, levando a uma situação de alienação e conformismo em torno da normatização de papéis sociais impostos a homens e mulheres, baseada em um discurso biológico/evolutivo que delimita, entre outras coisas, as áreas de atuação no trabalho, na família, na religião, nos sindicatos, na cultura e nas relações entre os sexos.

Castañeda (2006, p.18) alerta que o machismo comporta também o reinado de certos valores machistas. Segundo ela, isso permite, contraditoriamente, que uma mulher feminista tenha atitudes machistas, algumas sem perceber e outras conscientes em virtude de seu trabalho ou por causa de sua posição social. Para ela, a mulher que deseja ser respeitada vê-se obrigada a ter atitudes machistas.

As ideias e valores estão impregnados no inconsciente coletivo transmitidos de geração a geração pelas instituições sociais através da cultura; para Bourdieu, parece estar “na ordem das coisas” em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos nos

habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquema de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2014, p.21).

Castañeda (2006, p.31-32) demonstra que há uma diferença de valores entre as sociedades que apresentam maior separação entre os papéis sexuais daquelas em que há maior igualdade social e econômica entre homens e mulheres. Para a primeira, prevalece a moral sexual conservadora que condena o papel ativo da mulher na relação, a homossexualidade, a falta de castidade feminina, o aborto. Além disso, as tarefas domésticas e reprodutivas são consideradas femininas e há distinção entre profissões masculinas e femininas. O homem é considerado mais forte que a mulher e a promiscuidade masculina é considerada aceitável. É exigido do homem maior virilidade, agressividade, e da mulher passividade e obediência. A segunda, diferentemente da primeira, é a favor de que a mulher tenha mais autonomia e um papel ativo na relação e na sociedade. Ademais, esse tipo de sociedade tem mais aceitação do homossexualismo, do aborto e da divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres.

Saffioti (1987) alerta que o machismo beneficia aqueles que detêm as maiores parcelas de poder econômico e político, uma vez que permite maior exploração das mulheres que, em muitos casos, desenvolvem o mesmo trabalho que os homens e recebem salários inferiores a estes, prejudicando, assim, a luta das classes trabalhadoras e comprometendo negativamente o resultado das lutas pela democracia. Além disso, a autora mostra que as mulheres não são as únicas vítimas do machismo. Ela chama a atenção para o preço pago pelo homem por causa da dominação que exerce sobre a mulher. Segundo ela, o homem aceita, mesmo que inconscientemente, sua própria castração, mutilam várias dimensões de sua personalidade limitando seu desenvolvimento e deixam de vivenciar momentos prazerosos da vida como a participação na vida dos filhos e as trocas afetivas com estes.

Em suma, é preciso compreender que o que está em jogo no machismo é o significado do que é ser mulher e o que é ser homem em uma sociedade que organiza o mundo em torno do binarismo sexual. Ademais, “[...] o machismo estabelece uma luta de poder em cujo terreno homens e mulheres, não se permitem viver em liberdade, atuar de forma espontânea ou desenvolver-se plenamente, porque uns e outros tem ideias rígidas de como devem ser sua contraparte” (CASTAÑEDA, 2006, p.17).

2.3 TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O Trabalho é um dos temas de investigação mais importantes para as Ciências Sociais

e Humanas, especialmente para a Sociologia. Ele representa um elemento central na vida em sociedade, pois estrutura a composição psicológica das pessoas e o ciclo de suas atividades diárias. Nele, estão ligados diversos aspectos da existência humana, como a história, as condições materiais da vida, as ideologias, a religião, as relações de gênero, as relações de poder e a divisão sexual do trabalho. Para o filósofo Bernard Charlot (2014, p.32), “A espécie humana não existiria, com toda a sua especificidade, se não trabalhasse e, graças a esse trabalho, humanizasse a natureza, construísse um mundo humano e mudasse a própria espécie e suas condições de sobrevivência.” Karl Marx foi um dos principais teóricos do trabalho, para ele o trabalho é,

[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p.517; acréscimo no original).

Na sua teoria, o processo de trabalho ocupa um posto muito importante e tem um aspecto duplo: o de transformação material e o de valorização do capital. Marx chama de práxis esse processo pelo qual o homem transforma a natureza e, nessa ação, transforma-se a si mesmo. No pensamento econômico de Marx, o trabalho tem de ser tomado com referência a alguma coisa, desvinculando-se da sua utilidade prática imediata. Sua importância, nesse caso, refere-se à maneira como pode se encaixar em um sistema mais amplo, que é o processo de produção material da existência no capitalismo.

Em sua raiz etimológica, a palavra “trabalho” vem do latim *tripalium* e está associada a um antigo instrumento de tortura constituído de três madeiras bastante afiadas. Nesse sentido do termo, o conceito de trabalho está relacionado à tortura e ao sofrimento diário necessário à sobrevivência da humanidade. O conceito inicial de “trabalho” está atrelado a “labor”. Em *A condição humana*, Hanna Arendt (2007) informa que “labor” e “trabalho” não querem dizer a mesma coisa quando são analisados linguisticamente e historicamente. Segundo a autora, todas as línguas europeias tinham palavras distintas para se referirem ao labor e ao trabalho. O primeiro termo tem a conotação de dor e atribulação e está ligado às atividades desenvolvidas com o corpo para a subsistência da humanidade. Para Arendt (2007),

Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta

inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade. [...] Ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão de obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana. Tudo o que os homens tinham em comum com as outras formas de vida animal era considerado inumano. (ARENDDT, 2007, p. 94-95; suprimimos).

No mundo antigo, as ações do labor ficavam restritas ao mundo privado, doméstico, e, geralmente, eram desenvolvidas por escravos domésticos e serviçais encarados como *animal laborans*¹³. Essas ações eram consideradas parasíticas, improdutivas, não-qualificadas, uma vez que não enriqueciam o mundo com a produção de coisas duráveis que serviam para serem acumuladas e, portanto, para produção de riquezas. Exemplos disso são as atividades ligadas à sobrevivência do grupo: como a agricultura de subsistência, os cuidados com os animais, com a casa e com a prole. Já o trabalho, por sua vez, é desenvolvido pelo *homo faber*¹⁴, este trabalha sobre materiais duros e fabrica uma infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. O trabalho, desde sempre, esteve ligado à esfera pública, às atividades produtivas e qualificadas desenvolvidas com as mãos, na fabricação de bens acumuláveis responsáveis pela produção de riquezas. Em resumo, Arendt (2007, p.98) afirma que

[...] a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo contém, embora evitada de preconceito, a distinção mais fundamental entre trabalho e labor. Realmente, é típico de todo labor nada deixar atrás de si: o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido.

Com o passar dos anos, as diferenças teóricas entre “trabalho” e “labor” foram sendo encobertas, e esses termos estão sendo utilizados, atualmente, como sinônimos. No entanto, é importante lembrar que várias línguas espalhadas pelo mundo continuam a afirmar e conservar suas diferenças, especialmente quando se levam em conta quem produz, a durabilidade, a finalidade e a localização da coisa produzida. As diferenças de uso dessas palavras dão pistas sobre a desvalorização das atividades ligadas ao cuidar e à manutenção da vida, ambos relativos à esfera privada, e que prevalecem até os dias atuais, especialmente

¹³ O labor corresponde ao processo biológico do corpo. São as atividades que asseguram a manutenção da espécie e apontam para a proximidade do ser humano com os outros animais, ação que Arendt vincula ao termo *animal laborans*.

¹⁴ *Homo faber* - conceito do ser humano como ser capaz de fabricar ou criar com ferramentas e inteligência. O trabalho em si não está contido no processo vital, mas diz respeito ao *homo faber*, aquele que cria coisas com base em elementos naturais que se colocarão entre ele e o mundo natural.

quando se trata do trabalho desenvolvido pela mulher. Isto faz entender um dos significados do que Simone de Beauvoir (1967) quis dizer em *O segundo sexo* sobre “a mulher é presa da espécie”, pois, na atual sociedade, em nome da liberdade do homem, a mulher fica presa às atividades de manutenção do lar, aos cuidados relativos às pessoas doentes da família, bem como à concepção, aos cuidados e à educação dos filhos.

Segundo Arendt (2007), as atividades ligadas ao “labor” são desvalorizadas porque prendem o ser humano à natureza, o escraviza à necessidade, pois se trata de atividades essenciais à sobrevivência da espécie, e é por este motivo que filósofos como Platão e Aristóteles acreditavam que os seres humanos que trabalhavam nas lavouras, mesmo livres, equiparavam-se aos escravos. Para esses filósofos, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade. Ou seja, a liberdade consistia em se livrar dos trabalhos sujeitos às necessidades da vida. No caso da vida privada, doméstica, os homens se livram dos trabalhos domésticos e “outorga” esse papel social à mulher.

Nas discussões sobre “trabalho” e “labor” ficou claro a relação direta que estes têm com o trabalho produtivo e o improdutivo. O primeiro está ligado à esfera pública e o segundo à esfera privada, doméstica. E não é coincidência que na divisão sexual do trabalho os homens desempenham as atividades ligadas à produção de bens e riquezas relacionadas ao público e as mulheres fiquem presas a atividades inerentes ao lar e ao cuidar, relativas ao espaço doméstico, privado.

Segundo Kergoat (2003), as relações sociais estabelecem tarefas e atribuem papéis sociais baseados no sexo biológico para homens e mulheres. A distribuição e a atribuição de tarefas são denominadas de divisão sexual do trabalho, pois a atribuição de papéis sociais é historicamente determinada e diferente nas várias sociedades. A divisão sexual do trabalho garante aos homens prioridade nas atividades produtivas relacionadas às ocupações de forte valor social agregado (como comércio, indústria, empreendimentos e política) e às mulheres na esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que a elas são destinadas principalmente tarefas que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente. Apesar de a sociedade continuar afirmando que homens e mulheres são iguais, observa-se que no trabalho essa suposta igualdade é descartada.

Para Giddens (2005, p.317-321), as três principais formas de desigualdade em relação ao papel das mulheres no trabalho são: a segregação ocupacional (horizontal e vertical), a disparidade salarial e a concentração nos empregos de meio turno. A segregação ocupacional

é baseada nas diferenças construídas socialmente entre os sexos que aprisionam homens e mulheres em um tipo específico de trabalho; nessa concepção existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres. A segregação ocupacional horizontal confina a grande maioria das mulheres em guetos mal remunerados, desqualificados ou semiqualeificados, as mulheres são as mais afetadas pela informatização do setor terciário, conforme afirma Hirata (2002, p.202), sem contar que, na maioria das vezes, esses trabalhos permitem à mulher conciliar as funções de dona de casa com as de trabalhadora. Esses postos de trabalho são considerados trabalhos de mulher, porque são relacionados aos atributos femininos, geralmente ligadas “às qualidades intrínsecas e naturais da mulher” ao cuidar. A segregação ocupacional vertical confina as mulheres em cargos menos privilegiados com um pequeno grau de autoridade e poucas oportunidades de progresso, enquanto os homens ocupam postos de maior poder e influência.

Uma das consequências da segregação ocupacional é a disparidade salarial. Várias/os pesquisadoras/es, entre eles/as Saffioti e Souza-Lobo, provaram por meio de suas pesquisas que, mesmo desenvolvendo atividades idênticas, homens e mulheres recebem salários diferentes. O *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero* tem em sua página na internet um estudo do *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)* sobre as desigualdades e as diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia, o qual mostra que, apesar do recente crescimento econômico e das políticas destinadas a reduzir as desigualdades, as diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia continuam sendo significativas nos países latino-americanos. Segundo essa pesquisa, no Brasil, os homens recebem 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução (HOMENS..., 2009).

Muito mais procurado pelas mulheres do que pelos homens, o trabalho de meio turno tem a finalidade de ajudar a mulher a conciliar as tarefas domésticas do lar com o trabalho. Entretanto, a aparente positividade da flexibilização do trabalho apresenta como desvantagens os baixos salários, a insegurança no emprego, o maior número de informatizações e oportunidades limitadas de ascensão na carreira. Esse tipo de trabalho deixa evidente que a grande maioria dos homens não ajudam suas companheiras nos afazeres de casa e nos cuidados com os filhos, sacrificando, em muitos casos, a vida profissional das mulheres que se veem como meras ajudadoras dos homens.

Conforme Helena Hirata (2002, p.218), “[...] o que realmente está em jogo na divisão sexual do trabalho são as relações de poder e de autoridade entre homens e mulheres que parece, aqui, desvendar o discurso dominante sobre tarefas femininas”. Complementando esse pensamento, Souza-Lobo (1996) afirma que a divisão sexual do trabalho traz embutida uma

hierarquia construída socialmente entre o sexo masculino e o feminino e que esta se apresenta como natural. Entretanto, a hierarquia de gêneros na sociedade não funda a divisão sexual do trabalho, esta se constrói como estratégia de gestão da força de trabalho, através de representações de linguagem do capital, tanto quanto como estratégias de resistência das mulheres e dos homens nas relações com o trabalho e em suas práticas sociais.

2.4 A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A mulher só conseguiu adentrar o espaço público por meio do trabalho. Graças a este, ela alcança a autonomia econômica, forma-se como ser social e tem melhores condições para ampliar sua participação social, cultural e política, contribuindo para decidir os rumos da própria vida. Vários pesquisadores, entre eles Souza-Lobo (1996), apontam que a entrada no mundo do trabalho e sua manutenção nele não são fáceis, uma vez que nesse espaço a mulher ainda é vítima de muitos preconceitos, pois, em muitos casos, mesmo tendo mais qualificação que os homens, ela tem dificuldades para ingressar em cargos de chefia, além de continuar ganhando menos que os homens, apesar de desempenharem as mesmas tarefas. A participação feminina no mercado de trabalho está concentrada em guetos ocupacionais¹⁵ e postos de trabalhos instáveis e de piores remunerações. Mesmo estando no século XXI o assédio moral, o assédio sexual e a violência contra mulher ainda fazem parte do cotidiano de muitas trabalhadoras.

É importante ressaltar que o trabalho feminino sempre existiu para as mulheres das classes populares, para as escravas e para as índias. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada (IPEA) (2014, p.592; suprimimos).

Os primeiros dados oficiais [...] apontam que em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época [...] as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria.

Do exposto, pode-se inferir que a sociedade brasileira, que se pautou no poder masculino, jamais prescindiu da mão de obra feminina (SAFFIOTI, 2013; FOLLADOR, 2009). Segundo Falci (2013, p.250), as mulheres pobres, mesmo as que tinham maridos, precisavam garantir seu sustento e de sua família; dessa forma, além do trabalho doméstico desempenhavam atividades diversas, trabalhando como costureiras, lavadeiras, cozinheiras,

¹⁵ Está implícita no conceito de gueto a noção de um espaço segregador; no caso em tela, são espaços nos quais são desenvolvidos trabalhos ditos femininos, geralmente repetitivos com baixa remuneração e ascensão social.

tecelãs, parteiras, amas de leite e até trabalhos tidos como masculinos, como capinar, carregar lenha, plantar e colher. Laborando desde a infância, algumas se especializaram, mas a grande maioria fazia atividades diversas. As mulheres negras e escravas trabalhavam principalmente na roça, mas também faziam várias atividades, inclusive todo o serviço doméstico.

O acesso ao ensino feminino e a introdução da mulher nas salas de aula como docente estão relacionados aos acontecimentos das últimas décadas do século XIX: a modernização da sociedade provocada pelas descobertas científicas, pelo fim da escravidão e pelo advento da industrialização que exigia, cada vez mais, mão de obra para os trabalhos nas fábricas. De acordo com Haidar (2008), “[...] os defensores do aprimoramento da instrução feminina animados por ideias evolucionistas darwinistas, apontavam a ignorância da mulher como um importante fator de retardo do progresso da humanidade”. Logo, se o Brasil queria chegar ao status de país desenvolvido e trazer o progresso para sua sociedade deveria investir e incentivar o ensino das mulheres.

O surgimento das escolas de primeiras letras, criadas através da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, permitiu à mulher frequentar a escola pública. Isso não quer dizer que no primeiro momento a educação feminina tinha o objetivo de preparar a mulher para assumir funções sociais diferentes daquelas convencionadas pela sociedade como impróprias à sua capacidade intelectual e orgânica, incompatíveis com a missão “natural” de ser mãe e esposa.

Segundo Santos (2013), a escolarização da infância passou a ser vista como um percurso que levaria ao progresso civilizatório no Brasil. Diante disso, a expansão da escola pública, que naquele momento atendeu, em parte, aos interesses das mulheres, impulsionou a entrada dessas no magistério, já que, segundo Freitas (2003), o ensino das meninas deveria ser promovido por professoras. Estas, segundo a autora, eram recrutadas, primeiro através do comportamento social, ou seja, deveriam ser honestas, para depois provarem que tinham o conhecimento necessário para o cargo. Percebe-se, com isso, um cuidado especial relativo à educação das meninas. Tinha-se medo que os comportamentos considerados depravados, para a época, pudessem desencaminhá-las dos padrões morais em vigência.

As escolas normais foram responsáveis pela profissionalização do magistério e contribuíram para a sua feminização. Elas possibilitaram, especialmente às mulheres, a oportunidade de exercer uma profissão socialmente aceita pela sociedade que lhes permitiu transpor o espaço privado da casa rumo ao espaço público, na busca de realização pessoal e da independência social e financeira.

Outros fatores que influenciaram a feminização do magistério estão ligados aos baixos salários dos professores, ao progresso econômico trazido pelo café, ao acelerado processo de

industrialização e urbanização que ampliou as oportunidades de trabalho para os homens. Isso acabou afastando muitos homens, que deveriam prover o sustento da família, para outras profissões mais rentáveis, como por exemplo, os trabalhos nas indústrias, no comércio ou a ocupação de cargos públicos mais lucrativos, conquistados através de nomeação política, porém, com a expansão do ensino público, isso se transformou em um problema social que provocou mudanças profundas no seio da sociedade:

Ensinar passou a ser tarefa de quem não era considerado sustentáculo – econômico em primeiro lugar, mas também social – da família: mulheres que, por sua vez, modificaram a origem de classe do professorado. Para possuir educação suficiente para ensinar – não necessariamente conhecimentos –, em princípio deveriam provir de setores das classes “médias”. Contudo, esse espaço ocupado pelas mulheres não lhes foi concedido sem disputas (ALMEIDA, 1998; LOURO, 2001; VILLELA, 2000); fez-se necessária uma forte transformação na principal imagem da docência, agora compreendida como uma extensão do trabalho doméstico, realizado por quem é por ele responsável e no período de tempo que não o compromete. (FERREIRA, 2008, p.17-18).

Pode-se inferir que o avanço do feminino na vida pública da escola, primeiro como aluna e depois como professora, não deve ser visto de forma isolada como uma atitude de bondade da sociedade para com a mulher, mas isso só foi possível graças às mudanças econômicas provocadas principalmente pelo surgimento da indústria e pelas demandas sociais ocasionadas por esses fatores. Uma das consequências do avanço feminino é revelada por Souza (2012),

[...] o grupo social passou a ter um sentimento público diferente em relação mulher, esta, por ser definida pelo criador como a procriadora possuía condições de serem preparadas de forma adequada para conduzirem o destino da nação e poderiam ser uma nova força da civilização.

O fato também pode ser constatado na obra de Santos (2013):

Ser professora no alvorecer do século XX significava ter mais que uma profissão permitida ao sexo feminino: era também símbolo de prestígio aumento da renda e reconhecimento social. Por esse motivo cursar as aulas da Escola Normal de Aracaju se tornou o sonho de muitas meninas e até de seus familiares. [...] As normalistas passaram a ser representadas como as portadoras das novas metodologias e de uma nova versão de mulheres: a profissional no campo educacional. [...] Em muitos documentos produzidos sobre a disseminação dos grupos escolares pode ser percebido a ênfase dada ao papel das professoras no desenvolvimento educacional do país. Elas eram representadas como musas da instrução, responsáveis pelas novas metodologias e da preparação do futuro do Brasil. Era uma tarefa cívica e sagrada. (SANTOS, 2013, p.107; suprimimos).

Num primeiro momento, somente as mulheres órfãs, solteiras e viúvas, de moral ilibada, poderiam exercer o magistério. Apesar de o magistério primário ter se tornado lugar

de mulher, em função de sua “missão divina”, com o casamento as jovens deveriam abandonar a profissão e se dedicarem aos seus maridos e filhos, pois essa era a verdadeira vocação da mulher. Algumas/uns pesquisadoras/es apontam que segmentos da sociedade chegaram a propor a implantação de um celibato forçado para as professoras. Pode-se inferir que o intuito do celibato era suprir a falta de professoras ocasionada pela expansão do ensino e pelo abandono da profissão quando essas se casavam.

Representadas como mulheres abnegadas que deixavam o seio protetor da família para dedicar-se à instrução dos jovens do país. Essa trama de representações resultou em embates acerca da transformação do magistério feminino em sacerdócio, alegando ser incompatível a conciliação entre as tarefas domésticas, maternais e o magistério. [...] chegou-se a se cogitar a implantação do celibato das professoras. (SANTOS, 2013, p.107; suprimimos).

A partir do momento que não era mais lucrativo deixá-la em casa, somente cuidando dos filhos e do marido, a sociedade a convocou de volta para a missão de educar seus filhos e filhas como extensão do trabalho doméstico de cuidar e educar. As palavras de Junqueira, a seguir, fazem refletir sobre uma das possíveis causas que levou a mulher casada ao mercado de trabalho e, respectivamente, de volta às salas de aula.

[...] este avanço progressivo das mulheres no mercado de trabalho não deve ser visto apenas como uma conquista feminina. O discurso [...] na verdade procuraria escamotear o fato de que, em função dos baixos salários existentes, o homem não consegue mais assumir sozinho o papel do provedor do lar. [...] a mulher representaria uma mão-de-obra de reserva a ser utilizada pelo mercado de trabalho nos momentos de sua expansão. (JUNQUEIRA, 1998, p.145; suprimimos).

No caso do magistério feminino, o exposto por Junqueira não ocorreu de forma diferente, porque a profissão permitia a conciliação do trabalho doméstico de dona de casa, mãe e esposa zelosa, uma vez que podia ser desenvolvido em apenas um expediente, não comprometendo a “missão divina”, a qual foi reservada às mulheres. Muitas/os pesquisadoras/es acreditam que essa jornada de meio expediente de trabalho acabaria por justificar os baixos salários, já que estes eram compreendidos como complementares aos salários dos maridos, pois, não cabia à mulher a responsabilidade de “chefe de família”. Não se considerava a hipótese de que o salário das mulheres era fonte de renda indispensável para a manutenção das despesas domésticas. Entretanto, para Louro (2013), a feminização do magistério não levou aos baixos salários, mas bem que justificou que se pagasse menos e pedisse pouco por esse trabalho.

Segundo Freitas (2003), era mais econômico para o Estado garantir as mulheres no magistério, pois os vencimentos pagos a uma professora no início do século XX não

satisfaziam a um professor. Percebe-se, com isso, que a atividade de cuidar e educar as crianças nos anos iniciais do ensino primário era considerado desqualificado em relação ao trabalho realizado pelo homem. Algumas/uns pesquisadoras/es afirmam que a inserção da mulher no mercado de trabalho, ao longo da história, mostra que ela passou a ser considerada mão de obra reserva na expansão dos mercados, além de ser vista como substituta dos homens nas profissões mais vocacionadas, menos especializadas e de menos prestígio, nas quais os salários são mais baixos.

É importante salientar que a inserção da mulher nas salas de aulas do ensino primário não se deu de forma tranquila, muitos foram os obstáculos que teve de transpor para exercer o magistério. O primeiro deles foram os preconceitos pelos quais passou, já que existiam na sociedade concepções de que a mulher era um ser inferior, desprovido de inteligência e que isto poderia prejudicar o ensino das crianças. Para muitos médicos higienistas, o trabalho feminino fora de casa levaria à desagregação do lar e da família.

Segundo Haidar (2008), para Tito Lívio de Castro, o ensino da infância nas mãos da mulher equivale ao ensino por mestres de dez anos, e, em tais mãos ficará o ensino da humanidade graças ao poder das primeiras impressões. Outros, apesar de concordarem com a inferioridade intelectual da mulher, acreditavam que por ela ter o dom divino de gerar outra vida estaria apta para exercer a missão de educar, nos primeiros níveis elementares. Esse pensamento acabou legitimando a ideia de que o objeto do trabalho docente é o “cuidar”, e isto faz parte da natureza da mulher, ou seja, é um dom, uma vocação inerente à condição feminina.

Em suma, é interessante notar como os discursos foram sendo construídos, ao longo dos séculos, para representar as mulheres e mantê-las sob o jugo dos homens. Num primeiro momento, era necessário representar a mulher como sedutora e pecadora, alguém em quem não se podia confiar, já que ela foi capaz de se aliar a serpente e desobedecer a uma ordem divina, levando a humanidade ao sofrimento eterno. Esse discurso serviu para manter a mulher trancafiada em casa, sob o controle dos homens sendo utilizada como objeto. A partir do momento em que houve a necessidade da mão de obra feminina no chão da escola, em virtude da falta de professores e da expansão do ensino, era preciso criar um novo discurso que atribuía à mulher o papel de regeneradora da sociedade, mulher como símbolo de pureza, da maternidade, como sinônimo de progresso e civilidade.

As professoras passaram a ser representadas, segundo Santos (2013), como musas da instrução, responsáveis pelo futuro do Brasil, sua tarefa era cívica e sagrada. A mulher passou do profano ao sagrado. Esse discurso vai aos poucos desconstruindo a visão de mulher

pecadora, sedutora perpassados pela sociedade ao longo dos séculos, e serviu para justificar a saída dos homens para outros postos de trabalho mais bem remunerados, em alguns casos, com maior prestígio social. Nesse sentido, o novo discurso criado para legitimar a presença feminina nas salas de aulas acabou por desobstruir o caminho das mulheres para sua inserção no mercado de trabalho significando um avanço de suas reivindicações para o alargamento da participação feminina na esfera econômica e uma nova maneira de ser no mundo, novas possibilidades de introdução social. Tornar-se professora, até meados de 1930, era uma das poucas oportunidades, senão a única, das mulheres prosseguirem seus estudos e possuírem um contato com o espaço público.

2.5 GÊNERO

A vida em sociedade é um complexo sistema de relações entre os indivíduos, as quais produzem e são produzidas por diversas visões que implicam relações de poder. Quando resolvi lançar meu olhar sobre um sindicato docente, a partir de uma perspectiva de gênero, tornou-se muito clara, para mim, a ideia de que todos os espaços são constituídos por relações sociais de gênero e poder e que em um sindicato isto não fugiria à regra. Os sindicatos são vistos, em sua maioria, como instituições em que os homens reinam sobre as mulheres e que estas só são admitidas como grandes companheiras na luta, mas não companheiras no poder, pois este é reservado aos homens por dominarem as tecnologias do poder¹⁶ (CASTRO, 1995).

Mencionar o gênero implica referir-se às relações socialmente construídas entre homens, mulheres, grupos sociais por razões de classe, raça/etnia, geração orientação sexual (lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e bissexuais). O gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado (GROSSI, 1998, p.5) e é uma categoria que surgiu nas Ciências Sociais para dar conta de símbolos, valores e representações que cada cultura associa com ter um ou outro sexo. O conceito de gênero estabelece uma diferença entre o biológico, conhecido como sexo, e o gênero que está relacionado à identidade cultural que se atribui e se adquire, e que torna as pessoas reconhecíveis como homens e mulheres. O sexíssimo promove as desigualdades entre homens e mulheres e leva ao preconceito, uma vez que produz papéis estereotipados e promove a

¹⁶ A partir da leitura da obra de Foucault, Castro (1995), enfatiza que as *tecnologias do poder* são todas aquelas técnicas pelas quais uma decisão é aceita e pela qual tal decisão não poderia ser tomada na forma em que foi. Ela explica que estas técnicas estão relacionadas ao conhecimento político, a experiência e linguagem convencional que quase sempre vem acompanhada de um falar grosso, de um bater forte na mesa (CASTRO, 1995, p.29-51).

discriminação da mulher, fato que acontece em todos os setores da sociedade não sendo diferente no mercado de trabalho, na escola e no movimento sindical.

2.5.1 O Sistema Sexo/Gênero

O conceito tradicional de gênero o compreende como características psicológicas e culturais que marcam a diferença entre homens e mulheres, conforme o sexo biológico e reprodutivo. A dimensão cultural do gênero, em oposição ao seu aprisionamento à Biologia, foi enunciada em 1949, por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, obra na qual a autora afirmou que o ‘segundo sexo’ é uma metáfora da alteridade, da diferença representada pelo outro, ou seja, a ‘mulher’ é construída como ‘o outro’ do ‘Um’, o masculino. Depois desse ensaio Beauvoir desnaturalizou o ser mulher, ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”, diferenciando a construção do “gênero” de o “sexo dado” e, mostrando que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados, pois segundo ela:

Isso é admitir que a mulher de hoje é uma criação da natureza; cumpre repetir mais uma vez que nada é natural na coletividade humana e que, entre outras coisas, a mulher é um produto elaborado pela civilização; a intervenção de outrem em seu destino é original; se essa ação fosse dirigida de outro modo, levaria a outro resultado. A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo. (BEAUVOIR, 1967, p.494).

O trecho transcrito da obra de Beauvoir mostra que ela é a precursora do conceito de gênero, pois, apesar de não ter criado a palavra, ela estabeleceu os fundamentos do conceito como uma construção social o diferenciando de sexo como algo natural, biológico. O formulador da palavra e do conceito de *gender* foi Robert Stoller, em 1968. Contudo, seu conceito só prosperou depois de 1975, após o artigo, *O tráfico de mulheres notas sobre a Economia política do sexo*, de Gayle Rubin (1975). No Brasil, o conceito de gênero expandiu-se a partir da tradução do artigo de Joan Scott intitulado: *Gênero uma categoria útil de análise*, publicado no início da década de 1990.

Segundo Miguel (2015, p.25), Beauvoir “[...] abriu caminho para a discussão a respeito de uma epistemologia feminista distinta de uma epistemologia dominante, masculina.” A divisão sexo/gênero funcionou como uma espécie de base fundante da política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher assumindo assim um aspecto de opressão.

Gênero passou a ser concebido como efeito da linguagem, como produção discursiva inscrita em uma rede complexa de relações de poder, segundo Scott (1995). As relações de poder impõem-se aos sujeitos de forma sutil, através de uma complexa e difusa rede de tecnologias e de sistemas disciplinares, constituindo-se o que Foucault (1996) chamou poder disciplinar: poder e saber – entrelaçados – estabelecem normas para a constituição dos sujeitos, sustentando determinados modos de dominação. Essa rede opera através de discursos e de práticas, destacando-se aqui os discursos e as práticas que normalizam e normatizam não somente os modos possíveis de existência singular quanto os modos possíveis de existência social para homens e para mulheres.

No entendimento de Scott (1995), gênero é uma categoria de análise que excede, portanto, a relação masculino/feminino, homens/mulheres, servindo para dar visibilidade a complexos processos culturais e redes de relações de poder que demarcam a articulação (e não a simples justaposição) entre diferentes vetores de opressão, tais como raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade. Segundo essa perspectiva teórica, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; é uma forma primária de dar significado às relações de poder; um campo primitivo dentro do qual, ou por meio do qual, se articula o poder. O gênero fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Ao enfatizar a dimensão relacional entre as diversas formas de interação humana, a definição de Scott (1995) trouxe para o campo dos estudos acadêmicos e científicos uma importante ferramenta para questionar relações de poder. O termo gênero possibilita identificar “construções culturais”, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, bem como às origens sociais das suas respectivas identidades subjetivas (SCOTT, 1995, p. 75).

Historicizando as abordagens das análises de gênero, Scott (1995, p.8) cita três posições teóricas que nortearam os/as historiadores/as. A primeira abordagem explica as origens do patriarcado, concentrando sua atenção na subordinação das mulheres e na explicação da “necessidade” de o macho dominar as mulheres. A segunda situa-se no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas buscando a origem da dominação masculina através da história. E, finalmente, a terceira, dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Scott (1995) tece críticas sobre as teorias feministas que explicam as origens do

patriarcado e sobre as teorias marxistas. Para ela, as primeiras chegaram a respostas essencialistas e biologizantes sobre a opressão das mulheres, uma vez que se limitaram a explicar a opressão como consequência da reprodução e da sexualidade, além de essas teorias não explicarem o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras formas de desigualdades. De acordo com Cruz (2007, p.137), Scott critica as feministas marxistas porque elas estão presas à causalidade econômica e não explicam como o patriarcado se desenvolve fora do capitalismo, além de haver, por parte do marxismo, uma tendência a considerar o gênero um subproduto das estruturas econômicas cambiantes. Cruz acrescenta que ambientes acadêmicos dominados por essas teorias não aceitam uma história da mulher que fosse concebida como um estudo das lutas femininas pela igualdade de direitos políticos, sociais ou econômicos, pois não a consideram como uma verdadeira classe social.

Corroborando com Scott (1995), Machado (2000, p.5) entende gênero como uma categoria engendradora e classificatória. Engendradora porque se refere ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, e classificatória porque, em princípio, pode metodologicamente ser o ponto de partida para desvendar as mais diferentes e diversas formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos, e circunscreverem cosmologicamente a pertinência da classificação de gênero.

O conceito de gênero como culturalmente construído, distinto de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais ocorria, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje serve para justificar preconceitos. O par sexo/gênero serviu às teorias feministas até meados da década de 1980, quando começou a ser questionado. Butler (2015) critica as dicotomias que a divisão sexo/gênero produz contribuindo para o desmonte da ideia de que sexo é natural e gênero é construído. A autora afirma que, “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino [...]” (BUTLER, 2015, p. 29), e enfatiza que o sexo e o corpo também são construídos socialmente assim como o gênero. Nesse caso, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Para Butler, “Beauvoir diz claramente que alguém se torna mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão não vem do ‘sexo’. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente uma fêmea.” (BUTLER, 2015, p.29).

A identidade é colocada na berlinda por Butler que advoga não existir uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, e que a identidade é *performativamente*

constituída. Trata-se de uma problemática ontológica e epistemológica, que exige imperativamente outra abordagem para que se possam enfatizar, devidamente, as abordagens política e estão envolvidas. Para refletir sobre os efeitos dessa desconstrução, é fundamental entender desconstrução não como desmonte ou destruição.

Atualmente, as discussões sobre o conceito de gênero e suas interfaces com as diferentes esferas da vida social vêm se tornando uma temática cada vez mais frequente tanto no âmbito acadêmico-científico quanto na pauta dos movimentos sociais organizados, não sendo indiferentes a isso os estudos sobre sindicalismo docente. Longe de tratar-se de um campo estanque e consensual, os estudos sobre gênero configuram-se como um cenário em que se revelam a complexidade e a polissemia que permeia a discussão.

Conforme destaca Louro (2003), diversas perspectivas teóricas e epistemológicas podem ser encontradas na literatura científica sobre gênero, bem como diferentes leituras e versões do seu processo histórico de construção e consolidação. Observar a realidade alicerçada na categoria de gênero implica prestar atenção às relações de poder que se desenvolvem na sociedade e estão presentes nas construções históricas, culturais e sociais presentes na determinação do masculino e do feminino. Trata-se das representações simbólicas das diferenças sexuais, que determinam os papéis social e econômico desempenhados por homens e mulheres que designam seu espaço na sociedade. São essas relações de gênero que impõem as relações de poder.

2.5.2 Gênero e Identidade

Castells (1999) fundamenta a discussão nos sindicatos, nos movimentos sociais e na política como resultantes da interação entre a globalização induzida pela tecnologia, o poder da identidade e as instituições do Estado, e faz uma lúcida análise da sociedade conectada pela convergência de telecomunicações, computadores e redes. Enfatiza que se deve compreender a contraditória pluralidade, por ser o multiculturalismo o fator transformador da globalização tecnoeconômica, decorrendo desses entremeios, o título do livro *O poder da identidade*. O autor afirma, ainda, que autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual as mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser.

Esta pesquisa procura problematizar a abordagem das relações de gênero nas análises dos movimentos sociais contemporâneos, especialmente no sindicalismo docente, caracterizado como um novo tipo de ação coletiva, ao mesmo tempo em que busca interpretar

tais movimentos como construídos como uma natureza única. Nesse sentido, quando a perspectiva de gênero se articula na análise dos movimentos sociais, ela, na verdade, articula-se com outras identidades que operam na constituição da ação coletiva, e sua perspectiva se amplia ao tomar outras identidades como interfaces, através das quais estão operando as diferenças de gênero. Desse modo, ao interrogar outros lugares cognitivos, o gênero transcende seu contexto de origem sem se dissolver como modo de conhecimento das relações sociais e da ação social. Tudo depende de como as identidades postas em movimentos estão operando as relações. Neste sentido, os significados constituintes das diferenças de gênero passam a funcionar.

De acordo com Riot-Sarcey (2014, p.553), Foucault considera que o sujeito é apreendido em uma interação constante com a sociedade, isto é, sua constituição não é definitiva, é a cada instante fundado e refundado pela história. Falar da abordagem de gênero como um processo de construção implica analisar como o sujeito constrói sua identidade. Para Louro (2003), ao se identificarem, social e historicamente, como masculinos ou femininos, as pessoas estão construindo as identidades de gênero fenômeno social relacionado com a forma que se constroem como sujeitos. Essa construção social de nós mesmos é inconsciente e só é possível através das relações estabelecidas com os outros por meio da família, dos amigos, da escola, da cultura, do trabalho, das práticas políticas, da mídia e dos movimentos sociais como, por exemplo: os movimentos feministas e os sindicatos. Hall (2000) afirma que as identidades só existem no discurso em relação ao outro, na diferença, e não fora dela. Nessas relações, apreendem-se papéis sociais de gênero¹⁷ do que é ser homem/mulher, filho/filha, esposo/esposa, heterossexual/homossexual, aprendizado que é contínuo e constantemente reforçado por meio do poder regulador social que tem o objetivo de manter todos/as dentro de caixinhas específicas.

Atualmente, presencia-se a desconstrução das identidades que, por muito tempo eram consideradas imutáveis. Em decorrência disso, uma variada gama de discursos sobre a temática é produzido nas mais diversas áreas do conhecimento humano. A identidade, assim como as relações de gênero, são construções sociais que não estão inscritas no DNA humano. Durante muito tempo a humanidade acreditou que possuía uma única essência fixa e imutável que era inerente ao ser humano. Todavia, diferentemente disso, o sujeito da pós-modernidade, descrito por Stuart Hall (2006), não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, ele

¹⁷ Grossi (1998, p.6-7) afirma que os papéis sociais de gênero são representações associadas ao sexo biológico, e esses papéis mudam de um lugar para outro do planeta, de cultura para outra, como também dentro de uma mesma cultura.

assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em torno de um “eu” coerente. As identidades são contraditórias e suas identificações estão sendo continuamente deslocadas. A identidade unificada, coerente, completa e segura não existe é uma fantasia. Louro (2015) complementa dizendo que as pessoas são donas de muitas identidades, estas são provisórias e atraentes, em um determinado momento da vida, depois, a depender das relações sociais, poderão ser descartáveis, rejeitadas e abandonadas. As identidades sexuais e de gênero, como todas as identidades sociais, têm o caráter fragmentado, transitórias, contingentes, instáveis, históricas e plural.

A identidade é difícil de ser conceituada, porque ela está em constante transformação, é um conceito que escapa por entre os dedos, pois herda um rico conceito semântico. Hall (2000) procura definir a identidade por meio do que ela não é. Segundo ele, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental., mas sim uma construção, uma relação, um ato performativo, é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, não acabada, e está ligada a estruturas discursivas e narrativas, sistemas de representação, possuidoras de estreitas conexões com relações de poder. A produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade. A teoria cultural e social pós-estruturalista tem percorrido os diversos territórios da identidade para tentar descrever tanto os processos que tentam fixá-la quanto aqueles que impedem sua fixação. Assim, têm sido analisadas as identidades nacionais, as identidades de gênero, as identidades sexuais, as identidades raciais e étnicas e não poderia ser esquecida a identidade docente, pois ela dialoga intimamente com as demais. Embora estejam em funcionamento nas diversas dimensões da identidade cultural e social, em ambos os tipos de processos, pois eles obedecem a dinâmicas diferentes.

Pensar a identidade das docentes sindicalizadas é refletir sobre a especificidade da tarefa das/os professoras/es relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade; é definir pela linguagem que categoria é essa, como deve agir, quais suas dificuldades e problemas, é produzir uma parcela das condições necessárias à fabricação e à regulação da conduta desse tipo de sujeito. Garcia, Hypolito e Vieira (2005, p.54), confirma isso:

A identidade profissional dos docentes é entendida como uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando numa

série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, estabelecendo, consciente e inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão — certamente marcado pela gênese e desenvolvimento histórico da função docente —, e os discursos que circulam no mundo social e cultural acerca dos docentes e da escola. (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005, p.54).

Ao abordar o tema da identidade docente é preciso perceber a heterogeneidade da categoria e as instabilidades das identidades presentes no mundo. É preciso ter em mente que ela não é constituída no singular e que outras identidades estão em cena, ao mesmo tempo, como as identidades de gênero, sexuais, raça, classe e geração. Ademais, é ter consciência que a identidade docente é construída e moldada socialmente através das representações que as/os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, de forma consciente e/ou inconscientemente, e das representações construídas pelos discursos que circulam no mundo social e cultural acerca das/os docentes e da escola, sem esquecer que essas representações servem, na maioria das vezes, aos interesses econômicos do Estado e do capitalismo que, para atingirem seus objetivos, têm insistido em forjar uma identidade para a categoria do magistério.

Lawn (2001, p.118), defende que a identidade do professor simboliza o sistema e a nação que o criou. Para ele a identidade é “produzida” através de um discurso que, simultaneamente, explica e constrói o sistema. As alterações na identidade docentes são manobradas pelo Estado através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controle e numa forma eficaz de gerir a mudanças em momentos em que esta é crucial para o estabelecimento, ou reformulação dos seus objetivos econômicos ou sociais, tal como se encontram definidos pelo Estado. De acordo com Lawn (2001), a identidade deve ser gerida, por diversas razões:

- Primeiro, porque a identidade dos professores deve ajustar-se à imagem do próprio projecto educativo da nação (i.e. as mesmas imagens devem ser aplicáveis a ambos, professores e Estado); por exemplo, se o sistema está empenhado em produzir uma determinada moral individual, então a identidade do professor deve reflectir tal facto.
- Segundo, porque há poucas formas de, numa democracia, gerir eficazmente os professores, e a criação, através do discurso oficial, da identidade do professor é uma delas.
- Terceiro, a identidade dos professores é flexível, no interior de sistemas assentes em edifícios, exames e conhecimento universitário, podendo ser subtilmente manejada para enfatizar um aspecto, em vez de outro, dependendo das circunstâncias. A identidade do professor tem o potencial para não só reflectir ou simbolizar o sistema, como também para ser manipulada, no sentido de melhor arquitectar a mudança. A tentativa de alterar a identidade do professor é um sinal de pânico no controlo da educação, ou um sinal da sua reestruturação (LAWN, 2001, p.119).

Exemplo disso é que, durante muito tempo, a identidade docente que imperava na sociedade era a imagem da docência como sacerdócio, isso porque, no início, o ensino era monopolizado pela igreja católica e os primeiros professores eram os sacerdotes. Mesmo depois de a Igreja ter perdido seu monopólio, prevaleceu na sociedade a ideia de que os que educavam deveriam fazê-lo por vocação. Rêses (2015) confirma essa ideia. De acordo com ele:

O professor exercia até os anos de 1960 uma função social transcendente, além de um modelo moral e político era também visto como um sacerdote a serviço do saber. A sua vida confundia-se com a missão. Portanto, ser professor era a manifestação de uma vocação ou missão transcendente, não o exercício de uma profissão (RÊSES, 2015, p.154).

O processo industrial vivido pelos países capitalistas trouxe a necessidade de inserir a mulher no mundo público do trabalho, isso ocorreu sob duas marcas distintas: a precarização do trabalho feminino e a emancipação da mulher. A entrada da mulher na docência foi justificada por muitos, porque a ela foi entregue o dom de gerar e cuidar, assim como Maria, a mãe de Jesus o fez. Portanto, mais uma vez, a docência foi encarada como vocação, como sacerdócio, pois quem não conseguia casamento ou havia ficado viúva era chamada por Deus à missão de educar. A docência era a atividade das mulheres sozinhas: “[...] órfãos, viúvas e solteironas que falharam enquanto mulheres, pois carregava para sempre o insucesso de não ter casado e não ter tido filhos.” (LOURO, 2003, p.103). O espaço da escola e o ensino possibilitaram as mulheres sua inserção na esfera pública, primeiro como professoras e depois nas mais diversas áreas da vida sociopolítica, as quais, antes, eram exclusivamente masculinas, como os sindicatos e os partidos políticos.

A identidade relacionada à vocação e ao sacerdócio serviu durante muito tempo para justificar os baixos salários pagos ao magistério, por se tratar de uma atividade encarada por muitos como missão divina e como trabalho feminino extensivo do trabalho doméstico de cuidar e educar. Coronel (2014, p.27) afirma que “[...] os movimentos grevistas e as transformações das organizações em direção a uma perspectiva sindical rompem com o caráter individualizado do trabalho docente, levando grandes parcelas da categoria a perceberem-se como parte da classe trabalhadora.” Entretanto, a autora afirma que a ideia de sacerdócio não deixou de existir completamente e que as greves se tornaram insuficientes para enfrentar as políticas neoliberais que promovem ajustes econômicos e reformas educacionais.

Coronel (2014) corrobora com Hypolito (1997), em relação à ideia do sacerdócio e da vocação. Para esse autor tais características ainda estão presentes no trabalho docente,

porque “[...] este ainda está preso ao ideário do magistério enquanto profissão feminina, seja pela resignação e pelo conformismo, quando as/os professoras/es estão reivindicando melhores condições de salário e trabalho.” (HYPOLITO, 1997, p.103-104). Confirmando esse pensamento, Rêses (2015, p.20) entende que “[...] essa construção da identidade social do professor caracterizou-se como fator impeditivo da formação associativista ou sindical da categoria por muito tempo”.

Outra característica atrelada à identidade docente é a *proletarização*¹⁸ do trabalho. À medida que o trabalho docente se profissionaliza ele também se proletariza. Hypólito, (1997, p.85, grifamos), explica que

[...] a *tese da proletarização* parte do ponto de vista de que o professor é um trabalhador assalariado, que passa por um processo de desqualificação e massificação no qual se identifica a perda do controle sobre o processo de trabalho e perda do prestígio social.

Como consequência do exposto, há o empobrecimento causado pela perda de poder aquisitivo. Autores como Saviani (1999), o próprio Hypólito (1997); Silva (1992) e Paro (1991) discordam das teses de proletarização do trabalho docente por acreditarem que não se caracterizam efetivamente vinculadas à lógica da economia capitalista, por não produzirem mais-valia e possuírem uma especificidade própria: o produto do trabalho docente, o saber, não é submetido à relação capitalista de produção de mais-valia. Entretanto, se fizer um paralelo com uma fábrica percebe-se que, para o capitalismo, a educação nada mais é que uma mercadoria, já que produz mão de obra em larga escala, e é através da exploração dessa força de trabalho que o capital produzirá produtos e consequentemente mais-*valia*.

Dal Rosso (2011, p. 20) entende que as/os professoras/es fazem parte da classe trabalhadora, porque são exploradas/os como as/os demais trabalhadoras/es. Ademais, o conceito de educação, as práticas escolares, a função da escola e das/os docentes vão se

¹⁸ As principais características do processo de proletarização do trabalhador docente, segundo Bauer et al (2013, p.46) são: 1º) a busca de uma “racionalização” do trabalho docente, o qual a organização da escola adota métodos característicos do ambiente fabril, como o ordenamento e agrupamento de turmas, o estabelecimento de horários específicos e os prazos a serem cumpridos, além de metas de aprovação e formação de alunos a serem alcançadas pelos trabalhadores em educação; 2º) a precarização do trabalho das/os professoras/es e funcionárias/os, por meio das péssimas condições materiais e falta de recursos necessários para a efetivação do trabalho docente, além do aumento da insalubridade física e mental por parte dos profissionais, muitas vezes demonstrado por meio das constantes licenças médicas e afastamentos do trabalho docente em sala de aula; 3º) a separação entre pensar o trabalho e a efetivação do trabalho em si, o que Marx já tinha observado no ambiente fabril e chamou de alienação do trabalho. Essa característica é visível no momento que o poder público e privado, por meio das secretarias de educação e coordenadorias de ensino, estabelece e impõe o conteúdo programático a ser trabalhado pela/o professor/a, e sua aplicação é supervisionada por um funcionário/a intermediário/a – o/a coordenador/a pedagógico – que determina e controla a efetivação dos planos educacionais estabelecidos de fora da escola; 4º) talvez o mais visível, mas também o mais difícil de ser analisado devido às mudanças econômicas (inflação, reestruturação econômica e financeira do país, sistema de crédito que cria ilusões de consumo) existentes no período, que é a *desvalorização salarial e a queda do poder de compra do salário médio do professor*.

desenvolvendo para atender as necessidades do sistema capitalista, isto é, formar mão de obra barata. Apesar de seu trabalho não gerar *mais-valia*¹⁹ ele, indiretamente, torna-se parte do processo produtivo, ao compor o chamado *trabalho social*. Para Dal Rosso (2011, p. 25), a principal mercadoria é a força de trabalho, “[...] a única que possui a virtualidade de conferir valor a toda às outras mercadorias [...]” e a seu caráter de trabalho não é garantido apenas a sua capacidade física, mas também a sua capacidade intelectual, ou seja, a qualidade da força de trabalho.

Além disso, a escola formal desempenha outro objetivo, que é a internalização e a reprodução dos valores provenientes da classe dominante, com o intuito de subordinar as massas à ordem estabelecida. As redes públicas e privadas de ensino têm trabalhado de acordo com a lógica do sistema neoliberal imposto pelas agências internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais ditam regras não somente no mundo econômico como também na educação. Os sistemas de ensino estão voltados para aspectos como habilidades e competências que levam os alunos a cumprirem metas e a pouco refletirem sobre a sociedade que os cercam, bem como o esvaziamento dos conteúdos essenciais para sua formação humana. O objetivo é formar uma massa produtiva que, mesmo desprovida dos direitos básicos, siga rigorosamente os padrões de produção e o padrão de sociabilidade sem compreender o que de fato está em jogo. Essas habilidades e competências derivam da reestruturação produtiva da economia aplicadas nas indústrias com o objetivo de produzir cada vez mais. O que interessa ao sistema neoliberal é a formação de um trabalhador pronto para resolver problemas no mundo do trabalho e vazio de conhecimentos que o façam refletir sobre sua condição humana.

Os sindicatos assumem uma importância vital na construção de uma identidade social de segmentos de trabalhadores, pois, no papel de mecanismos políticos, clarificam interesses, afirmam comportamentos e avocam positivamente a condição de trabalhador/a. Como este não detém os meios de produção nem a posse dos produtos que realiza, o sindicato comparece como um modo de reapropriação, uma forma de lutar para reduzir a *mais-valia* extraída do

¹⁹ De acordo com Bottomore (2012, p.364; grifado no original), “[...] o capitalista adianta DINHEIRO para a compra de FORÇA DE TRABALHO e meios de produção; depois de terem os trabalhadores produzido uma nova MERCADORIA com a ajuda dos meios de produção, o capitalista normalmente vende a mercadoria produzida por mais dinheiro do que o investido. Marx expressou esse movimento pela fórmula D-M-D’ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro’), onde D’, o dinheiro realizado com a venda das mercadorias, é maior que D, o dinheiro investido ou adiantado. Se os preços pagos e recebidos são iguais em valor, esse dinheiro adicional é a MAIS-VALIA que, nessa forma fenomenal, corresponde à categoria contábil convencional de margem bruta (ou lucro bruto): o tanto em que a receita das vendas excede o custo direto dos bens vendidos. Marx usa normalmente a palavra “lucro” para indicar a *mais-valia* total, já que faz abstração, em grande parte de sua análise, da renda da terra e da diferenciação entre lucro e juros, lucro comercial e assim por diante (O Capital, III, caps.I-IV e XXI-XXIV)”.

trabalhador. Nesse caso, o sindicato das empresas públicas, mesmo da educação, existe para que o trabalhador amplie o controle sobre o seu trabalho (CODO, 2002, p.32).

A construção da identidade docente é cercada por relações de poder, pois ela é “produzida” através de um discurso que, simultaneamente, explica e constrói o sistema, ou seja, interessa à classe dominante construir uma identidade para as/os docentes que cumpra o papel criado para ela/e na sociedade e que a/o ajude a reproduzir e internalizar valores que servem para controlar as classes menos favorecidas.

2.5.3 As Relações de Gênero e Poder

Mesmo com vários avanços relacionados aos direitos das mulheres, estas continuam sob o reinado da dominação masculina. No trabalho, o homem segue ganhando mais, inclusive em alguns casos possuindo menor qualificação; além disso, o homem chega mais rápido que as mulheres aos cargos de chefia e prestígio social. A maioria das mulheres ainda continua presa a guetos ocupacionais, nos setores informais da economia realizando trabalhos repetitivos e que possuem algum atributo de gênero ligado ao cuidar, à sensibilidade, à delicadeza, e à concentração, características relacionadas ao ser feminino. Na política as mulheres já conquistaram o direito ao voto, contudo, não somam mais de 10% do total de homens com mandatos políticos, e quando lá conseguem chegar, são lembradas pelos colegas por seus atributos físicos. Na esfera privada, as mulheres continuam com a dupla ou a tripla jornada de trabalho sem contar com a colaboração dos companheiros nos afazeres domésticos e nos cuidados com os filhos. Em muitos lares, a violência ainda é bastante presente, elas são espancadas diariamente, estupradas, escravizadas e mortas por seus companheiros, sem contar os casos de violência psicológica.

Para Pierre Bourdieu a dominação masculina sobrevive na sociedade atual e, apesar de o senso comum querer naturalizá-la, ela não tem nada a ver com as razões biológicas, é uma construção social arbitrária que alicerça as divisões sexuais aparentemente espontâneas. Segundo Devreux (2014, p.87), Bourdieu defende que a sociedade é composta por vários *campos* (esferas da vida social), os quais estruturam o mundo de práticas que têm autonomias relativas, nos quais a posição dos indivíduos é determinada em função de seus recursos e de seus *capitais* que provêm de diferentes ordens: econômica, cultural, social e simbólica. Em cada campo há agentes sociais que, a depender de sua autonomia relativa, pode ter uma posição forte ou fraca, ou seja, podem ser dominantes ou dominados, resultando, assim, em desigualdades provenientes das relações de poder. A ação dos sujeitos nesses campos

acontece de forma inconsciente através de um *habitus de classe*. Bourdieu entende que o *habitus* é um sistema de disposições psíquicas duráveis e intransponíveis socialmente construídos que vão funcionar em situações semelhantes e não iguais na vida social.

É importante ressaltar que a definição de *habitus* foi tomada de empréstimo de São Tomás de Aquino. Para o cristianismo, este conceito é uma disposição geral do espírito da qual o cristianismo deve criar no homem, para que este perceba o mundo de uma determinada forma. Segundo Devreux (2014, p.93), para Bourdieu “[...] o *habitus* expressa uma crença nas veridades das regras do campo, uma adesão à *doxa* específica ao campo, uma fé prática que inclina o agente a agir em conformidade com elas.” Isso explicaria a lógica dos papéis sociais, isto é, o porquê de a mulher estar relacionada à esfera privada e às atribuições de mãe, esposa e dona de casa e o homem estar relacionado às atividades ligadas à esfera pública e à atribuição de provedor do lar.

Segundo a teoria de Bourdieu, as relações entre os sexos contêm violência simbólica, e a dominação masculina é também dominação simbólica. Em seu livro *O poder simbólico* (2006), Bourdieu afirma que o poder está em toda parte e que é preciso saber reconhecê-lo onde ele se deixa ver menos; ele nomeia esse poder invisível de *poder simbólico*, poder subordinado. Entende que tal poder tem a força de construir a realidade e tende a estabelecer o sentido do mundo social através de *sistemas de simbólicos*²⁰ que contribuem para a reprodução da ordem social. Os *sistemas de simbólicos* distinguem-se pelo campo de produção e pelo grupo de especialistas responsáveis pelo discurso dominante que tende a impor a ordem social através de relações de forças irreconhecíveis. É através do discurso que o poder simbólico é capaz de manipular os sujeitos e conseguir destes o que só a força física conseguiria. As relações de poder aqui se definem numa relação determinada entre os que o exercem e os que são sujeitos dele. Somente a tomada de consciência e a revelação da verdade são capazes de destruir o poder simbólico e a violência simbólica.

As relações de gênero e poder, como conceitos científicos, estão intimamente associados à história do movimento feminista, o qual tem pautando, desde o seu surgimento, o silenciamento, o submetimento e a opressão das mulheres na sociedade. As relações de gênero são o produto das interações sociais, das ações e do comportamento cotidiano dos sujeitos na sociedade. O poder não é indiferente às relações de gênero, elas são constituídas e reproduzidas a partir das relações de poder, ele incide diretamente nas relações de gênero como a autoridade, a lei, a violência e a ideologia nas instituições, no Estado, na vida militar e

²⁰ Mito, religião, língua, arte e ciência.

doméstica. De acordo com as palavras de Marx Weber (2002, p.43), o poder significa “[...] a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.”

Mesmo não tendo se preocupado em elaborar estudos de gênero, o teórico mais estudado pelas feministas é, sem dúvida, Michael Foucault. Segundo esse autor

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 2015, p.278-279).

Adotou-se o conceito de poder em Foucault, porque ele vê o poder como uma microfísica, mostrando que o poder atua em todas as direções e relações sociais, diariamente, construindo as relações de gênero em qualquer ambiente, quer seja na família, na igreja, no trabalho ou nos sindicatos.

Para Foucault (2015), o poder não existe sozinho, ele só existe em uma relação de forças, estas não têm objeto e sujeito, a não ser elas mesmas. A força nunca está no singular, está sempre em relação com outras forças, de modo que toda força já é relação, ou seja, é poder. O ser da força é a relação, e estas constituem ações sobre ações tais como: incitar, induzir, desviar, tornar algo fácil ou difícil, ampliar, limitar, tornar mais ou menos provável. O exercício do poder aparece em um afetar recíproco, ou seja, o poder afeta e também é afetado de volta. Na sociedade os sujeitos exercem o poder e sofrem sua ação. As relações de poder só existem na interação social, pois o seu exercício por uma pessoa limita a liberdade de outra. Cada indivíduo é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, o veicula. Nos espaços dos sindicatos o poder significa quem toma as decisões quanto às prioridades da vida sindical, quais temas integrarão uma pauta de negociação, debates e programas de formação da base, quem fala e representa a heterogeneidade e por quais hierarquias as experiências são codificadas e selecionadas (CASTRO, 1995, p.32).

As relações de poder emanam de um ponto a outro no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências. Isto faz com que elas não sejam facilmente conhecidas e localizáveis, pois, utilizam a sua instabilidade como estratégia para escapar do visível e do enunciável. Segundo Castro (1995, 37), “[...] as relações de poder são possivelmente as estratégias mais bem escondidas no corpo social”. Por esse motivo, o poder precisa ser observado durante seu exercício em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente”, se constitui por toda a sociedade. Isto mostra que Foucault estava mais preocupado com os efeitos do poder, como

este se vincula às disposições, as manobras, às táticas, às técnicas, aos funcionamentos. De acordo com Riot-Sarcey (2014, p.553), “[...] o grande mérito de Foucault foi ter esclarecido precisamente os modos de submissão dos indivíduos a regras de funcionamento que, ao mesmo tempo, os ultrapassam e os limitam.”

Foucault (2015) afirma que “[...] o poder é uma relação de forças que ocorre de forma silenciosa nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo do indivíduo”. De um lado, alguém exerce a força e do outro alguém é reprimido por esta. Entretanto, para Foucault o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, na medida em que produz sujeitos, e, ao tempo que se exerce até através do corpo, na produção de corpos disciplinados.

As relações de gênero são construídas a partir de verdades discursivas proclamadas pelas instituições sociais como a família, a escola, a igreja, a ciência, a lei, os sindicatos e a política, as quais vêm, ao longo dos séculos, regulando as relações entre homens e mulheres e construindo papéis sociais que ditam como devem se comportar cada um deles. Conforme Castro (1995), na maioria dos sindicatos, por exemplo, os homens são bons palanqueiros e as mulheres boas piqueteiras, cabe aos homens tirar as palavras de ordem e às mulheres a execução das tarefas como ouvir as queixas dos filiados, coordenar os atos e distribuir os jornais das entidades.

Em *Microfísica do poder* (2015, p.279), como também em *A ordem do discurso* (1996), Foucault denuncia que os indivíduos são submetidos pelo poder à procura da verdade e só podem exercê-lo através da produção desta e por meio dela produzem-se riqueza; um exemplo disso são as verdades ditas pelo capitalismo para submeter os indivíduos à força de trabalho e justificar a acumulação de riquezas. Portanto, a todo o tempo, as pessoas são submetidas à verdade, pois ela é lei e produz o “discurso verdadeiro” que decide quem vive e quem morre. São essas verdades que organizam o mundo, criando as desigualdades de sexo, classe, cor, etnia, geração, as quais oprimem e aprisionam todos os sujeitos na sociedade. Além disso, propiciam a oportunidade, para que, a vontade de quem detém o poder seja imposta de forma simbólica sem que se perceba o que está por trás de tudo.

Foucault (1996) desvenda a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Ao percorrer os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos na sociedade, ele comprova que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que os indivíduos querem se apoderar. Foucault (1996, p.08-09) afirma que “[...] em todas as sociedades a produção do

discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Existem três sistemas de exclusões do discurso que partem do exterior (a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade) e outras que partem do interior e exercem o seu próprio controle, procedimentos que funcionam a título de princípios e para classificar, ordenar, distribuir.

A primeira exclusão refere-se a um recurso que limita a enunciação do discurso, ou seja, cria tabus para ele, tendo em vista que nem tudo que pode ser dito por qualquer pessoa, em qualquer lugar ou circunstância. Um exemplo de tabus é a sexualidade e a política. A segunda exclusão refere-se à recusa da sociedade em não admitir ou não ouvir o discurso do louco como verdadeiro, pois não é visto como uma palavra de verdade e, portanto, não tem validade. É nesse contexto que Foucault promove uma discussão sobre o fato de que os discursos sofrem influências de regras sociais, institucionais e detentoras de saber que, por sua vez, garantem aos discursos o poder de serem aceitos como verdadeiros; e, por fim, a terceira exclusão que se apoia sobre um suporte institucional: é, ao mesmo tempo, reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas, ela é imposta por muito tempo e suas verdades são mascaradas, são legitimadas pelos discursos científicos, religiosos e políticos, e têm a tarefa de justificar a interdição e definir o que é loucura ou razão. Essas três exclusões confirmam que ninguém entra na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.

Nessa perspectiva, outros autores mais contemporâneos, como Van Dijk vêm sendo usado nos estudos de gênero porque ele estuda o poder e dialoga com Foucault, entretanto ele vai além de Foucault, pois estuda as relações de poder da perspectiva de grupos dominados examinando seus interesses e experiências para compará-las à contextualização discursiva dos grupos dominantes; e, mais decisivamente, à formulação de alternativas de resistência, caminhos possíveis dos grupos dominados no enfrentamento dos discursos dos dominadores.

Em *Discurso e poder*, Van Dijk (2008, p.41-43) resume as características do poder, como a relação entre todos que vivem na sociedade; este se manifesta na interação e resulta no controle social, isto é, na limitação da liberdade de uma das partes do sistema, pois atende aos interesses de um indivíduo ou de um grupo. Para que isso ocorra, o poder precisa de uma base, ou seja, de recursos socialmente disponíveis para o seu exercício, tais como: atributos ou bens socialmente valorizados, mas desigualmente distribuídos (riquezas, posição, *status*, autoridade, conhecimento, privilégios ou pertencer a um grupo dominante majoritário). A

preservação de poder por parte de um indivíduo ou do grupo que o detém depende do conhecimento. Além disso, pressupõe uma estrutura ideológica, formada por conhecimentos fundamentais socialmente compartilhados e relacionados aos interesses de um grupo socialmente privilegiado e de seus membros. Essa estrutura é adquirida, confirmada, alterada e impostas à sociedade por meio da comunicação e do discurso. A estrutura ideológica é poder, porque ela exerce controle sobre as mentes, manipulando os sujeitos a fazerem o que querem os donos do poder. Isso não quer dizer que não há resistência por parte dos grupos dominados, pois o exercício do poder não se limita apenas a uma forma de ação, mas consiste em forma de interação social.

A contribuição de Van Dijk é a conclusão de que controlar o discurso é algo crucial para as elites e organizações poderosas e que estas o fazem, principalmente, controlando o acesso ao discurso, de modo que as maneiras como o acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder devem ser examinadas atentamente.

3 SINDICALISMO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Não é possível investigar as relações de gênero no sindicalismo docente sem compreender o que seja sindicalismo, portanto, com tal finalidade, busca-se conhecer um pouco mais sobre essa categoria de análise. De acordo com Sandroni (1999, p.559), sindicato é uma “Associação de trabalhadores assalariados visando à defesa de seus interesses perante os patrões e o Estado. Os sindicatos reúnem trabalhadores de uma mesma profissão, de um mesmo ramo industrial ou empresa.”

Os sindicatos surgiram na Europa durante a Idade Média, primeiramente, como corporações de ofícios para regulamentar o processo produtivo artesanal nas cidades, as quais controlavam a qualidade da produção artesanal de seus membros, determinavam o preço das mercadorias, fiscalizavam o aprendizado de ajudantes e realizavam exames de capacitação para o aprendiz tornar-se mestre artesão e poder ingressar na corporação. Mas, o sindicalismo como movimento generalizado é um produto da modernidade e do crescimento do trabalho assalariado capitalista. Durante a Revolução Industrial, na Inglaterra, os sindicatos foram fundados para lutar contra a opressão exercida pelos patrões²¹, disciplinar a concorrência entre as/os trabalhadoras/es e promover o socorro mútuo. Os primeiros sindicatos eram considerados organizações subversivas, e a repressão ao movimento sindical era frequente, por parte do Estado, através de morte prisões e perseguições aos trabalhadores.

Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, de Bottomore (2013), Marx e Engels desenvolveram três argumentos principais sobre os sindicatos:

Primeiro, os sindicatos eram um produto natural da indústria capitalista; os trabalhadores eram obrigados a se unirem em defesa contra as reduções salariais e as máquinas que dispensavam o trabalho humano. Segundo, os sindicatos não eram economicamente pouco eficientes: podiam evitar que os empregadores reduzissem o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Mas não podiam provocar aumentos de salários acima desse nível, e mesmo seu poder defensivo era corroído pela concentração do capital e das repetidas crises econômicas, como demonstrou Marx em *Trabalho assalariado e capital*. E, portanto, terceiro, a eficácia limitada da ação econômica defensiva forçava os trabalhadores a irem se organizando progressivamente em bases cada vez mais abrangentes, ao nível de toda a classe, a levantarem reivindicações políticas e, em última análise, a se engajarem na luta de classes revolucionária. Acima de tudo, a experiência sindical ampliava a autoconfiança dos trabalhadores e a sua consciência de classe: como “escolas de guerra, os sindicatos não têm competidores.” (BOTTOMORE,

²¹ As/os trabalhadoras/es não tinham leis que os protegessem, apenas deveres, trabalhavam 12 até 18 horas por dia e recebiam salários irrisórios que não davam para sustentar toda família, isto obrigava o trabalho de toda a família, inclusive, o trabalho de mulheres e crianças que recebiam ainda menos.

2013, p.524).

De acordo com Rodrigues (2002, p.83), os sindicatos surgiram, inicialmente, como “[...] um movimento associativo²² de trabalhadoras/es manuais do setor privado, do setor manufatureiro, primeiro, e, depois dos setores de serviços, como ferrovias, portos e trabalhos públicos urbanos, as classes médias mantinham-se, no conjunto, afastadas dos sindicatos”. Esse autor estabelece três grandes etapas na história do sindicalismo: sindicalismo de ofício; sindicalismo de trabalhadores industriais e sindicalismo do setor público.

A primeira e segunda etapas do sindicalismo trouxeram para o imaginário coletivo a visão de que o movimento sindical está associado ao trabalhador manual do sexo masculino por possuir as mãos calejadas, pois precisa empregar grande força física na execução das tarefas árduas e penosas, surgindo daí o estereótipo de que sindicato é lugar de homens.

O sindicalismo do setor público, de acordo com Rodrigues (2002, p.108), foi responsável pelo aumento, nos sindicatos, da proporção de pessoas do sexo feminino e elevação dos níveis de escolaridade do movimento sindical, além de aumentar as taxas globais de sindicalização e projetar os sindicatos na política nacional. Além disso, a sindicalização do setor público pode ser equiparável à superação dos sindicatos de ofício pelo sindicalismo dos operários das fábricas.

Os sindicatos como instituições de luta em defesa das/os trabalhadoras/es brasileiras/es formaram-se no início do século XX graças à consciência quanto à condição de exploração em que viviam as/os trabalhadoras/es, as/os quais recebiam baixos salários e trabalhavam até 16 horas por dia, não tinham direitos como férias remuneradas, licença-saúde, licença-maternidade, décimo terceiro salário, fundo de garantia, no caso das demissão, entre outros direitos assegurados.

A primeira fase do sindicalismo no Brasil, segundo Giannotti (1986), foi denominada *anarco-sindicalismo* ou *sindicalismo libertário*, e aconteceu de 1900 a 1930. Essa fase foi influenciada pelas ideias anarquistas que chegaram ao Brasil com os imigrantes europeus cujo projeto era a destruição do Estado com a construção de uma sociedade dirigida pelos próprios trabalhadores. O anarquismo nega qualquer forma de opressão, de autoridade e a existência de partidos políticos e vê na greve uma arma contra a opressão das/os trabalhadoras/es. Naquele período o Estado agiu com muita violência: assassinou, perseguiu, reprimiu, prendeu e deportou trabalhadoras/es estrangeiras/os e brasileiras/os que fossem simpatizantes ou

²² Isto é, sociedades beneficentes, nas quais os trabalhadores cooperavam uns com os outros nos casos de desemprego, despesas com funeral, doenças ou incapacidade para o trabalho.

militantes desse movimento.

A partir da década de 1930, com o intuito de sufocar por completo a luta sindical, o Estado brasileiro investiu na construção de uma estrutura sindical atrelada às necessidades da classe dominante e transformou as/os trabalhadoras/es em força orgânica de cooperação com o Estado. Surgiu, então, a segunda fase do sindicalismo brasileiro denominada *corporativista*, baseada na colaboração de classes, começou na década de 1930 e perdurou até o fim da década de 1960, período em que o governo criou leis que limitavam a atuação política dos sindicatos junto à base e proibia que fossem realizadas atividades políticas e ideológicas que ameaçassem os planos do Estado. Além disso, em 1º de maio de 1943 por meio do Decreto-Lei 5.542 foi criada a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) que, apesar de melhorar em parte a vida das/os trabalhadoras/es, serviu também para desmobilizar e esvaziar a luta sindical.

A partir do esvaziamento dos sindicatos oficiais controlados pelo Estado, e com receio de que os/as trabalhadores/as criassem novos movimentos que promovessem a luta sindical desvinculada dos interesses da elite, o governo reagiu transformando as entidades em órgãos assistencialistas que promoviam: assistência médica, jurídica, dentista, auxílio funeral, creches, entre outros. Para promover esses serviços, em 1940, o governo de Getúlio Vargas criou o *imposto sindical*²³ e as normas para a utilização desses recursos que deveriam ser fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Além disso, as diretorias dos sindicatos eram compostas por pessoas que deveriam passar pelo crivo do Estado, quem não se enquadrasse era substituído por interventores do governo. É importante ressaltar que a ditadura militar se beneficiou e manteve a estrutura sindical, criada durante o governo de Vargas, e aumentou o controle sobre os sindicatos punindo com mais violência e perseguições os indivíduos que iam de encontro ao seu controle, sem contar os vários decretos para manter a estrutura, dentre eles, os de nº. 229/67 e 325/69 os quais tomavam as seguintes medidas:

- A doação de terrenos aos sindicatos, para construir hospitais, colônias de férias, etc.;
- concessão de bolsas de estudos aos filhos dos trabalhadores, com a

²³ Esse imposto também chamado de *contribuição sindical* é compulsório e está previsto do artigo 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e fundamentado no artigo 8, inciso IV, da Constituição de 1988. A lei prevê que todas/os as/os trabalhadoras/es assalariadas/os que integram uma determinada categoria econômica ou profissional, são obrigadas/os a pagar o imposto, independentemente de serem filiadas/os, ou não, a um sindicato. O imposto é descontado das/os trabalhadoras/es uma vez por ano, sempre no mês de março e equivale a um dia de trabalho. Os recursos provenientes desse imposto são distribuídos da seguinte forma: 60% vai para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para a chamada “conta especial emprego e salário”, administradas pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Renda. Muitas críticas têm sido tecidas sobre este imposto, pois mesmo os sindicatos que não têm atuação nenhuma, existem apenas no papel, têm direito a receber 60% do imposto referente as/aos trabalhadoras/es que dizem representar.

distribuição confiada à burocracia sindical;

- convênios de assistência médica entre INPS e sindicatos;
- assistência jurídica gratuita prestada pelos sindicatos;
- “Plano de Valorização dos Sindicatos” – empréstimos para os associados;
- punição às empresas que dificultam o desconto em folha da mensalidade sindical;
- programas prometendo facilitar a aquisição de casa própria para os associados (GIANNOTTI, 1986, p.33).

É importante ressaltar que durante os anos do governo Vargas e de todo período da ditadura militar nem todos aceitavam a falta de liberdade sindical. Havia muitas críticas a toda a estrutura sindical herdada de Getúlio Vargas que fermentava nas fábricas, nos comitês clandestinos, nos grupos de fábrica e nas incipientes comissões de fábrica, em facções de esquerda e nos grupos intelectuais de esquerda que lecionavam nas universidades e pesquisavam sobre o sindicalismo. Essas críticas cresceram e se fizeram presentes

[...] nas elaborações teóricas e na prática cinzenta e cotidiana de comitês clandestinos, grupos de fábrica, oposições sindicais etc.. As experiências vão cada vez mais saindo das catacumbas, chegando às direções sindicais, aos comandos de greve, às articulações intersindicais. (GIANNOTTI, 1986, p.33).

Esse momento dos movimentos reivindicatórios coincide com o novo sindicalismo, e seria uma nova forma de organização sindical adequada para lidar com o neoliberalismo e com a reestruturação produtiva. O novo sindicalismo teve como objetivo se contrapor ao velho sindicalismo amordaçado pelo governo e pelo capital que, durante muito tempo, controlou as massas e enfraquecer a luta das/os trabalhadoras/es.

Antunes (1995) esclarece que na década de 1980, emergiu no Brasil um novo movimento sindical denominado “novo sindicalismo”. Essa nova fase do sindicalismo é marcada por ações mais combativas e classistas que têm como objetivo defender a classe trabalhadora da exploração do capital. Muitas transformações ocorreram a começar dessa fase: retomada das ações grevistas, explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, além do abandono, gradativo, das ações clientelistas e da intervenção do Estado nessas instituições. O novo movimento sindical passou a ter força junto à classe trabalhadora e atuar fortemente na defesa dos interesses igualitários e na luta de classes por seus direitos. Antunes faz um histórico sobre as lutas pela democracia e pelo fim da ditadura, a criação das centrais sindicais, as greves por melhores condições de vida e trabalho, das lutas das/os trabalhadoras/es para a aprovação da Constituição de 1988 e, por fim, sobre a crise em que vive hoje o sindicalismo brasileiro em decorrência do avanço do neoliberalismo.

Os estudos sobre o sindicalismo brasileiro levam às questões como a reestruturação produtiva, que reorganizou o mundo do trabalho em escala mundial, acirrando as desigualdades entre os sexos e segregando, ainda mais, as mulheres em guetos ocupacionais, além de que, diminuiu as barreiras para a circulação dos investimentos dos grandes grupos transnacionais, associada às estratégias empresariais de subcontratação. As mulheres vêm assumido postos de trabalho nas empresas, com forte incidência de precarização das condições de trabalho e emprego. Segundo Giddens (2005) e Posthuma (1998), o trabalho feminino é marcado por vários tipos de exclusões: segregação horizontal, segregação vertical, baixos salários, acesso restrito a créditos e baixa mobilidade ocupacional. Neves (2000, p.174-175) afirma que se detecta no mercado de trabalho a segmentação por gênero com a concentração feminina em determinados guetos ocupacionais, postos de trabalho instáveis e de piores remunerações, precários e que exigem baixa qualificação e apresentam tarefas repetitivas e monótonas.

De acordo com Araújo e Ferreira (2000, p.311), a tradicional dominação masculina dos sindicatos e as formas resultantes de organização sindical que têm sido desenvolvidas pelos homens têm levado as mulheres trabalhadoras a acharem que os sindicatos não correspondem aos seus interesses, elas se sentem sub-representadas e acreditam que sindicato não é lugar para mulher. A possibilidade de uma militância mais ativa das mulheres tem esbarrado em vários obstáculos. Segundo Bertolin e Kamada (2012, p.37), a “velha” divisão sexual do trabalho e os encargos das atividades reprodutivas para as mulheres, naturalizados e socialmente difundidos, intrínsecos ao Texto Constitucional, estabelecem limites à cidadania e à participação das mulheres nos espaços públicos.

Para Dal Rosso (2011, p.17-18), a teoria do sindicalismo em educação está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. O estudo do sindicalismo em educação deve levar em consideração que o sindicalismo docente é uma esfera de atividade com relativa autonomia, a qual provém da capacidade de seus integrantes promoverem greves e movimentos sociais em prol da categoria ou em favor da sociedade; ademais, deve levar em consideração que esse setor agrega um contingente enorme de trabalhadoras/es e que suas atividades docentes possuem especificidades próprias.

3.1 ESTADO DA ARTE SOBRE SINDICALISMO DOCENTE

A revisão da literatura, o estado da arte sobre as relações de gênero, informam que as produções teóricas tradicionais vêm privilegiando categorias de análise sobre

representações de setores produtivos e financeiros (sindicatos operários, do setor extrativo mineral e bancário). Nos últimos anos, questiona-se a tendência androcêntrica da produção do conhecimento. Os pressupostos masculinos das ciências humanas começaram a ser confrontados mais veementemente com a visão que incorpora igualmente as mulheres como sujeitos da história. As feministas acadêmicas tiveram um papel significativo à medida que não se conformaram com a ausência, invisibilidade e sub-representação da figura feminina nas ciências, com destaque ao movimento feminista da década de 1960 que impulsionou os estudos de gênero.

O Estado da arte iniciou-se a partir da busca pelas palavras-chave: *gênero e sindicalismo docente* pesquisadas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram encontradas poucas pesquisas que tratavam do tema em tela. Dos trabalhos encontrados um chamou a atenção por apresentar um completo estado da arte dos estudos sobre gênero e sindicalismo docente. A dissertação de mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas intitulada *Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação*, realizada por Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel e defendida em 2014. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em teses e dissertações de Mestrado do Banco de Teses da CAPES, compreendida entre os anos de 1987 a 2011. Esse trabalho é o levantamento bibliográfico mais recente e completo sobre gênero e movimento sindical docente no Brasil, até o final de 2016. Diante disso, optou-se por não repetir as mesmas pesquisas estudadas pela pesquisadora, comentando-se apenas o seu trabalho, por entender, que, até a data desta conclusão desta pesquisa (final de 2016) ele é o mais atual e completo estado da arte sobre o tema em tela.

O estudo de Coronel se propõe a investigar as tendências e os usos do gênero no campo do sindicalismo docente, analisando como o conceito de gênero vem sendo utilizado em pesquisas sobre a organização sindical docente, realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Após a seleção baseada em critérios rigorosos, a investigação contou com um conjunto de oito pesquisas, que continham em seus resumos as palavras-chave: gênero e expressões referentes a sindicalismo docente. A pesquisa apresentou como resultados: o uso do gênero como um referencial em comum, segundo compreensão de Joan Scott em seu texto de 1995, *Gênero uma categoria útil de análise*. A pesquisadora concluiu que em alguns trabalhos, o gênero foi usado como uma categoria de análise, tendo sido buscados os significados masculinos e femininos presentes na organização coletiva do professorado. No entanto, a tendência da maioria das pesquisas foi o uso do conceito voltado

para discutir as desigualdades de gênero, com ênfase sobre as mulheres, o que implicou considerar a mulher no movimento docente. Independentemente do uso do gênero feito nos trabalhos todos apontaram um sindicato predominantemente masculino, em que não são consideradas satisfatoriamente as singularidades da atuação política e sindical das mulheres. A pesquisa possui grande relevância científica por contribuir com os estudos referentes às relações de gênero no campo sindical docente, especialmente acerca da potencialidade da categoria gênero, para a interpretação de fenômenos sindicais dos professores.

É interessante mencionar, ainda, que, particularmente, não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese tendo como objeto de estudo as relações de gênero no SINTESE. Entretanto, foram encontradas três dissertações e uma pesquisa em andamento que têm como campo empírico o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Oficial do Estado de Sergipe, além de uma monografia. Apesar de possuírem o mesmo campo empírico, os estudos têm objetos e objetivos diferentes dos apresentados na presente pesquisa.

A dissertação de Mestrado *Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores*, realizada por Maria Oliveira Santos, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (2012), tem como referência o materialismo histórico dialético, com o objetivo geral de analisar os nexos/relações entre a prática sindical docente e a formação política dos professores. Outra dissertação tem como título: *Sindicalismo na educação: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996)*, de Catarina Nascimento de Oliveira, apresentada em 2002 ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como método de análise o materialismo histórico e a dialética marxista para a análise do objeto, partindo das categorias: neoliberalismo, capitalismo, globalização, para analisar os consensos e conflitos que permearam a disputa pelo poder, pela hegemonia e direção do SINTESE (1992-1996). Esses grupos, apesar de diferentes, tinham o discurso da qualidade da educação como justificativa para manter a hegemonia política.

A dissertação *Sindicalismo no setor público em Sergipe: o caso da educação* foi desenvolvido por Maria Izabel Ladeira Silva, e defendida, em 1997, junto ao Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe; esse trabalho, de cunho exploratório, é pioneiro no que tange ao registro histórico e à análise do movimento sindical docente em Sergipe. Seus estudos permitem a reconstrução histórica desse movimento social e a compreensão das lutas e dos desafios pelos quais passaram os sindicatos sergipanos. Os

objetivos da pesquisa referem-se ao processo de afirmação da categoria profissional docente em Sergipe, bem como aos resultados dessa afirmação para organização político sindical, destacando os avanços e recuos de suas mobilizações. Desse modo, foi acentuada a trajetória da organização sindical no setor público em Sergipe, demarcando a presença dos professores, como também a análise da experiência reivindicatória do magistério e sua influência na formulação e controle de políticas públicas e no padrão das relações políticas e de trabalho entre o Estado e seus empregados, evidenciando as ações, estratégicas e aspirações do movimento sindical do magistério, como também o comportamento do poder público diante da ação sindical e identificando a crise do Estado no Brasil e suas relações com a emergência do sindicalismo no setor público.

Segundo informações encontradas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq), está em andamento, atualmente, o projeto de pesquisa Sindicalismo Docente da Educação Básica em Sergipe, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Galleti da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), cedido à Universidade de Brasília (UnB), que tem o auxílio de alunos de graduação e de mestrado. A pesquisa recentemente foi divulgada em um capítulo do livro *Sindicalismo em educação e relações de trabalho: Uma visão internacional*. O capítulo intitulado “Gênese e evolução das organizações dos trabalhadores da educação básica em Sergipe” é fruto de um levantamento bibliográfico dos textos de Frederico Lisboa Romão, José Ibarê Costa Dantas, Ariosvaldo Figueiredo, Maria Izabel Ladeira Silva e Catarina Nascimento de Oliveira.

A leitura e análise dos textos foram realizadas pelo autor, com o objetivo de analisar a gênese e evolução histórica dos sindicatos e associações dos trabalhadores da educação básica em Sergipe. O mesmo autor também está realizando uma pesquisa sobre a fragmentação sindical vivida, atualmente, na rede de educação básica e no movimento sindical em geral no estado de Sergipe. A leitura do texto de Galleti mostra que sua pesquisa, apesar de tratar também sobre o SINTESE, não está preocupada em analisá-lo com foco na categoria gênero, esquadrihando as relações de poder presentes no sindicato.

Foi encontrada também uma monografia intitulada: *O movimento sindical dos professores: memória e história da luta dos trabalhadores em educação de Lagarto (1982 a 2009)*. Esse trabalho foi desenvolvido por Ricardo André na área de licenciatura em História da Faculdade José Augusto Vieira (FJV) e defendido em 2011. A pesquisa resgata a história do sindicalismo docente na cidade de Lagarto (SE) e analisa as lutas travadas pelos trabalhadores em educação. Mesmo referindo-se às lutas, as disputas pelo poder, as práticas e a formação política de uma categoria que tem em sua maioria mulheres, essas pesquisas veem

os/as militantes de forma assexuada, como se o sexo da luta fosse apenas o masculino.

As pesquisas citadas não adotaram a abordagem sobre as relações de gênero e sindicato, indicando o quão invisível é a militância feminina nas entidades de representação das/os trabalhadoras/es, mesmo quando se trata de uma instituição majoritariamente composta por mulheres, tanto em sua base de filiadas/os como na direção desse movimento, no entanto foram importantes para observar aspectos históricos referentes ao SINTESE.

3.2 OS NÚMEROS DO SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL

No Brasil existem inúmeros sindicatos ligados à Educação: sindicatos da educação básica, sindicatos da educação superior, sindicatos de ensino tecnológico, sindicatos de professoras/es e sindicatos de servidoras/es, sindicatos de professoras/es das redes estaduais, redes municipais e rede federal. Entretanto, a presente pesquisa limitou-se a mapear as entidades ligadas às/aos professores da Educação Básica, em busca de conhecer o número de sindicatos docentes existentes no Brasil, o número de filiadas/os e a participação por sexo nas diretorias dessas entidades. Para isto, realizou-se uma pesquisa junto ao Ministério do Trabalho, ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado (CONTEE), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao Observatório de Gênero e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No primeiro momento, realizou-se a pesquisa nos sites dessas instituições, entretanto, não houve sucesso, uma vez que eles não possuem todos esses dados. Em um segundo momento, solicitou-se dessas instituições, formalmente, os dados por e-mail com identificação da pesquisadora e exposição dos objetivos da pesquisa, contudo, mais uma vez, não houve sucesso. As instituições responderam que não possuíam as informações solicitadas. Isso foi uma surpresa, uma vez que, no caso do Ministério do Trabalho, ele é um órgão do Governo Federal que tem como uma de suas finalidades registrar e fiscalizar os sindicatos no Brasil. Nem mesmo a CUT, CNTE e CONTEE, que recebem a contribuição dos sindicatos filiados conforme o número de filiados, dizem não ter essas informações. O IBGE respondeu por telefone que não dispõe desses dados, porque faz a pesquisa por amostra em domicílios. Entretanto, em parceria com o Ministério do Trabalho Emprego (MTE), o IBGE realizou uma pesquisa em 2002 com dados de 2001 sobre *Sindicatos: os indicadores sociais*. Esse estudo não menciona os sindicatos docentes como categoria de

análise, estes são mencionados como pertencentes aos sindicatos dos servidores públicos. A equipe do Observatório de Gênero respondeu dizendo que não possui os dados solicitados e que só dispõe de dados referentes a sindicatos no geral.

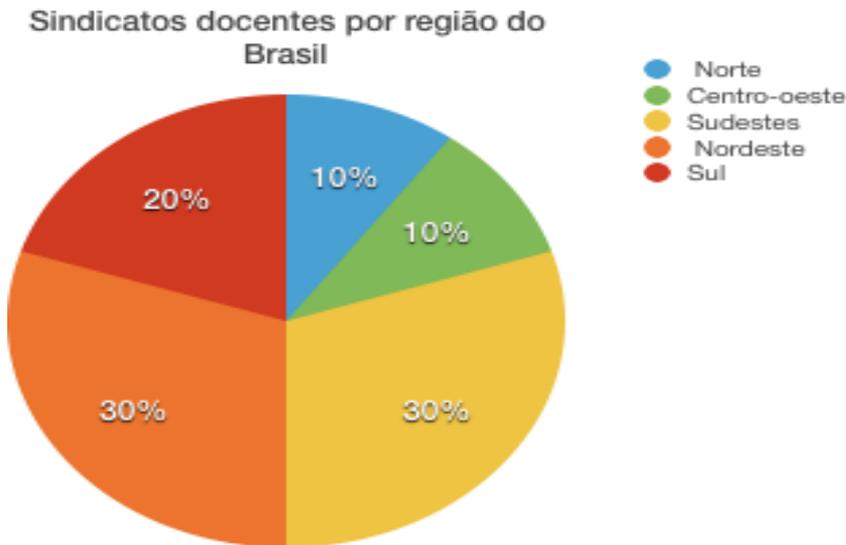
Finalmente, resolveu-se fazer uma pesquisa na internet, por estado, procurando os sindicatos de professores da educação básica. Realizou-se uma busca por estado da federação, de acordo com os nomes que surgiam, e foi elaborada uma lista com os endereços dos sites. Além disso, com fundamento no site da CNTE e CONTEE foram adicionadas à pesquisa as relações de nomes dos sindicatos filiados a essas confederações. Nas páginas da maioria das entidades pesquisadas obtiveram-se dados por sexo sobre as direções desses sindicatos. Como as páginas não tinham os dados sobre o número de filiados por sexo resolveu-se contatá-los por e-mail, no entanto, apenas três sindicatos responderam: O Sindicato Intermunicipal dos Professores no Estado de Santa Catarina (SINPROSC), o Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPROSP), e o Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju (SINDIPEMA).

Ao todo foram consultados 138 sites de sindicatos na internet e dois sites das Confederações²⁴ que aglutinam essas entidades. No site da CNTE foram encontrados 50 sindicatos filiados, já no site da CONTEE foram localizados 88 sindicatos e dez Federações²⁵. Após uma pesquisa minuciosa nos sites, percebeu-se que das 138 instituições estudadas nem todas são sindicatos docentes, algumas representam outros trabalhadores da educação, além disso, boa parte delas não tem sites, e quando tem estão fora do ar ou não possuem informações sobre os dirigentes. Diante disso, a amostra contou com 80 sindicatos docentes espalhados pelas cinco regiões brasileiras. Conforme mostra o Gráfico 01 sobre os sindicatos docentes por região no Brasil:

²⁴ Confederações sindicais são organizações sindicais que reúnem no mínimo três federações sindicais de uma mesma categoria econômica e profissional.

²⁵ Federações sindicais são associações que reúnem ao menos cinco sindicatos representativos de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. Cada ramo de sindicato pode formar uma federação sindical. Federação sindical é a representação em segundo grau do trabalhador.

Gráfico 01 - Sindicatos docentes por região do Brasil



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações coletadas nos sites dos sindicatos brasileiros de março a setembro de 2016.

Com base nas informações expostas no Gráfico 01, percebeu-se a predominância do número de sindicatos docentes nas regiões: Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil, respectivamente, as regiões mais populosas do país, conforme dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A concentração de sindicatos docentes nessas regiões também está associada à aglomeração de professoras/es, que atuam nessas localidades, conforme apresenta o *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*, publicado em maio de 2009 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). De acordo com esse estudo, em 2007 a Região Sudeste possuía 741.604 professoras/es, a Região Nordeste 570.647 professoras/es e a Região Sul 281.251 professoras/es, conforme Tabela 01.

Tabela 01- Número de sindicatos docentes por região do Brasil e por sexo das/os dirigentes

Região do Brasil	Sindicatos docentes x dirigentes por sexo				Total	
	F		M			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	02	2,5%	06	7,5%	08	10%
Nordeste	12	15,0%	12	15,0%	24	30%
Centro-oeste	03	3,8%	05	6,2%	08	10%
Sudeste	06	7,5%	18	22,5%	24	30%
Sul	09	11,3%	07	8,7%	16	20%
Total Geral	32	40,1%	48	59,9%	80	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações coletadas nos sites dos sindicatos analisados de março a setembro de 2016.

A Tabela 01 apresenta os sindicatos docentes, segundo sexos das/os dirigentes

sindicais por região. De acordo com as informações coletadas nos sites dos sindicatos, nas regiões *Norte*, *Sudeste* e *Centro-Oeste* há o predomínio do sexo masculino na composição das direções executivas dos sindicatos docentes. Já na Região Sul, as mulheres são maioria em relação aos homens, dos 16 sindicatos localizados na *Região Sul*, nove têm mais mulheres nas direções executivas. Na Região Nordeste, o número de homens e mulheres nas direções das entidades está equilibrado.

TABELA 02 - Presidentas/es e vice-presidentas/es ou coordenadoras/es gerais de sindicatos docentes, por sexo, nas regiões brasileiras

Região do Brasil	Nº de presidentas/es e vice-presidentas/es ou coordenadoras/es gerais, por sexo, nos sindicatos						Não houve informações sobre os cargos		Total	
	F		M		01 F+ 01 M ²⁶		Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Norte	---	---	07	8,7%	01	1,3%	---	---	08	10%
Nordeste	05	6,2%	09	11,3%	07	8,7%	03	3,8%	24	30%
Centro-oeste	01	1,3%	04	5,0%	02	2,5%	01	1,3%	08	10%
Sudeste	01	1,3%	14	17,5%	06	7,5%	03	3,7%	24	30%
Sul	03	3,7%	08	10,0%	02	2,5%	03	3,7%	16	20%
Total Geral	10	12,5%	42	52,5%	18	22,5%	10	12,5%	80	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas informações dos sites dos sindicatos analisados em setembro de 2016.

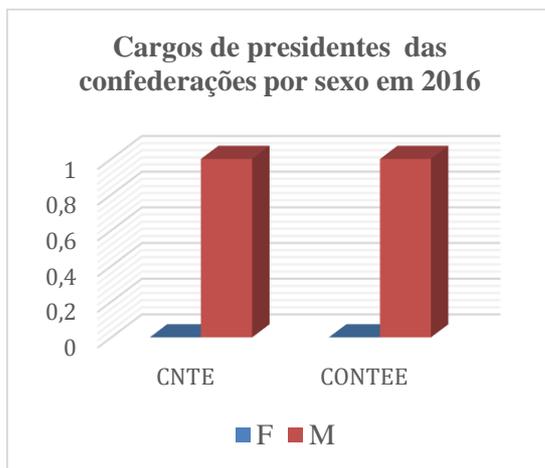
A Tabela 02 traz a distribuição dos cargos de presidenta/e, vice-presidenta/e ou coordenadoras/es gerais dos sindicatos por região do país; de acordo com a coleta de dados, ficou comprovado que, em todas as regiões do Brasil, o número de pessoas do sexo masculino ocupando sozinhos o cargo de presidente ou coordenador geral é maior em relação ao número de mulheres, isto é, os sindicatos com maior número de homens nos cargos de presidente, vice-presidente ou coordenador geral totalizam 52,5%, enquanto os sindicatos que possuem mulheres nesses cargos somam apenas 12,5%. Portanto, o sexo masculino é maioria nas presidências dos sindicatos. Apesar de os homens predominarem nos cargos de presidente em todas as regiões do país, em quatro delas existem mulheres ocupando esse cargo. Contudo, na Região Norte não foi encontrada nenhuma mulher ocupando-o sozinha. A presença feminina na presidência de sindicatos na Região Norte só existe quando ela compartilha a presidência com um homem, geralmente ele como presidente e ela como vice-presidenta. Essa composição representa no Brasil 22,5% dos casos e na Região Norte ela soma somente 1,3% do total.

A pesquisa revelou, ainda, que alguns sindicatos optaram por não eleger uma pessoa para o cargo de presidenta/e ou coordenador/a geral; nessas instituições, o poder é dividido

²⁶ Sindicatos em que a presidência é mista composta por 01 pessoa do sexo feminino e 01 pessoa do sexo masculino, ou vice-versa.

por um conselho gestor geralmente composto por três ou mais pessoas, nesses casos percebeu-se, também, a predominância masculina. Outro fato que chama a atenção é que na Região Nordeste o número de mulheres ocupando sozinhas a presidência ou a coordenação geral de sindicatos é a maior do país, elas representam 6,2% do total geral. Ademais, na Região, o compartilhamento do cargo entre os sexos tem o maior índice do país. Ou seja, na Região Nordeste 8,7% dos cargos relativos às presidências dos sindicatos docentes são compartilhadas por homens e mulheres. Sendo digna de nota que no ano de 2002 a Região Nordeste já chamava a atenção nos resultados do IBGE²⁷, pois, em 23% dos sindicatos, de diversos ramos, existentes no Brasil as mulheres representavam mais de 60% dos associados. Isto demonstra uma excepcionalidade na Região Nordeste que precisa ser mais investigada.

Gráfico 02 - Cargo de presidenta/e, por sexo, nas confederações que representam os sindicatos docentes no Brasil

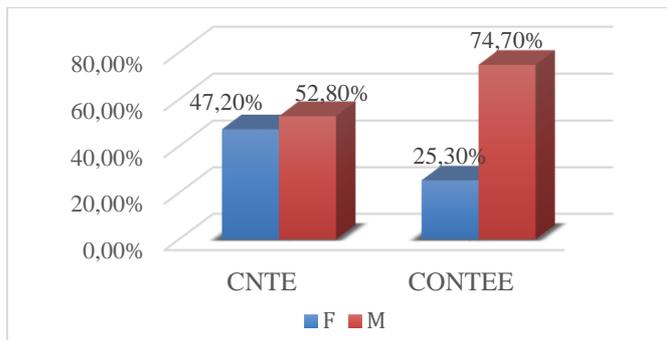


Fonte: gráfico criado pela autora a partir das informações encontradas nos sites da CNTE e CONTAEE em junho de 2016.

A tendência de os homens serem maioria nas diretorias executivas dos sindicatos e nos cargos de presidente ou de coordenador geral dessas entidades repete-se nas confederações das/es trabalhadoras/es docentes: CNTE e CONTEE. De acordo com os dados coletados e apresentados no Gráfico 02, no Brasil, nenhuma pessoa do sexo feminino ocupa o cargo de presidenta nessas confederações.

²⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma Pesquisa Sindical em 2002, a partir das informações sobre os sindicatos do País em 2001. A pesquisa foi realizada em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). As informações apresentadas nesta oportunidade complementam os primeiros resultados da Pesquisa, divulgados pelo IBGE no início de outubro de 2002, e fornecem um retrato abrangente sobre a estrutura e o perfil sindical no Brasil. Entretanto, a pesquisa trabalhou com dados no Geral e não mencionou o sindicalismo docente no Brasil, este foi enquadrado dentro do sindicalismo do setor público.

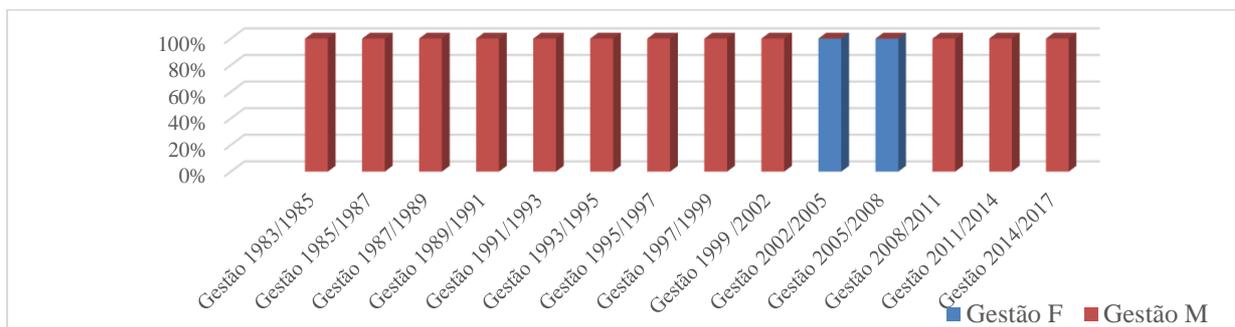
Gráfico 03 - Percentual de dirigentes, por sexo, nas confederações que representam os sindicatos docentes no Brasil em 2016



Fonte: gráfico criado pela autora a partir das informações coletadas nos sites das confederações em junho de 2016.

O Gráfico 03 traz a informação que a presença do sexo feminino nas diretorias das confederações também é inferior em relação ao sexo masculino. De acordo com o Gráfico 03, na CNTE o sexo masculino representa 52,8% do total de dirigentes, enquanto as mulheres 47,2%. Já na CONTEE os percentuais são mais gritantes: o sexo masculino representa 74,7% do total de dirigentes, enquanto o sexo feminino representa apenas 25,3%. Portanto, apesar de as mulheres serem maioria entre docentes no Brasil, ainda representam uma parcela menor nas tomadas de decisões das confederações. Nesse sentido, apesar das lutas do movimento feminista, ainda há um longo caminho a percorrer para conscientizar as mulheres sobre a importância do empoderamento feminino, particularmente na dimensão política, no sentido de que possam ocupar postos de poder, assumindo cada vez mais, os espaços de participação nas diferentes esferas da sociedade.

Gráfico 04 - Gestões da CNTE de 1983 a 2017, por sexo



Fonte: gráfico criado pela autora a partir das informações coletadas no site da CNTE em junho de 2016.

O Gráfico 04 informa a predominância do sexo masculino na presidência da CNTE, pois de 1983 a 2017, 85,7% dos ocupantes do cargo de presidenta/e foram pessoas do sexo masculino, e as mulheres só exerceram a presidência da CNTE entre os anos de 2002 a 2008 por dois mandatos consecutivos de uma mesma mulher.

Contudo, pode-se depreender que na CNTE, apesar de o número de pessoas do sexo masculino ser maior em relação ao do sexo feminino na ocupação das diretorias, percebe-se que esse percentual está mais equilibrado que o percentual da CONTEE, isto talvez esteja associado ao fato de que a primeira representa os sindicatos docentes do setor público municipal e estadual, em que, na maioria das vezes, uma parte das/es dirigentes sindicais têm direito à redução da carga horária de trabalho para atuar nessas entidades. Já a segunda Confederação representa os sindicatos docentes das redes particulares de ensino, na qual a participação no movimento sindical é mais difícil, uma vez que, na maioria das vezes, não há liberação do/a trabalhador/a, por parte dos patrões, para atuarem nas entidades representativas, e isto pode ser um dos motivos que inviabiliza a participação feminina, pois além de trabalhar em duas ou mais escolas, grande parte dessas mulheres assumem sozinhas, em suas casas, o trabalho reprodutivo, não sobrando tempo, portanto, para a militância.

Na construção das tabelas, com base na leitura dos sites dos sindicatos, observou-se que, em muitas entidades, o número de mulheres na composição das diretorias só supera o número de homens porque se contou o número de suplentes, sem isto haveria um percentual maior ainda de homens. Outro fato que merece destaque é que no Brasil os cargos ocupados nas diretorias dos sindicatos e das confederações analisadas possuem, na maioria das vezes, um sexo específico. Por exemplo, os departamentos ligados às questões de gênero, políticas sociais e étnico-raciais estão associados à presença feminina, já os departamentos jurídicos, financeiros e intersindicais estão mais associados à presença masculina. Isso demonstra o quanto essas entidades reproduzem as construções sociais que tendem a demarcar o lugar da mulher e do homem na sociedade sempre baseadas em atributos de gênero.

Com alicerce nas pesquisas realizadas, concluiu-se que no Brasil ainda não há, até o momento, um estudo que tenha se proposto a mapear o número de sindicatos docentes, o número de filiadas/os e de dirigentes desses, por sexo. Esse fato também foi corroborado por Vicentini e Lugli (2011, p.10),

Ainda é preciso fazer, por exemplo, um levantamento exaustivo das entidades criadas nas diversas regiões do país, conhecendo suas iniciativas, seus ciclos de vida e suas características. A ausência dessas informações dificulta qualquer tipo de esforço para identificar tanto as especificidades do movimento de professores em cada Estado como as similitudes existentes entre as associações, tendo em vista todo o território nacional. As lacunas da produção da área são ainda mais acentuadas no que tange ao período mais recuados, compreendidos entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, razão pela qual não é possível mapear com precisão as primeiras tentativas de organização dos professores brasileiros em torno das entidades destinadas a representá-los profissionalmente (VICENTINI; LUGLI, 2011, p.10).

A argumentação de Vicentini e Lugli (2011) é facilmente comprovada nas pesquisas realizadas, pois foi encontrado apenas um estudo que trabalhou com os dados do sindicalismo no Brasil, em geral, não tendo a preocupação de destacar o sindicalismo docente como uma categoria à parte, este foi enquadrado no sindicalismo do setor público. O referido estudo foi realizado pelo IBGE em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Esse fato dificulta o trabalho da/o pesquisadora/or, além de contribuir para que os percentuais da predominância do poder masculino nas diretorias e presidências de sindicatos docentes permaneçam inalteráveis, porque, sem sua divulgação, não há como refletir sobre isso e lutar para que os números e a participação em postos de poder nas entidades sindicais docentes sejam mais equânimes.

Ademais, a pesquisa também revelou que alguns sindicatos não querem divulgar informações sobre o número de filiadas/os e muito menos o número de dirigentes e o sexo destes/as. Em alguns sites, nem mesmo a relação dos nomes das/os representantes da diretoria executiva estão expostos. O silêncio por parte dos sindicatos diz alguma coisa e leva à reflexão sobre o que querem esconder. Será o número de filiadas/os?, para não terem que divulgar o quanto recolhem das contribuições e do imposto sindical? Ou será o machismo que ainda impera na direção dessas instituições? Portanto, é necessário que seja feita uma pesquisa ampla e abrangente em todo o território nacional, pois esses dados são imprescindíveis para que seja realizada uma análise completa de gênero sobre o sindicalismo docente no Brasil.

3.3 OS NÚMEROS DO SINDICALISMO DOCENTE EM SERGIPE

Sergipe é o menor Estado do Brasil, ele possui 75 municípios espalhados por uma área de 21.918.354 km², segundo dados do IBGE 2010, sua população é de 2.068.017 pessoas, destas 1.005.041 são do sexo masculino e 1.062.976 são do sexo feminino. Ainda segundo dados do IBGE, publicados em 2015, em parceria com dados do Censo 2015, publicados pelo INEP, na categoria “Estados brasileiros”, o Estado de Sergipe possui 26.735 professores atuando na educação básica. Desse total, 7.198 docentes atuam na Rede Pública Estadual, 11.605 nas redes públicas municipais, 376 na Rede Pública Federal e 6.556 na Rede Privada de Ensino.

Em Sergipe, cinco sindicatos representam os docentes na educação básica: o SINTESE, SINDIPEMA, SINPRO/SE, a ADUFS²⁸ (Seção Sindical dos Andes Sindicato Nacional) e o SINASEFE (Seção do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica). Destes, somente se obtiveram os dados solicitados (número de professores/as filiados/as por sexo, número de dirigentes integrantes das direções executivas por sexo), do SINTESE e do SINDIPEMA. As pesquisas realizadas junto aos sindicatos docentes apontam que, em Sergipe, 27.897 professoras/es da educação básica pública das redes estadual e municipais são filiadas/os a entidades sindicais docentes. Destes, 85% do sexo feminino e 15% do sexo masculino. O SINDIPEMA representa as/os professoras/es do município de Aracaju e o SINTESE representa as/os professoras/es da Rede Pública Estadual e de 74 redes públicas municipais de ensino. A Tabela 03, abaixo, revela o número de filiadas/os por sexo nas entidades sindicais em Sergipe:

Tabela 3 - Número de filiadas/os, por sexo, nas entidades sindicais da educação básica pública estadual e municipais de Sergipe

Nº	Entidade Sindical	Filiados/as por sexo				Total por sindicato	
		F		M		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
1	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)	21.809	84,9%	3.857	15,1%	25.666	100%
2	Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju (SINDIPEMA)	1.939	86,9%	292	13,1%	2.231	100%
Total Geral		23.748	85,1%	4.149	14,9%	27.897	100%

Fonte: Tabela criada pela autora a partir dos dados fornecidos pelos Sindicatos em março de 2016.

A composição da Tabela 03 engloba não somente as/os docentes ativas/os, mas também as/os docentes aposentadas/os, isto porque, a Rede Estadual de Sergipe e a Rede Municipal de Aracaju possuem previdências próprias e isto possibilita que as/os professoras/es continuem filiadas/os aos sindicatos, mesmo após a aposentadoria. Contudo, isso não ocorre com as/os docentes que se aposentam pelo INSS dos outros 74 municípios, neste caso, ao se aposentar as/os filiadas/os são desligadas/os dos respectivos sindicatos.

À primeira vista, os dados do Censo 2015, relativos ao quantitativo de professoras/es em Sergipe, parecem não bater com o número de professoras/es filiadas/os a sindicatos, todavia, não se deve esquecer que a maioria das/os professoras/es no Brasil podem desempenhar suas funções em até três vínculos: sendo dois vínculos públicos e um particular,

²⁸ Essa entidade congrega as/os professoras/es filiadas/os dos cursos de nível superior da UFS e as/os professoras/es do Colégio de Aplicação que trabalham com os quatro últimos anos do ensino fundamental e os três anos do ensino médio.

desde que possuam compatibilidade de horários. Muitas/os professoras/es aceitam a dupla ou tripla jornada de trabalho em virtude dos baixos salários recebidos. Nesse contexto, para cada vínculo de trabalho a/o docente pode se filiar a um sindicato, isto faz com que um/a mesmo/a docente seja contado/a uma ou duas vezes no quantitativo de filiados/a de um mesmo sindicato, ou ele/ela pode ter dupla ou tripla filiação em sindicatos diferentes.

Tabela 04 - Participação dos dirigentes, por sexo, nas entidades sindicais da educação básica pública estadual e municipais de Sergipe

Entidade Sindical	Dirigentes por sexo				Total	
	F		M			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)	33	78,6%	09	21,4%	42	100%
Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju (SINDIPEMA)	12	75,0%	04	25,0%	16	100%
Total Geral	45	77,6%	13	22,4%	58	100%

Fonte: Tabela criada pela autora a partir dos dados fornecidos pelos Sindicatos em março de 2016.

A Tabela 04 informa que o sexo feminino representa 77,6% do total de dirigentes nas entidades em Sergipe, enquanto o sexo masculino representa apenas 22,4% do total geral. Se comparado com a média nacional, que é de 40,1%, e com a média da Região Nordeste, 15,0% descrita na Tabela 01, o Estado de Sergipe está acima de ambas, já que apresenta percentuais maiores de participação das mulheres nos sindicatos docentes.

As Tabelas 03 e 04 permitem inferir que o sindicato reflete o tipo de setor de trabalho e a divisão sexual deste. Por exemplo, nos sindicatos industriais há predominância de homens, porque historicamente é um tipo de trabalho masculino. Já no trabalho docente desenvolvido na educação básica há mais mulheres que homens, pois à medida que o cuidar é maior existem mais mulheres desempenhando as atividades docentes, porque foi socialmente convencionado que cabe à mulher o cuidar. Em consequência disso, os dois sindicatos apresentados possuem um maior número de filiações do sexo feminino e maior participação nas composições das direções executivas.

Frise-se, entretanto, a maior participação do sexo feminino nas direções de sindicatos encontradas no Estado de Sergipe não é uma regra em outros estados ou outras regiões do Brasil, nas quais o predomínio masculino na direção de sindicatos é evidente. Isso se relaciona com o pensamento de Cruz (2005, p.48) sobre a identidade sexual e as relações entre os sexos, pois, para essa autora as construções sociais se cristalizam em torno das diferenças biológicas e variam no decorrer da história promovendo a divisão sexual do poder na sociedade. Portanto, a identidade é um fenômeno social, estruturando-se em um contínuo

processo de identificação estabelecido através da rede de relações sociais, construídas nas diferentes esferas do cotidiano. Apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres nos sindicatos, estas ainda são minoria nos cargos de direção dos sindicatos e, muitas vezes, quando conseguem chegar à direção, o que lhes sobram são cargos de pouco poder, visibilidade e raramente têm voz. Isso porque se vivenciam, ainda, espectros do patriarcalismo que insiste em aprisionar a mulher em velhas concepções machistas. Exemplo disso são as concepções que ainda existem na sociedade, de que sindicato é um lugar para homens, ou de que a mulher não dá para ser dirigente de sindicato porque não tem prática no jogo do poder.

4 O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE – SINTESE

No Estado de Sergipe, a existência de entidades associativas de servidores públicos entra em cena nas primeiras décadas do século passado, com a criação da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos (1919). No entanto, conforme informações de Silva (1997), aquela associação não tinha ambições reivindicatórias e sim assistencialistas. Já na década de 1940, surgiu a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe (ASPES) e a União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe (UEPES), que foram as primeiras associações com fins reivindicatórios do Estado, entretanto, não se pode perder de vista que o assistencialismo, naquela época, ainda era muito forte. A partir da dissertação de Silva (1997), pode-se concluir que, no período, o Estado de Sergipe não dispunha de uma associação específica que representasse somente a categoria de professoras/es. Essa conclusão também é compartilhada pelo pesquisador Galleti (2015), em seu texto *Gênese e evolução das organizações dos trabalhadores da educação básica em Sergipe*, de acordo com ele,

[...] essas sociedades não são organizações exclusivas de professores e de outros trabalhadores da área da educação. Mais ainda, são associações assistencialistas estreitamente vinculadas às classes dominantes; sem qualquer preocupação com a perspectiva da construção do protagonismo da classe trabalhadora. (GALLETI, 2015, p. 114).

A partir dos dados obtidos no SINTESE e da leitura dos trabalhos de Silva (1997), Oliveira (2002), Santos (2012) e Galleti (2015), foram obtidas várias informações sobre a história da entidade que hoje é a maior do Estado de Sergipe em número de filiados. Segundo os dados, uma organização específica das/es docentes em Sergipe começou a funcionar em meados dos anos 1960 com a *Associação de Professores*, dirigida por Agonaldo Pacheco, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que também foi Presidente da ASPE e membro da seção estadual do Comando Geral dos Trabalhadores em Sergipe (CGT-SE). Nos anos de 1964, essa Associação teve toda a sua documentação destruída pela ditadura militar e, posteriormente, foi fechada. Depois do término das atividades da associação, as reivindicações dos/as docentes passaram a ser feita por grupos que se organizavam isoladamente, formados tanto por professoras/es concursadas/os como por professoras/es contratadas/os²⁹.

²⁹ As/os professoras/es primárias/os de ensino fundamental eram professoras/es leigas/os nomeadas/os por indicação política de chefes locais e que recebiam o salário mínimo inferior ao da época; as/os professoras/es catedráticos do ensino médio e Superior – eram professoras/es diplomadas/os em curso de nível superior, e nomeados mediante concurso, e as/os professoras/es de ensino médio, contratadas/os por hora/aula, tinham

De acordo com Silva (1997), um desses grupos isolados de professoras/es militantes formados por docentes catedráticos do ensino médio e superior, muito cansadas/os dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho, deflagraram, em 25 de outubro de 1963, a primeira greve dos funcionários públicos de Sergipe e também a primeira greve da categoria docente em Sergipe, a qual começou de forma isolada com as/os professoras/es, mas se expandiu para as/os demais servidoras/es públicos por meio da ASPES.

Segundo a professora Ana Lúcia Vieira de Meneses (2016),³⁰ outro grupo isolado de militantes era formado pelas professoras celetistas Sônia Vandi e Didi Macedo, que organizaram uma greve em plena ditadura militar no início da década de 1970, para que o governo do Estado recolhesse o Fundo de Garantia das/os professoras/es celetistas contratadas/os, visto que era um direito que estava previsto na CLT. No decorrer dos anos, esse grupo de resistentes incomodou muito o governo da época que temia a fundação de uma nova associação de professores ligada aos comunistas do PCB. Para desestruturar o grupo combativo das/os professoras/es, e antecipar a criação de uma associação, o então governador, José Rollemberg Leite, criou em seu gabinete, no dia 8 de setembro de 1977, a Associação dos Professores do Ensino Básico do Estado de Sergipe (APMESE). Além de criar a associação em plena ditadura militar, o governo também nomeou pessoalmente seus dirigentes; segundo relatos, estes eram pessoas de sua confiança. De acordo com as entrevistas realizadas com pessoas que fizeram parte da oposição da APMESE e que hoje fazem parte do SINTESE, essa entidade nasceu sob o signo do clientelismo, pois tinha o objetivo de promover ações assistencialistas e recreativas e não tinha o objetivo de libertar a classe trabalhadora da opressão em que vivia e muito menos criar uma consciência de classe em seus associados.

De acordo com a professora Ana Lúcia (2016), dois anos após a criação da APMESE, surgiu um grupo composto por 15 docentes de ambos os sexos que fazia oposição aos dirigentes da entidade. O grupo que tinha como líderes o professor Diomedes Santos Silva e a professora Ana Lúcia Vieira de Meneses, além do professor Ruy Belém e outros/as militantes que se reuniam constantemente para estudar os direitos trabalhistas dos docentes, o Estatuto do Magistério e a política educacional. Esses estudos prepararam a oposição para avançar contra os dirigentes da APMESE.

Em 1982, ocorreu a primeira eleição direta para compor a diretoria da associação, o

diploma de nível superior, contudo não haviam prestado concurso para ingressar no quadro; possuíam contratos temporários. (SILVA, 1997, p. 63)

³⁰ Discurso realizado no lançamento da *Chapa Nossa Vida é lutar* (que saiu vitoriosa para ocupar a direção executiva do SINTESE de 2016-2019) em 28/03/2016 na sede da CUT em Aracaju (SE).

grupo liderado pelo professor Diomedes concorreu contra a chapa que eles intitularam de “Pelega”³¹, pois era formada por ex-diretoras/es das diretorias regionais de educação e totalmente patrocinada pelo governo do Estado. Segundo relatos das entrevistas e de conversas informais com as/os dirigentes do SINTESE, a chapa do governo saiu vitoriosa nesta e em outras eleições que se seguiram, graças às constantes fraudes que ocorriam; entretanto, sua má atuação em favor da categoria docente decorrente do seu atrelamento ao governo acabou por fortalecer a oposição.

Segundo a professora Ana Lúcia (2016), ainda em 1982, o grupo contrário à APMESE distribuiu seu primeiro panfleto intitulado *Contra fatos não há argumentos*, mediante o qual denunciava os desmandos do governo Augusto Franco. Apesar da constante vigilância da Polícia Federal, o panfleto foi distribuído à noite nas esquinas mais movimentadas onde se concentrava o maior número de escolas públicas. Essa ação repercutiu muito e o grupo conseguiu abrir o primeiro processo de negociação no governo de Augusto Franco. Naquele momento, uma das pautas que as/os professoras/es requeriam ao governo era a elaboração de um novo Estatuto do Magistério em substituição ao promulgado em 1973 e reformulado em 1980.

De acordo com uma entrevistada, e com a professora Ana Lúcia (2016), no ano de 1983 o grupo de oposição juntou-se a outras/os militantes e fundaram a CUT, como oposição à APMESE, e elegeram o primeiro delegado da central para participar do seu primeiro congresso no Rio de Janeiro. Para Antunes (1995), a CUT foi criada com o objetivo de ser um instrumento nacional decisivo para a ação do trabalho no país. Seu nascimento está intimamente ligado ao Partido dos Trabalhadores e às várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades que atuavam no universo sindical mais combativo. Em resumo, segundo Antunes (1995, p.65), a Central Única dos Trabalhadores nasceu de três movimentos sociais: do novo sindicalismo, do movimento das oposições sindicais herdeiro de setores da igreja católica e Marxista em dissidência com a esquerda tradicional, e do movimento sindical rural, também com forte presença católica. A confluência desses três movimentos deu uma vida real, classista, heterogênea e plural à CUT.

De acordo com um breve histórico (sem data) encontrado na sede do SINTESE, no ano de 1984, no governo de João Alves Filho, o grupo de oposição conduziu a primeira greve após o regime militar, numa fase ainda de transição. A greve durou apenas dois dias e teve

³¹ Segundo Ferreira (2010), é a designação comum aos agentes mais ou menos disfarçados do Ministério do Trabalho nos sindicatos operários. Termo muito utilizado no meio sindical para denominar pessoas subservientes, os capachos do governo.

início após o governo retirar das/os docentes 20% a gratificação de regência de classe; além disso, solicitava a equiparação dos professores com os demais trabalhadores do Executivo, uma vez que os/as docentes recebiam 20% a menos que os demais profissionais, mesmo possuindo o nível de qualificação igual. As/os grevistas reivindicavam também um novo Estatuto, com o intuito de acabar com as desigualdades entre os profissionais. É importante ressaltar que a greve terminou sem que o governo atendesse às reivindicações das/os professoras/es.

Analisando o contexto da greve de 1984, percebe-se que houve vários conflitos entre a diretoria da APMESE e o grupo opositor liderado pela professora Ana Lúcia Vieira de Meneses. Primeiro, porque a categoria e o grupo opositor pressionaram a associação a aderir à greve, isto gerou uma crise de representatividade e legitimidade política. Depois, ao término da greve, pressionada pela conjuntura política do movimento, a diretoria da Associação renunciou ao mandato e isto gerou instabilidade política no movimento e desgaste para a APMESE.

De acordo com Silva (1997), e um breve histórico (sem data), localizado no Sindicato, em outubro de 1986 surgiu o Centro Profissional de Ensino (CESPE), criado por cerca de 300 professoras/es, entre elas/es o grupo de oposição encabeçado pela professora Ana Lúcia Viera de Meneses e por outras/os 14 integrantes que davam direção política ao Centro. Essa entidade disputou com a Associação a hegemonia do movimento. Ela tinha uma perspectiva classista oposta à clientelista e recreativa exercida pela APMESE. O CESPE nasceu com o objetivo de retomar a luta do magistério aliando as reivindicações aos estudos e debates sobre a prática pedagógica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. O Centro era muito forte na capital, entretanto, era fraco no interior, em decorrência das dificuldades financeiras que seus líderes enfrentava, apesar dessa dificuldade, em 15 de outubro de 1987 a entidade realizou seu primeiro *Fórum sobre o ensino público*.

Segundo o histórico localizado no SINTESE (sem data), apenas 11 meses da realização do primeiro fórum, no dia 17 de setembro de 1988 ocorreu o II Congresso das/os professoras/es, ocasião em que foi lançada a propositura de unificar as duas entidades representativas das/os docentes: a APMESE e o CEPES. Contudo, a unificação só ocorreu devido a dois fatores: primeiro, porque as/os educadoras/es perceberam que a unificação fortaleceria a entidade através da unidade nas lutas; e segundo, porque após uma forte luta interna, alguns indivíduos centralizadores e governistas foram substituídos e isso possibilitou as alterações no Estatuto da entidade que, entre outras coisas, deu poderes à Assembleia Geral para deliberar sobre os rumos da luta, elementos com cargos comissionados foram proibidos

de fazer parte da Diretoria Executiva, foram estabelecidas novas regras para o processo eleitoral e a Instituição passou a assumir a função reivindicatória no corpo do texto (SILVA, 1997, p.99). Em suma, a partir dessa unificação, a Instituição deixou de ser associação e passou a ser sindicato³² com registro em Cartório em 26 de julho de 1991, e passou a ser denominado Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE).

De acordo com relatos de pessoas entrevistadas, em 1992 ocorreram as eleições diretas para eleger a nova Diretoria Executiva do SINTESE, três chapas concorreram ao pleito: a do grupo que historicamente fez oposição à APMESE, liderada pela professora Ana Lúcia Vieira Meneses, a qual ficou conhecida como a “Chapa das Mulheres”, uma chapa da professora Avilete, ex-integrante do CEPES, que rompeu com o grupo e filiou-se ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e a Chapa da professora Elda ligada ao PCB e apoiada pelos ex-dirigentes da APMESE. Ao final do pleito, com 63,7% dos votos, saiu vitoriosa a chapa da Professora Ana Lúcia, esta foi eleita presidenta e o professor Ananias seu vice-presidente.

Segundo a professora Ana Lúcia (2016), em 17 de julho de 1992, quando o grupo assumiu a Diretoria Executiva do SINTESE, este contava apenas com 3.400 (três mil e quatrocentos) filiadas/os, além de inúmeras dívidas trabalhistas, uma casa alugada em péssimas condições de uso, vários colchões velhos, um beliche velho e nenhuma estrutura para começar a administração. Ao final de um ano todas as dívidas foram pagas, mas as/os dirigentes passaram por muitas dificuldades financeiras para empreenderem as lutas.

Ana Lúcia (2016) informa, ainda, que em dezembro de 1992 foi realizado o I Congresso da nova gestão; segundo as/os que dele participaram, como o sindicato não tinha dinheiro para bancar todos os gastos do Congresso, a então presidenta, Ana Lúcia, pegou por empréstimo a casa de seu pai na praia e abrigou por dois dias as/os participantes do evento. Para bancar a alimentação das/os participantes, os membros da direção arrecadaram dinheiro entre eles/elas a fim de contratar uma pessoa para cozinhar. Além disso, todas/os as/os palestrantes vieram sem cobrar pelos cursos ofertados, o sindicato entrou apenas com a alimentação, hospedagem e as passagens. No referido Congresso foram realizados dez cursos ministrados pelas/os professoras/es da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Campinas (UNICAMP). Os

³² Essa mudança só foi possível a partir da aprovação da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988 que passou a permitir que as categorias de trabalhadores/as pudessem se organizar em torno de um sindicato.

cursos eram voltados para prática pedagógica das/os professoras/es, direitos e deveres das/os docentes e concepções políticas. A palestra final foi intitulada *A organização dos trabalhadores em seu momento de libertação*.

Conforme a ata do congresso realizado no dia 02 setembro de 2000, o *VIII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Sergipe* aprovou novas alterações no Estatuto do SINTESE. A primeira alteração refere-se a uma nova mudança no nome da entidade, desta vez, por causa da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (A Lei de Diretrizes e Bases). De acordo com a referida Lei, em seu artigo 21, *in verbis*:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior. (BRASIL, 1996).

Da análise da lei, depreende-se que o ensino fundamental e o ensino médio, respectivamente, fazem parte da educação básica e substituem o até então ensino de primeiro e segundo graus. Em consequência disso, o Sindicato passou a se chamar *Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Ensino de Sergipe* (SINTESE). A segunda alteração do Estatuto está relacionada à implantação das subseções regionais, em decorrência da ampliação do número de filiadas/os nos 74 municípios de Sergipe. As alterações foram registradas em Cartório no dia 03 de novembro de 2000.

Um fato que chama a atenção é que mesmo nos anos de crise econômica provocada pelo neoliberalismo – momento de decréscimo nos números de filiações em vários sindicatos –, O SINTESE só aumentou seu número de filiadas/os, e passou de 3.400 filiadas/os, no início da década de 1990, para 25.666 no ano de 2016. Mesmo quando se compara o número de filiações e desfiliações, o de filiações é maior. Pode-se inferir que o aumento no número de filiações está relacionado ao agravamento das péssimas condições de trabalho e renda que vivenciam as/os educadoras/es, frente ao acirramento das políticas neoliberais para a educação, como também mostra o aumento no nível de confiança que a entidade tem junto às/aos filiadas/os.

Outro fato curioso é que parte do grupo político que ganhou as eleições de 1992 é o mesmo que tem dado direcionamento político ao Sindicato por todos esses anos. De 1992 a 2015, o grupo nunca teve uma chapa de oposição concorrendo às eleições. Somente no pleito de 2016, dois grupos de oposição pleitearam a colocação de chapas. A primeira denominada, *O novo sempre vem*, era encabeçada por professoras/es ligadas/os ao grupo político do PSOL e a segunda pelo grupo político do PSTU. Entretanto, por falta de componentes para fechar a

chapa, as/os militantes do PSTU não concorreram às eleições. O pleito eleitoral aconteceu de 2 a 6 de maio de 2016, e, com 83,34% dos votos válidos, venceu as eleições a chapa denominada *Nossa vida é lutar* ligada ao grupo que venceu as eleições de 1992, hoje com a maioria do seu quadro renovado. Em de 10 de junho de 2016 a nova diretoria tomou posse.

4.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO SINTESE

Um sindicato que representa trabalhadoras/es, pelo menos em tese, não deve ter somente o compromisso com a luta corporativa, uma vez que implica fazer a escolha por um modelo de sociedade diferente da construída pelo sistema capitalista que exclui e discrimina os que possuem a força de trabalho. A construção de um novo modelo de sociedade perpassa pela educação. Não uma educação que serve ao capital que internaliza e reproduz os valores e as construções sociais da classe dominante, mas uma educação que liberte e emancipe os sujeitos, com o intuito de promover uma transformação social.

O SINTESE é um sindicato docente, portanto, dada à sua especificidade, espera-se que, além das concepções políticas e ideológicas, ele tenha bem definidas as concepções pedagógicas. Em busca disso, foram pesquisados no *site* e na sede da entidade documentos (as teses dos congressos da entidade (2006, 2012, e 2015) e o projeto *Escola Democrática e popular: a educação que queremos*³³) que pudessem informar sob qual ou quais concepção/concepções pedagógica/s a entidade está estruturada.

O projeto *A Escola Democrática e popular: a educação que queremos* trata de uma proposta pedagógica para a educação pública de Sergipe que nasceu de encontros mensais durante o ano de 2012, como proposta de um grupo de trabalho composto por: professoras/es universitárias/os, dirigentes do SINTESE e professoras/es das redes públicas municipais e estadual, cujos objetivos foram, com base em um diagnóstico sobre a realidade educacional sergipana, debater e formular concepções político-pedagógicas, diretrizes e resoluções, com fundamentação teórica.

A palavra chave do projeto é a emancipação humana, portanto suas concepções pedagógicas pretendem refletir o objetivo de levar os dominados e oprimidos a compreenderem o processo de exploração capitalista à luz das lutas de classes, possibilitando

³³ De acordo com SINTESE (2012), o documento é fruto de vários encontros realizados no ano de 2012, momento em que foi criado um grupo de trabalho que estabeleceu como metodologia reuniões mensais, com o objetivo de debater e formular concepções político-pedagógicas, diretrizes e resoluções, com fundamentação teórica, observando a legislação educacional vigente.

também a percepção de como a educação tradicional serve aos interesses capitalistas. Como consequência, foram estabelecidos oito princípios norteadores para o projeto:

- (a) O processo de construção da emancipação humana para uma sociedade livre, igualitária e fraterna é um processo complexo, mas necessário.
- (b) A educação e as demais práticas sociais delineadas pelo trabalho humano precisam ser alinhadas como atividades educativas emancipadoras.
- (c) O trabalho (ato de transformação da natureza para criação das condições de vida) é uma força vital que não pode estar a serviço dos dominantes;
- (d) A educação, a ciência, a tecnologia são construções culturais produzidas pelo trabalho sobre dadas condições de poder. Na sociedade em que vivemos, estas condições impedem a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras;
- (e) A educação escolar deve superar a dicotomia e a hierarquização entre trabalho manual e trabalho intelectual e suas implicações na forma de conceber o ser humano.
- (f) A Escola Pública deve ser apropriada pelos trabalhadores e trabalhadoras para se tornar o centro de formação (científica, filosófica, artística e política) de crianças, jovens e adultos à luz da emancipação humana, preparando-os para se tornarem dirigentes do processo histórico;
- (g) O trabalho educativo em suas múltiplas dimensões precisa ser valorizado em sua finalidade e especificidade para assegurar a sólida formação humana;
- (h) A participação efetiva de toda comunidade escolar. (SINTESE, 2012, p. 08).

Esses princípios foram desdobrados em quatro eixos temáticos que delimitam o projeto: *Formação Humana, Gestão Democrática, Trabalho Docente e Políticas Estruturantes*. O projeto tem o propósito de orientar as lutas empreendidas pelas/os docentes em torno da política educacional nas redes de ensino e, conseqüentemente, nas unidades escolares, propondo um projeto de educação que a entidade acredita ser capaz de promover mudanças na estrutura educacional pela formação da consciência crítica da classe dominada como também na sociedade como um todo.

Apoiada leitura dos documentos, percebe-se um diálogo com as concepções pedagógicas contra-hegemônicas³⁴ ou “pedagogias de esquerda” na modalidade da Pedagogia Histórico-Crítica pautada na educação em favor da emancipação humana³⁵. Essa Pedagogia é de orientação socialista e foi criada por Dermeval Saviani em, 1984. De acordo com Saviani (2008), a Pedagogia Histórico-Crítica valoriza a educação escolar e tem como foco a transmissão de conteúdos científicos por parte da escola, porém não é conteudistas,

³⁴ Segundo Saviani (2008), as teorias pedagógicas se dividem em dois grupos: as hegemônicas e as contra-hegemônicas. A primeira corresponde aos interesses do grupo dominante e, por isso, tendem a hegemônizar o campo educativo que procuram orientar a educação no sentido da conservação da sociedade em que se insere, mantendo a ordem existente. A segunda busca a transformação da sociedade por meio da educação, posicionando-se contra a ordem existente buscando os interesses dos dominados situando-se, pois, no movimento contra-hegemônico.

³⁵ Condição social que permitirá aos seres humanos libertarem-se efetivamente de todas as formas de dominação, opressão e exploração construídas pela sociedade dominante.

permitindo aos alunos compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum. A ideia é socializar o saber sistematizado historicamente e construído pelo homem. Nesse sentido, o papel da escola é propiciar as condições necessárias para a transmissão e a assimilação desse saber. Em outras palavras, a teoria de Saviani preza pelo acesso aos conhecimentos e sua compreensão por parte do estudante para que este seja, inclusive, capaz de transformar a sociedade.

A teoria é histórica porque a educação é uma das instituições que interfere sobre a sociedade, contribuindo ou não para a sua transformação; e crítica, por ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação. Essa teoria pedagógica busca a transformação da sociedade por meio da educação, posicionando-se contra a ordem existente buscando os interesses dos dominados. Para Saviani (1999, p.42) “[...] o papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.”

A fundamentação teórica da Pedagogia Histórico-Crítica está em consonância com a concepção de mundo e de homem própria do materialismo histórico. Para essa concepção pedagógica não há mudança sem uma teoria que propõe mudança. Seus princípios derivam da compreensão de que a classe trabalhadora precisa construir o processo de sua emancipação político-econômica no sentido de estabelecer novas possibilidades de vida coletiva em que todos possam viver em condições plenas e não simplesmente sobreviver. Essa teoria entende a educação como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe como o ponto de partida e de chegada da prática educativa. Para Saviani (2008, p.25), o método pedagógico da Pedagogia Histórico-Crítico parte

[...] da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social. Aos momentos intermediários do método cabe identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (SAVIANI, 2008, p.25).

Os princípios norteadores do projeto “A escola democrática e popular” do SÍNTESE dialoga com o método pedagógico criado por Saviani, ambos têm a emancipação humana como palavra-chave e visam a promover a transformação social a se iniciar pela formação de consciências críticas capazes de perceberem como são oprimidas/os e quem são seus opressores, tornando-se donas/os de sua própria história e de suas ações.

4.2 APRESENTAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

O SINTESE é uma entidade civil de caráter sindical, com sede e foro na cidade de Aracaju (SE), e representa as/os integrantes ativas/os e aposentadas/os³⁶ do Magistério Público (professoras/es, orientadoras/es, supervisoras/es, administradoras/es, inspetoras/es, planejadoras/es e especialistas em educação) de toda a rede estadual de ensino de Sergipe e de 74 redes municipais. Para administrar, coordenar e fiscalizar todos os trabalhos referentes à luta no Estado, a Entidade conta com dez instâncias deliberativas³⁷, destas, a presente pesquisa se detém na Diretoria Executiva e nas subsedes regionais, por serem instâncias em que as relações de poder e de gênero estão mais em evidência.

A Diretoria Executiva do SINTESE³⁸ é uma instância executiva do Sindicato que atua de forma colegiada. Ela é composta por 35 diretoras/es titulares e sete diretoras/es suplentes, que são eleitos pelo voto direto e secreto de todos os/as associados/as em dia com as suas obrigações sindicais. A Diretoria é composta pelos seguintes departamentos: Presidência; Vice-Presidência; Secretaria Geral - dois membros; Departamento Financeiro - dois membros; Departamento de Formação Sindical - dois membros; Departamento de Relações Intersindicais - dois membros; Departamento de Aposentados - dois membros; Departamento de Comunicação Sindical - dois membros; Departamento para Assuntos Educacionais - dois membros; Departamento de Filiação e Patrimônio - dois membros; Departamento para Assuntos da Base Estadual - quatro membros; Departamento para Assuntos das Bases Municipais - quatro membros; Departamento Desportivo Sociocultural - dois membros; Departamento para Assuntos Jurídicos - dois membros; Departamento de Organização e Mobilização - dois membros; Departamento de Políticas Sociais - dois membros e Departamento para Políticas Sociais e Questões de Gênero, Etnia e Diversidade - um membro.

A entidade em questão possui, ainda, representantes de bases: uma comissão de

³⁶ O SINTESE representa somente as/os professoras/es aposentados/as da rede pública estadual de Sergipe, porque quando eles se aposentam continuam filiados/as ao sindicato, em virtude de a Previdência Social ser própria.

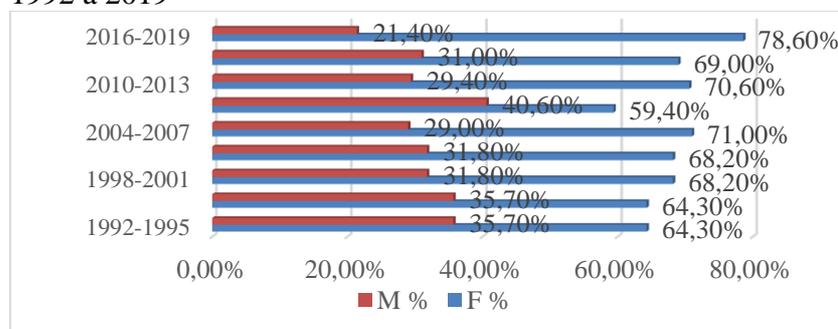
³⁷ De acordo com o capítulo III, art. 8º do Estatuto do SINTESE, são dez as instâncias deliberativas do sindicato: a) o Congresso Estadual; b) a Assembleia Geral; c) o Conselho de Representantes do SINTESE; d) a Diretoria Executiva; e) a Assembleia Regional; f) os Conselhos de Representantes das Subsedes Regionais; g) as Subsedes Regionais; h) as Assembleias Municipais; i) as Comissões Sindicais Municipais; j) as Comissões Sindicais de Base.

³⁸ A Diretoria Executiva do SINTESE e as coordenações das subsedes regionais têm mandato de três anos e são escolhidas mediante um processo eleitoral através do voto direto das/os professoras/es filiadas/es à entidade.

*negociação de base*³⁹ na rede estadual com um delegado titular e um delegado adjunto; nas redes municipais o sindicato possui 74 comissões de negociações com 74 delegados titulares e 74 delegados adjuntos. Além disso, há os representantes nos conselhos: *Conselho do FUNDEB Estadual* - dois representantes titulares e dois suplentes; *conselhos dos FUNDEBs municipais* - 74 representantes titulares e 74 suplentes; no *Conselho de Alimentação Escolar Estadual* - dois representantes titulares e dois suplentes; nos *conselhos de alimentação escolar municipais* - 74 representantes titulares e 74 suplentes; no *Conselho Estadual de Educação* - um representantes titular e um suplente; nos *conselhos municipais de educação* - 74 representantes titulares e 74 suplentes e no *Plano de Ações Articuladas (PAR)*, o Sindicato possui na rede estadual um representante titular e um suplente, nas redes municipais 74 representantes titulares e 74 suplentes.

Segundo dados recentes do Departamento de Filiação e Patrimônio, o Sindicato tem 25.666 filiados/as, destas/es 84,9% são do sexo feminino e 15,1% do sexo masculino. Quanto à participação por sexo nos cargos da Diretoria Executiva, o sexo feminino representa 78,6% e o sexo masculino 21,4% do total de diretoras/es. Este dado vem se repetindo desde o ano de 1992, quando foi eleita a primeira mulher para presidir a entidade, de acordo com o Gráfico 05, a seguir.

Gráfico 05 – Participação, por sexo, nos mandatos das direções executivas do SINTESE, de 1992 a 2019



Fonte: gráfico criado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de filiação e Patrimônio do SINTESE em março de 2016.

Os dados do Gráfico 05 demonstram que na Direção Executiva do SINTESE o protagonismo feminino nos cargos de dirigente, desde 1992, é o resultado de muitas leituras e diálogo constante entre as/os antigas/os militantes e atuais dirigentes (que no passado foram oposição aos dirigentes da antiga APMESE) com os movimentos populares de esquerda, com

³⁹ Os membros da Comissão de Negociação de Base, as/os delegadas/os sindicais e as/os representantes dos conselhos são escolhidas/os por meio de eleições que ocorrem em assembleias da categoria.

o trabalho pastoral da Teologia da Libertação⁴⁰ empregada pela Igreja e pelo movimento de mulheres que buscava explicitar as questões de gênero. Segundo Sarti (2004, p.39), o movimento de mulheres constituiu-se como um movimento interclasses, uma vez que se associou à Igreja, importante Instituição contra o regime militar e aos movimentos sociais populares de esquerda para lutar contra o regime autoritário dos generais.

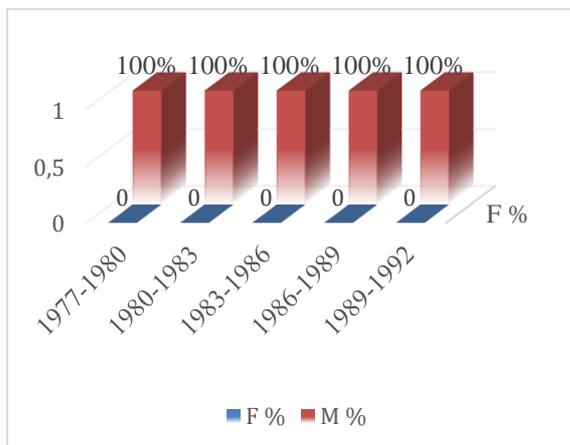
As entrevistas realizadas com as/os dirigentes do SINTESE revelaram que uma pequena parte do grupo que dirige o Sindicato até hoje lutou contra a ditadura militar, foi responsável pela fundação do PT e pela fundação da CUT em Sergipe. Ademais, muitos das/os dirigentes do SINTESE também são dirigentes dessas entidades até os dias atuais. Segundo pesquisadoras como Costa (2014) e Delgado (1998), há uma aproximação dessas entidades com o movimento feminista e com suas teorias, tanto a CUT como o PT mantêm em seus quadros coletivos de mulheres que têm como objetivo organizar a luta e os estudos sobre mulheres. É importante mencionar que essas duas entidades foram pioneiras em introduzir a cota mínima de 30% na participação das mulheres em seus quadros.

Segundo o depoimento de duas entrevistadas, as mulheres, inicialmente, não se despertaram para as disputas de gênero porque sempre foram maioria na direção da entidade. Entretanto, foi após as disputas por posição no PT, lugar em que tiveram que travar muitas batalhas para ocupar espaços e exigir as cotas, que despertaram para as questões de gênero. As informantes revelaram que a Articulação de Esquerda⁴¹ teve um papel muito importante na conscientização dos direitos femininos e nos debates de gênero. Segundo elas, foi graças a essa tendência do PT que as dirigentes puderam perceber e refletir sobre o machismo que rodeia a mulher na sociedade não sendo diferente nos movimentos sociais. Quanto à CUT em Sergipe, elas revelaram ser, ainda, muito machista e acreditam que as mulheres só passaram a ter mais espaço depois que a professora Ana Lúcia foi vice-presidenta da CUT, porque abriu espaço para as mulheres participarem dos coletivos dentro da CUT, e, a partir daí, cresceu a participação das mulheres.

⁴⁰ De acordo com Soares (2000) e Camilo (2011), a **Teologia da Libertação** é um movimento socioeclesial de teólogos católicos latino-americanos surgido na década de 1960 e consolidado na década de 1970 que propuseram uma renovação no pensamento teológico tomando por base a realidade histórica da América Latina. Por meio de uma análise crítica da realidade social, essa corrente buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos sociais.

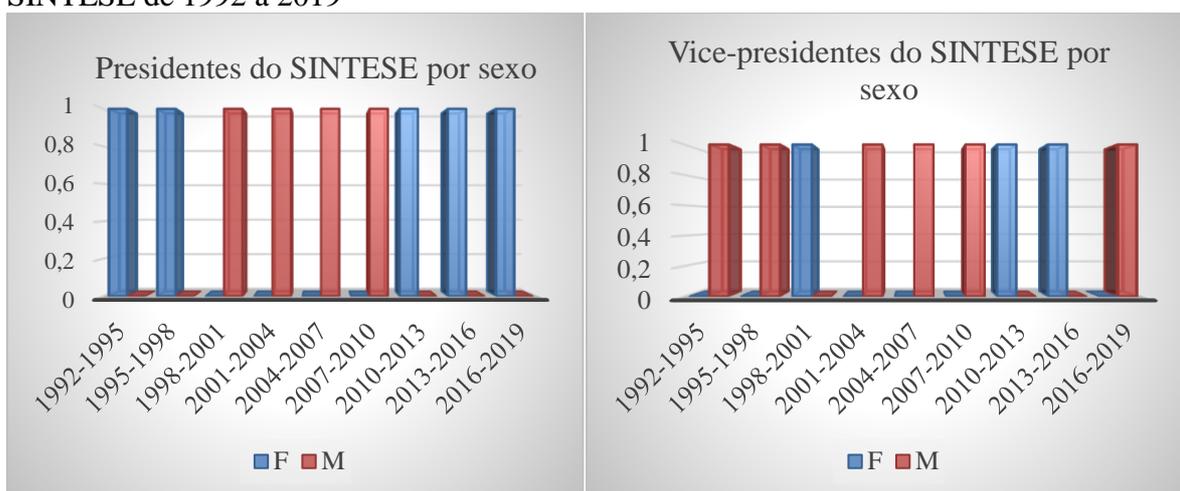
⁴¹ De acordo com o blog (<http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/02/a-construcao-da-tendencia-petista.html>) de Valter Pomar, um de seus líderes, a Articulação de Esquerda é uma tendência petista que defende um programa e uma estratégia democrático-popular e socialista. Segundo ele o objetivo final é construir um país e um mundo baseado na propriedade social dos meios de produção, uma sociedade onde os trabalhadores e as trabalhadoras decidam o quê produzir, como produzir e como distribuir as riquezas, superando a opressão e a exploração, o Estado e a divisão da sociedade em classes.

Gráfico 06 – Presidentas/es da APMESE, por sexo, de 1977 a 1991



Fonte: Gráfico criado pela autora a partir de documentos do SINTESE pesquisados em março de 2016.

Gráfico 07 – Participação, por sexo, nos cargos de presidenta/e e vice-presidenta/e do SINTESE de 1992 a 2019



Fonte: Gráfico criado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de filiação e Patrimônio do SINTESE em março de 2016.

Através da observação dos Gráficos 06 e 07 percebe-se uma alteração quanto à participação feminina no cargo de presidenta do Sindicato, relativas ao período de 1992 a 2019, e observa-se que 44,5% dos mandatos tiveram uma participação mista dos sexos, ou seja, 50% era composto por homens e 50% por mulheres. Os mandatos exercidos somente por homens representam 33,3% e os exercidos somente por mulheres 22,2%; no total de nove mandatos que se sucederam desde 1992, as mulheres exerceram cinco vezes a função de presidenta e os homens quatro vezes.

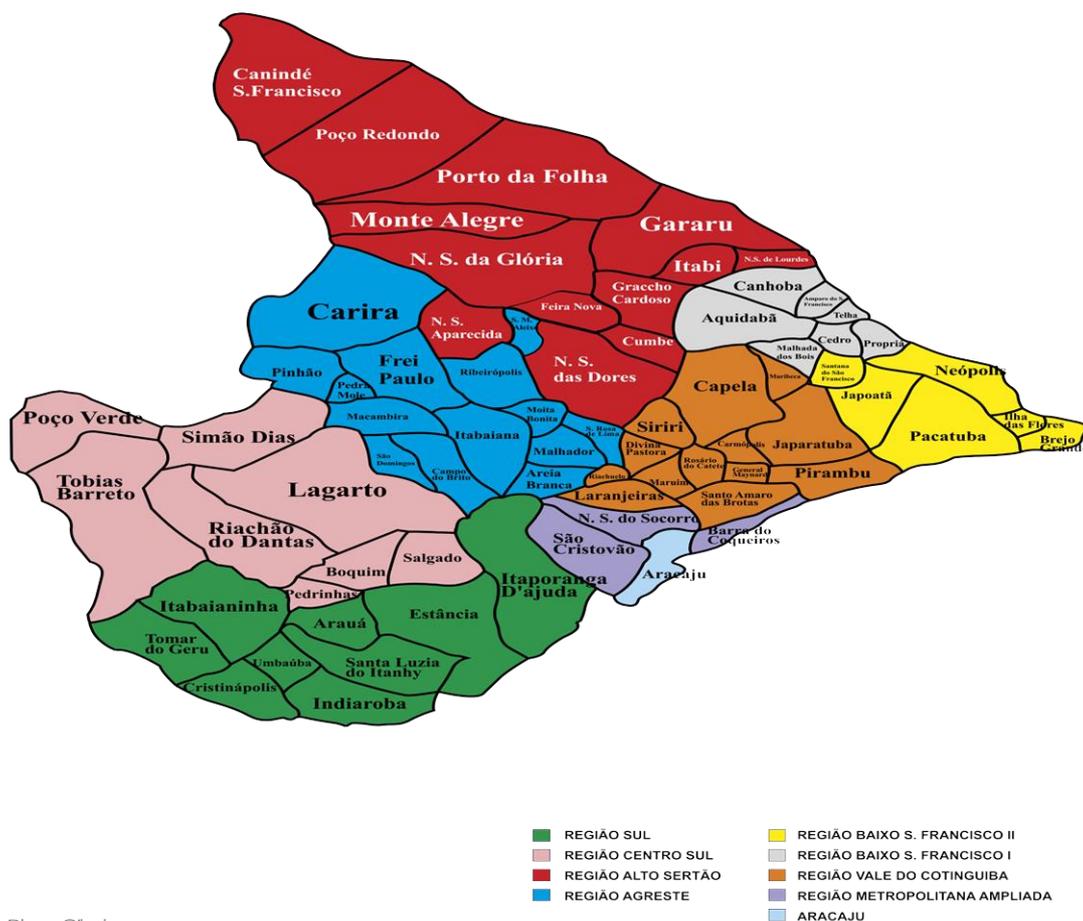
Os dados do Gráfico 07 são muito diferentes do período da APMESE, que foi de 1977 a 1992, expressos no Gráfico 06, pois, em cinco mandatos diferentes os homens foram cinco vezes presidente da Associação. Pode-se concluir que a mudança ocorreu devido a

dois motivos: primeiro, porque a partir de 1992 as gestões que se sucederam não eram atreladas ao poder do governo do Estado, como acontecia nas gestões anteriores, conforme relatos das entrevistas, e de dados das pesquisas de Silva (1997); Oliveira (2002); Santos (2012), as gestões passaram a ser escolhidas democraticamente entre as/os filiadas/os por meio de eleições diretas a cada três anos; segundo, porque as gestões, a partir de 1992, eram originárias do PT e da CUT, entidades nas quais as discussões de gênero sobre a participação feminina tornaram-se constantes e fecundas. De acordo com Costa (2014) muitas militantes do PT e da CUT eram também militantes feministas e isso levou as entidades a incorporarem na estrutura do partido e dos órgãos de classe uma política de mulheres na estrutura do poder.

De acordo com as entrevistas realizadas, atualmente, a escolha da/o ocupante do cargo de presidenta/e e vice-presidenta/e é consensuada pelos membros da chapa que se propõe a concorrer às eleições. No caso da gestão atual e das anteriores, a partir de 1992, foram levadas em consideração as seguintes características: saber liderar; ter identidade com a concepção sindical da luta empreendida pelo sindicato, ou seja, ter consciência de classe saber de que lado da luta está, uma vez que não se admite um/a dirigente que atua em prol dos patrões; ter preparo para discutir as concepções pedagógicas e sindicais com a base; gostar de estudar e continuar em formação permanente para compreender a conjuntura atual e atuar sobre ela, porque o capital está sempre renovando as táticas de atuação contra a classe trabalhadora.

Outra instância deliberativa de poder importante no SINTESE são as subsedes regionais, estas são organismos de base do Sindicato, formadas em regiões do interior do Estado que aglutinam forças econômicas, políticas e sociais, subordinadas à Diretoria Executiva, e estão distribuídas conforme Figura 01.

Figura 1 - Mapa das subseções regionais do SINTESE



arte: Diego Oliveira

Fonte: Departamento de Comunicação do SINTESE, setembro de 2016.

De acordo com a Figura 1, o SINTESE possui hoje uma sede que fica na cidade de Aracaju, um núcleo metropolitano que engloba as cidades de: São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, e sete subseções regionais: *Regional Baixo São Francisco I* (Amparo do São Francisco, Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João, Malhada dos Bois, Muribeca, Propriá, São Francisco e Telha); *Regional Baixo São Francisco II* (Brejo Grande, Ilha das Flores, Japoatã, Neópolis, Pacatuba e Santana do São Francisco); *Regional Alto Sertão* (Canindé do São Francisco, Cumbe, Feira Nova, Gararu, Graccho Cardoso, Itabi, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha); *Regional Agreste* (Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita, Bonita, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, Santa Rosa de Lima, São Domingos e São Miguel do Aleixo); *Regional Centro Sul* (Boquim, Lagarto, Pedrinhas, Poço Verde, Riachão do Dantas, Salgado, Simão Dias, Tobias Barreto); *Regional Sul* (Araúá, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do

Geru, Umbaúba) e *Regional Vale do Cotinguiba* (Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japarutuba, Laranjeiras, Maruim, Pirambu, Riachuelo, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas e Siriri).

Cada subsede regional possui os seguintes cargos: a) Coordenador/a Geral; b) Vice Coordenador/a Geral; c) Coordenador/a de Finanças; d) Coordenador/a de Secretaria; e) Coordenador/a de Formação Sindical e Educacional; f) Coordenador/a de Comunicação e Sindical; g) Coordenadora/o de Assuntos Jurídicos e Patrimoniais e h) 03 Suplentes. As subseções são administradas pelos/as coordenadores/as eleitos/as pelo voto direto e secreto do/as associados/as em suas regiões.

Tabela 05 – Participação, por sexo, nas coordenações de subseções do SINTESE de 2013 a 2016

Subseções	Dirigentes das Subseções, por sexo				Total por Subseção	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Regional Baixo São Francisco	06	85,7%	01	14,3%	07	100%
Regional Alto Sertão	02	28,6%	05	71,4%	07	100%
Regional Agreste	07	100%	----	----	07	100%
Regional Centro Sul	03	42,9%	04	57,1%	07	100%
Regional Sul	03	42,9%	04	57,1%	07	100%
Regional Vale do Cotinguiba	04	57,1%	03	42,9%	07	100%
Total geral	25	59,5%	17	40,4%	42	100%

Fonte: Tabela criada pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de filiação e Patrimônio do SINTESE em março de 2016.

Segundo a Tabela 05, quanto à participação por sexo nas coordenações das subseções, observa-se que, no geral, no mandato de 2013 a 2016 as pessoas do sexo feminino representavam 59,5% do total de coordenadoras/es, já as pessoas do sexo masculino representavam 40,5%. Observando-se por subseção, percebe-se que das seis regionais que existiam, nesse período, 50% delas tem mais homens e 50% mais mulheres. Das subseções, as que mais chamam a atenção são a Agreste por ter 100% de mulheres e a Sertão por apresentar 71,4% de homens.

De acordo com as entrevistas realizadas, os critérios para escolha das/as coordenadoras/es das subseções são semelhantes à escolha da/o presidenta/e e vice-presidenta/e, contudo no caso da/o coordenadora/o ela/ele deve ser uma liderança sindical na região que se propõe a atuar, além de estar inteirada/o dos problemas da região. A entrevistada Vanda (60 anos) considera o fator principal para escolha das/os coordenadoras/es ser militantes, não importa o sexo.

Tabela 06 – Participação, por sexo, nas coordenações das subsedes do SINTESE de 2016 a 2019

Subsedes	Dirigentes				Total por Subsede	
	F		M			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Regional Baixo São Francisco I ⁴²	05	45,5%	06	54,5%	11	100%
Regional Baixo São Francisco II	08	66,7%	04	33,3%	12	100%
Regional Alto Sertão	03	25,0%	09	75,0%	12	100%
Regional Agreste	10	83,3%	02	16,7%	12	100%
Regional Centro Sul	04	33,3%	08	66,7%	12	100%
Regional Sul	08	66,7%	04	33,3%	12	100%
Regional Vale do Cotinguiba	10	83,3%	02	16,7%	12	100%
Total geral	48	57,8%	35	42,2%	83	100%

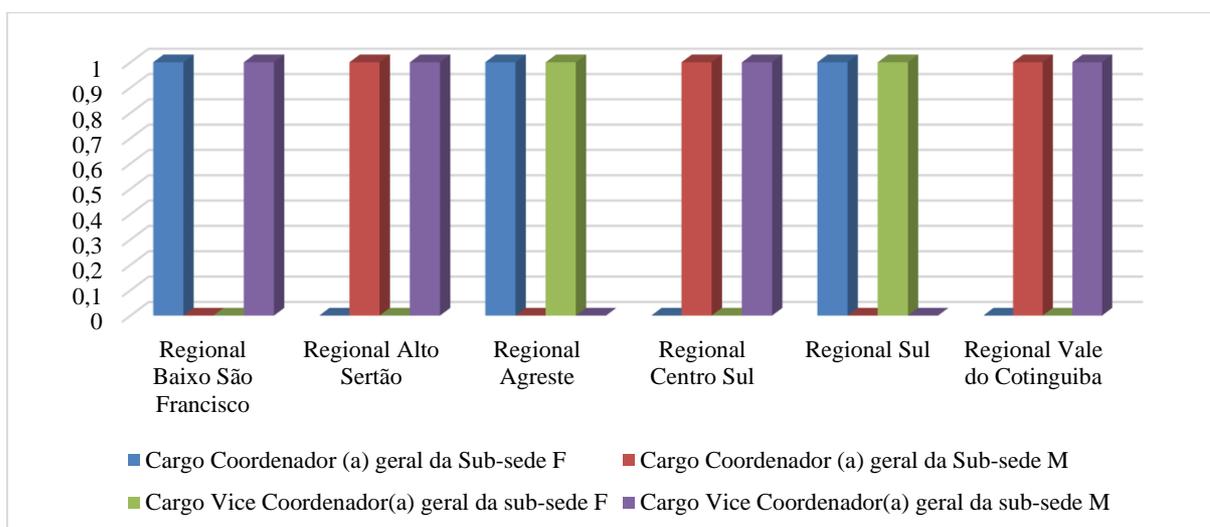
Fonte: Tabela criada pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de filiação e Patrimônio do SINTESE em março de 2016.

A Tabela 06 traz os dados quanto à participação por sexo nas coordenações das subsedes, na qual se observa que, no geral, nos mandatos de 2016 a 2019⁴³ as pessoas do sexo feminino representavam 57,8% do total de coordenadoras/es, já as pessoas do sexo masculino representavam 42,2%. Se comparado com o mandato anterior, exposto na Tabela 05, observa-se que houve um leve aumento da participação dos homens e um decréscimo na participação das mulheres. Esses dados revelam que, quando observado por subsede o percentual de mulheres aumentou e o de homens diminuiu, antes era de 50% para cada sexo, agora há quatro regionais com mais mulheres e três com mais homens. Atualmente, as subsedes, que mais chamam a atenção são a Agreste, a Vale do Cotinguiba, cada uma com 83,3% do total de mulheres e a Sertão por apresentar 75,0% do percentual de homens. Esses dados também revelam que na Regional Agreste caiu o percentual de mulheres e na do Sertão aumentou o percentual de homens, dos 12 coordenadores/as que atuam na subsede, há apenas uma mulher ocupando o cargo de coordenadora.

⁴² Diferentemente das demais subsedes, a Baixo São Francisco I só possui 11 coordenadores, de acordo com o site do SINTESE.

⁴³ Nesse mandato foi dividida a Regional do Baixo São Francisco em I e II.

Gráfico 08 – Participação, por sexo, nos cargos de coordenadora/or geral e vice-coordenadora/or geral das subsedes do SINTESE, de 2013 A 2016

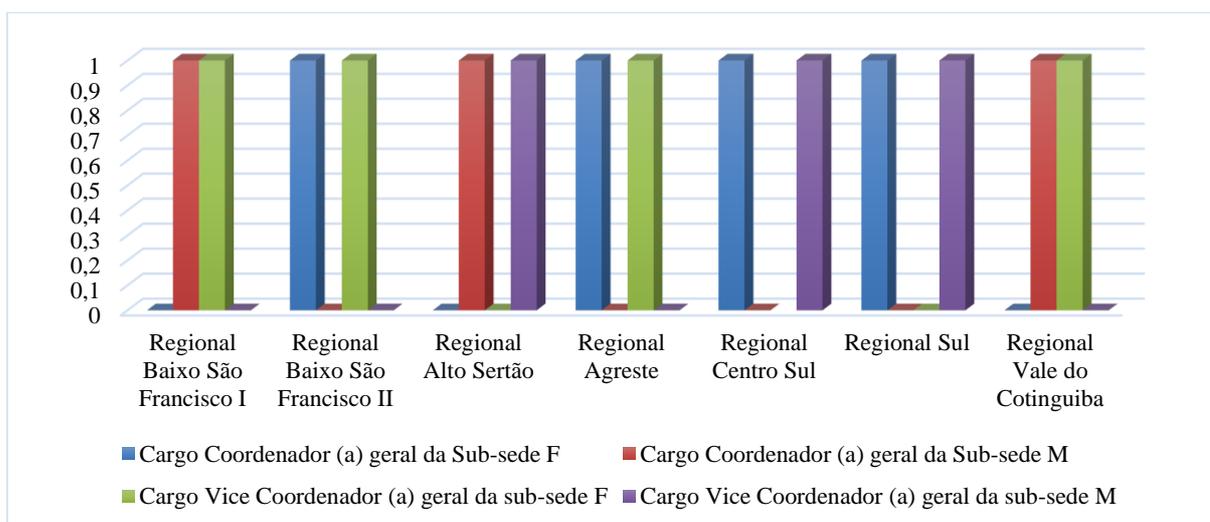


Fonte: Gráfico criado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de filiação e Patrimônio do SINTESE em março de 2016.

O Gráfico 08 revela dados sobre a participação por sexo nos cargos de Coordenador/a Geral e Vice Coordenador/a Geral das subsedes do SINTESE nos mandatos de 2013 A 2016. Observa-se que nesses mandatos as pessoas do sexo feminino ocuparam o cargo de coordenadora geral em 50% das regionais e as pessoas do sexo masculino também ocuparam 50% dos cargos. Quanto ao cargo de vice-coordenadora/or geral, apenas duas subsedes possuíam pessoas do sexo feminino e quatro subsedes possuíam pessoas do sexo masculino ocupando esse cargo. O percentual de subsedes que tinham somente pessoas do sexo masculino ocupando os cargos de coordenador geral e vice-coordenador é de 50,0%, ou seja, três subsedes (Sertão, Centro-sul e Vale do Cotiguiba) possuíam essa composição, já as subsedes Agreste e Sul tinham somente mulheres ocupando os cargos de coordenadora geral e vice-coordenadora o que corresponde a 33,3% das subsedes. Apenas uma subsede, isto é, 16,7% das subsedes apresentou um mandato com uma gestão mista composta por uma mulher como coordenadora geral e um homem como vice-coordenador.

Segundo dados das entrevistas realizadas, muitas subsedes têm maioria de homens em sua composição, em virtude de a região em que ela se encontra não apresentar lideranças femininas para compor o quadro. Segundo as entrevista realizadas, cada ano aumenta as dificuldades para compor as chapas nas subsedes. A explicação para isso está relacionada, em parte, à divisão sexual do trabalho e a visão machista da sociedade de que sindicato não é lugar para as mulheres.

Gráfico 09 – Participação, por sexo, nos cargos de coordenadora/or geral e vice-coordenadora/or geral das subdesdes do SINTESE 2016 a 2019



Fonte: Gráfico criado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de filiação e Patrimônio do SINTESE em março de 2016.

O Gráfico 09 revela que houve alterações na participação por sexo nos cargos de coordenador/a geral e vice-coordenador/a geral das subdesdes do SINTESE nos mandatos de 2016 A 2019, em relação a 2013-2016. À primeira vista, a ocupação desses cargos está mais democrática, já que se apresenta um maior número de subdesdes com o poder sendo dividido entre homens e mulheres nas coordenações, ou seja, mandatos com uma gestão mista composta por uma mulher como coordenadora geral e um homem como vice-coordenador. Essa situação está presente em 57,1% das regionais, isto é, 04 subdesdes possuem essa composição (Regional Baixo São Francisco I, Centro-Sul, Sul e Vale do Cotinguiba). O percentual de subdesdes com apenas pessoas do sexo masculino (Sertão) ocupando os cargos de coordenador geral e vice- coordenador caiu de 50,0% para 14,3%, já nas que tinham somente mulheres também houve uma queda de 33,3% para 28,6%. No geral, as pessoas do sexo feminino ocupam hoje 57,1% dos cargos de coordenação geral e as pessoas do sexo masculino 42,9%, se comparado com o período anterior, as mulheres aumentaram a sua participação em 7,1% em relação aos homens. Além disso, a regional do Sertão e a Agreste continuam chamando atenção quanto à hegemonia dos homens no primeiro caso, e a hegemonia das mulheres no segundo.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS/OS DIRIGENTES DO SINTESE

A caracterização das/os dirigentes do SINTESE foi realizada com base nos dados

obtidos mediante a aplicação dos questionários as/os dirigentes do Sindicato (diretoras/es da Executiva, coordenadoras/es de subsedes e membros do CERES). O questionário (Apêndice A) tem cinco campos de informações: a) dados pessoais, b) informações sobre a vida acadêmica dos dirigentes, c) informações sobre as experiências profissionais, d) informações sobre as experiências vividas no SINTESE e e) as razões que os levaram a militar no Sindicato. Após a coleta das informações, os dados foram tabulados e analisados.

A coleta de dados, por meio dos questionários revelou que o perfil das/os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Ensino de Sergipe é predominantemente do sexo feminino de nacionalidade brasileira e tem entre 28 a 74 anos de idade. Já a faixa etária das pessoas do sexo masculino é de 30 a 64 anos de idade. Essa informação revela que as mulheres entram mais cedo na luta e permanecem nela por mais tempo.

Tabela 07- Raça das/os dirigentes do SINTESE, por sexo

Raça	Sexo				Total geral	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Branca	09	13,9%	03	4,6 %	12	18,5%
Negra	14	21,5%	10	15,4%	24	36,9%
Indígena	03	4,6 %	---	---	03	4,6 %
Outras	10	15,4%	06	9,2 %	16	24,6%
Não declarado	06	9,2%	04	6,2%	10	15,4%
Total gera	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

Conforme a Tabela 07, a raça mais declarada, no geral, é a negra, ela representa 36,9% das respostas. Do total de pessoas do sexo masculino 15,4% se declararam negras, nesta variável, do total de pessoas do sexo feminino 21,5% também se declararam negras. Entendeu-se raça, a partir do conceito de “raça social”, conforme descrito por Guimarães (1999) não como um dado biológico, mas como um dado eficaz construído socialmente, para manter e reproduzir diferenças e privilégios. As raças são formas de categorizar e de identificar que orientam as ações humanas (GUIMARÃES, 1999, p.153).

Tabela 08 - Estado civil x filhos, por sexo (Continua)

Estado civil x filhos	Sexo				Total	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Solteira/o com filhos	05	7,7%	02	3,1 %	07	10,8%
Solteira/o sem filhos	10	15,4%	03	4,6 %	13	20,0%
Casada/o com filhos	08	12,3%	12	18,5%	20	30,8%
Casada/o sem filhos	04	6,2%	---	---	04	6,2%

Continuação

Estado civil x filhos	Sexo				Total	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Separada/o e ou divorciada/o com filhos	09	13,8%	---	---	09	13,8%
Separada/o e ou divorciada/o sem filhos	02	3,1 %	01	1,5%	03	4,6 %
Viúva/o com filhos	01	1,5%	---	---	01	1,5%
União estável com filhos	01	1,5%	04	6,2%	05	7,7%
União estável sem filhos	01	1,5%	---	---	01	1,5%
Outros sem filhos	---	---	01	1,5%	01	1,5%
Não declarou o estado civil, mas diz ter filhos	01	1,6%	---	---	01	1,6%
Total geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

Quanto ao estado civil das/os dirigentes do SINTESE, de acordo com a Tabela 08, a variável que prevalece é a das pessoas casadas. No geral, 37,0% das pessoas declaram-se casadas. Destas, 18,5% são do sexo feminino e 18,5% são do sexo masculino. Se forem somadas/os as/os que se declaram casadas/os com as/os que declararam estar em uma união estável, vivendo de forma tradicional como marido e mulher, esse percentual chega a 46,3%⁴⁴, sendo que, desse total, 21,6% são do sexo feminino e 24,7% do sexo masculino. O percentual das mulheres sozinhas, sem a figura do marido, é quase duas vezes maior que o número das que declaram conviver com um marido/companheiro chegando a 41,5%⁴⁵. O maior percentual de solteiras, separadas ou divorciadas e viúvas seria determinado pela dificuldade concreta de tempo das mulheres casadas para conciliarem as atividades domésticas, consequentes do seu status matrimonial (dupla jornada), com as atividades sindicais, os receios e impedimentos determinados pelo marido, entre outros.

Os dados coletados revelaram que 66,1% das/os dirigentes do SINTESE declaram ter filhos, destacando-se que desses 36,8% são do sexo feminino e 29,3% são do sexo masculino. As pessoas do sexo feminino lideram com 26,2% o percentual das que informaram não ter filhos. A pesquisa revelou ainda que o maior percentual das/os que declaram ter filhos está entre as pessoas casadas/união estável e do sexo masculino, eles representam 24,7% dos casos. As pessoas do sexo feminino que declaram estar casadas/união estável e com filhos é de 20%. Os dados também revelaram que das 36,8% das pessoas do sexo feminino que declaram ter filhos, conforme a Tabela 08, 23,0% declaram estar solteiras, viúvas e separadas ou divorciadas. Os números mostram que o fato de possuir filhos não impede as mulheres de atuarem no sindicato, mesmo quando são mães solteiras, o fator de impedimento

⁴⁴ Esse percentual foi alcançado através da soma das/os que se declararam casadas/os com as/os que se declaram em uma união estável.

⁴⁵ Esse percentual foi alcançado através da soma das solteiras, viúvas e separadas ou divorciadas.

maior está na dupla jornada de trabalho aliada as cobranças e impedimentos do marido. Entre o sexo masculino esse percentual é de 3,1%.

Tabela 09 - Informações sobre a religião das/os dirigentes do SINTESE, por sexo

Religião	Sexo				Total	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Católicas/os praticantes	25	38,5%	14	21,5%	39	60,0 %
Católicas/os não praticantes	03	4,6 %	---	---	03	4,6 %
Evangélicos/protestantes	03	4,6 %	---	---	03	4,6 %
Espíritas	02	3,1 %	---	---	02	3,1 %
Candomblé	02	3,1 %	01	1,5%	03	4,6 %
Ateias/eus	---	---	02	3,1 %	02	3,1 %
Não tem religião	03	4,6 %	02	3,1 %	05	7,7 %
Agnósticas/os	01	1,5%	01	1,6%	02	3,1 %
Cristãs/os	03	4,6 %	---	---	03	4,6 %
Não declaram a opção religiosa	---	---	03	4,6 %	03	4,6 %
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

A religião tem um importante papel na construção das identidades sociais de gênero e na produção e reprodução de sistemas simbólicos que ajudam a estabelecer papéis sociais fixos para homens e mulheres na sociedade. Pensando nisto, observou-se, conforme dados apresentados na Tabela 09, que no SINTESE a religião que predomina entre as/os dirigentes é a católica com 60,0% de adeptas/os. Se forem consideradas as pessoas que se declararam não praticantes, esse percentual sobe para 64,6%. Das pessoas do sexo feminino, 43,1% se declararam católicas e/ou católicas não praticantes, já o percentual de pessoas do sexo masculino é de 21,5%. Somente 3,1% das pessoas do sexo masculino declararam-se ateus. Com relação à presença de adeptas/os das religiões de matriz africana, foi relatada apenas a presença do candomblé com um percentual de 4,6% de praticantes, dos que afirmaram praticá-lo 3,1% são do sexo feminino e 1,5% do sexo masculino.

É importante ressaltar que, desde sua gênese, a Igreja tem atuado para impedir transformações sociais que possam colocar sua posição de poder em perigo. Segundo Saffioti (2013), a Igreja tem apoiado a preservação do sistema capitalista de produção e a conservação da estrutura de poder que este tipo de sociedade permite; ela tem executado técnicas sociais cujo objetivo é moldar o comportamento humano e as relações sociais, fato que ajuda o sistema capitalista a reproduzir na sociedade o patriarcalismo teorizado por Castells (1999, p.169). Essas técnicas disfarçadas servem para manter a mulher submissa ao homem e ratificam os papéis sociais de homens e mulheres na sociedade, os quais são responsáveis pela instituição da divisão sexual do trabalho e da divisão sexual do poder nos sindicatos.

A grande maioria das igrejas pentecostais também vê o homem como o cabeça da

família e insiste em propagar a submissão do sexo feminino em relação ao masculino; nelas, assim como na católica, o chefe religioso é sempre um homem e à mulher cabe o papel de seguidora. Diferente disso, nas religiões de matriz africana o maior posto na hierarquia é ocupado tanto por homens quanto por mulheres, porém, a maioria dos adeptos é do sexo feminino. De acordo com Bastos (2009, p.163-164), as religiões afro-brasileiras enaltecem o papel da mulher na religião, diferentemente do que ocorre em outras religiões que colaboram com a reprodução da representação social da masculinidade. Segundo ele, isso pode ser explicado historicamente, pois, na África, as mulheres eram criadas para ser independentes, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico e isso interferiu na maneira como elas levaram sua vida, depois que vieram para o Brasil.

Tabela 10 - Renda salarial das/os dirigentes, por sexo

Renda em salários mínimos	Sexo				Total	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 880,00 até R\$ 2.640,00).	03	4,6%	01	1,5%	04	6,2%
De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.640,00 até R\$ 5.280,00).	32	49,2%	16	24,7%	48	73,8%
De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ \$ 5.280,00até R\$ 7.920,00).	02	3,1%	06	9,2%	08	12,3%
De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.920,00 até R\$ 10.560,00).	04	6,2%	---	---	04	6,2%
Não declarou a renda	01	1,5%	---	---	01	1,5%
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

De acordo com a Tabela 10, a renda das/os dirigentes do SINTESE varia de um a 12 salários mínimos. Segundo os números expostos na Tabela 10, 73,8% das/os dirigentes do SINTESE recebem de três a seis salários mínimos, e destes, 49,2% são do sexo feminino e 24,7% do sexo masculino. Os que recebem de nove a 12 salários mínimos somam 6,2% do total de dirigentes, observando que somente as mulheres estão enquadradas nessa faixa salarial, o que se configura como um fato curioso, já que a tendência entre as profissões é que o homem tenha uma renda maior em relação à mulher. Entretanto, na carreira do magistério, especialmente, no magistério público onde as pessoas são selecionadas por meio de concurso público e estão enquadradas em Planos de Cargos e Salários, não há disparidades salariais quanto ao gênero entre as pessoas que têm o mesmo tempo de serviço, mesmo nível acadêmico e a mesma função.

De acordo com as entrevistas realizadas, na maioria das vezes, as diferenças ocorrem no acesso a cargos de maior poder, quando estes dependem de indicação política baseada na

influência política ou nas características socialmente construídas pela sociedade para determinados cargos como diretor/a e coordenador/a. Isso se deve às construções sociais que convencionaram que a mulher seria mais indicada para o cargo de coordenadora porque este estaria mais relacionado ao cuidar, orientar, conciliar e educar. Já o cargo de diretor/a estaria seria mais indicado para os homens porque devem ser mais rígidos.

Tabela 11- Escolaridade das mães e pais das/os dirigentes do SINTESE, por sexo

Escolaridade das mães das/os dirigentes do SINTESE	Sexo				Total Geral	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Não-alfabetizada	09	13,8	07	10,8	16	24,6
Fundamental incompleto	27	41,6	09	13,8	36	55,4
Fundamental completo	01	1,5	01	1,5	02	3,1
Ensino médio incompleto	---	---	---	---	---	---
Ensino médio completo	03	4,6	04	6,2	07	10,8
Graduação incompleta	---	---	---	---	---	---
Graduação completa	---	---	---	---	---	---
Pós-graduação	01	1,5	02	3,1	03	4,6
Não declarado	01	1,5	---	---	01	1,5
Total	42	64,6	23	35,4	65	100

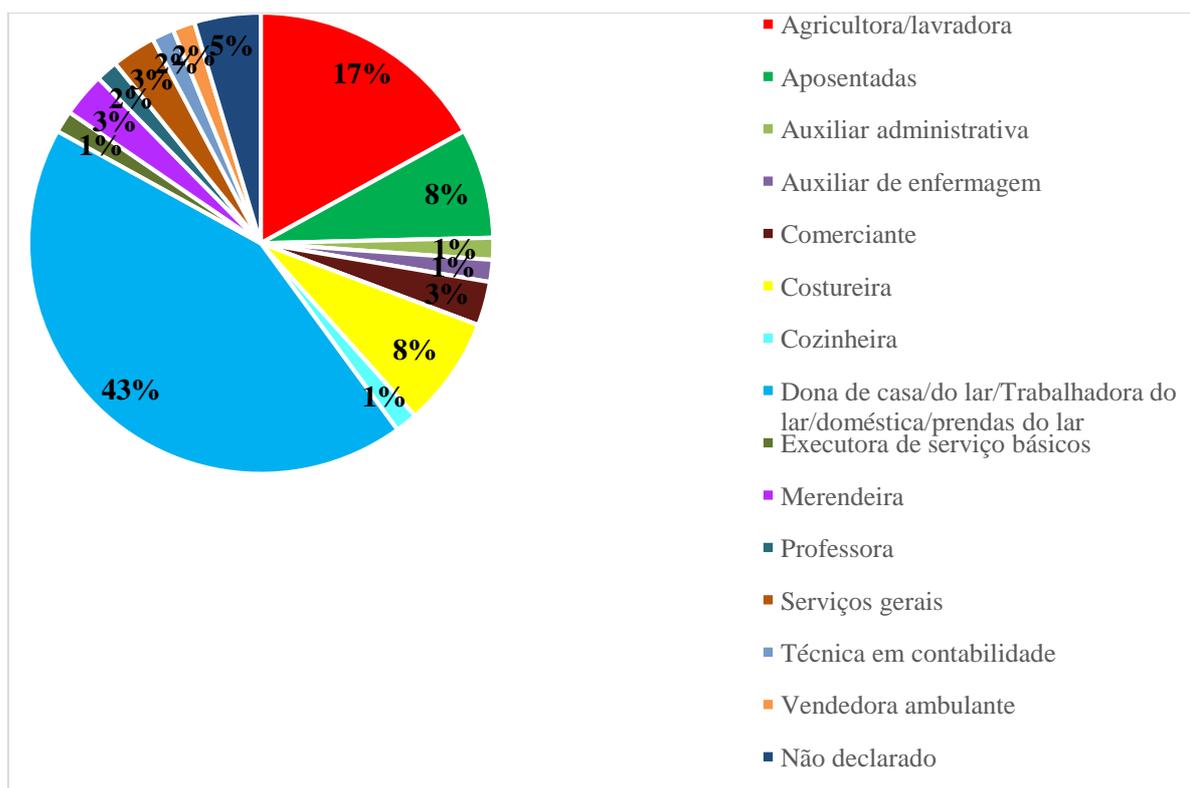
Escolaridade dos pais das/os dirigentes do SINTESE	Sexo				Total Geral	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Não-alfabetizada	09	13,8	06	9,2	15	23,1
Fundamental incompleto	25	38,5	13	20,0	38	58,5
Fundamental completo	03	4,6	02	3,1	05	7,7
Ensino médio incompleto	---	---	---	---	---	---
Ensino médio completo	03	4,6	02	3,1	05	7,7
Graduação incompleta	01	1,6	---	---	01	1,5
Graduação completa	---	---	---	---	---	---
Pós-graduação	---	---	---	---	---	---
Não declarado	01	1,5	---	---	01	1,5
Total	42	64,6	23	35,4	65	100

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

A Tabela 11 demonstra a escolaridade das mães e pais das/os dirigentes do Sindicato. Segundo as informações coletadas, a maioria das/os genitoras/es possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Também chama atenção o alto índice de analfabetismo, este ultrapassa a média nacional. As mães apresentam um percentual de 24,6% de analfabetismo, enquanto os pais apresentam 23,1% de analfabetos. Hoje, no Brasil, segundo dados do IBGE publicados em 2015 com referência a 2014, o percentual de analfabetismo entre as pessoas de

60 anos ou mais é de 23,1%. Com relação aos níveis de ensino, as mães apresentaram os maiores índices em relação aos pais no ensino médio 10,8% e na pós-graduação 4,6%. Já os pais somando o fundamental completo e o incompleto totalizam 66,2% contra 58,5% das mães. A baixa escolaridade das mães e pais reflete diretamente nas profissões que estes desenvolvem. Os números e o comparativo estão no Gráfico 10.

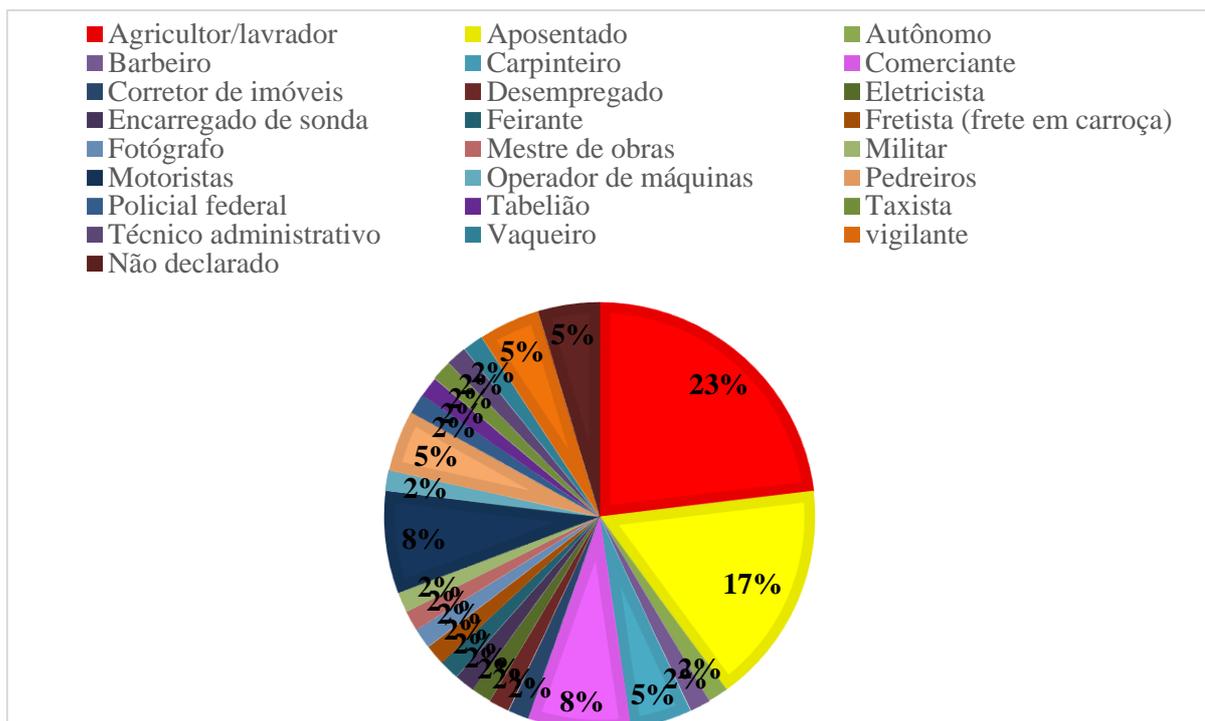
Gráfico 10 - Profissão das mães das/os dirigentes do SINTESE



Fonte: Gráfico organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

De acordo com a pesquisa, entre as mães a profissão que mais se destacou foi a de dona de casa, ela representa 43% das profissões citadas, seguida de agricultora 17%. Tirando a profissão de agricultora, que faz parte do setor primário da economia, todas as outras profissões, cerca de 83%, estão ligadas à prestações de serviços. Além disso, chama a atenção os nomes atribuídos à atividade de cuidar da casa, do marido e dos filhos: *Dona de casa, dona do lar, trabalhadora do lar, doméstica, e prendas do lar*.

Gráfico 11 - Profissões dos pais das/os dirigentes do SINTESE



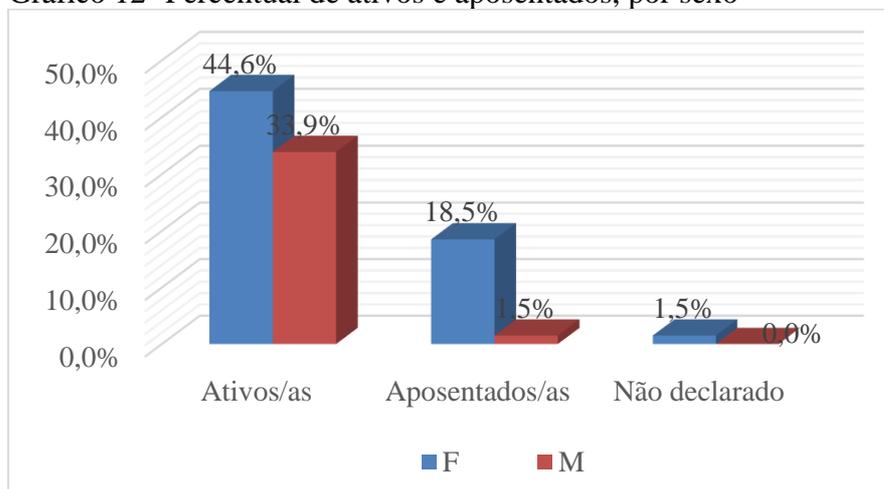
Fonte: Gráfico organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

De acordo com o disposto no Gráfico 11, entre os pais, a profissão que mais se destacou foi a de agricultor, ela representa 23% das atividades citadas. O estudo mostra que os dados referentes à escolaridade e à profissão das/os genitoras/es das/os dirigentes revelam a origem destas/es, ou seja, isto indica que as/os dirigentes do SINTESE provêm da classe trabalhadora e proletarizada.

Os dados referentes à idade, estado civil, filhos, religião, raça/etnia, informações sobre os pais/mães quanto à profissão e escolaridade, níveis de formação acadêmica, número de vínculos de trabalho, níveis que lecionam, redes de trabalho, renda salarial e número de ativas/os e aposentadas/os das/os dirigentes do SINTESE são importantes para compreender os valores que carregam. As pessoas que estão inseridas em um sindicato ou em qualquer instituição trazem consigo singularidades em diferentes níveis, disposições e intenções em relação a sua participação. Isto se deve as influências adquiridas em sua trajetória individual e coletiva através dos valores da religião, da educação formal, da família e da classe social em que estão inseridas. A baixa escolaridade, as profissões (apresentadas na Tabela 11 e nos Gráficos 10 e 11) e a classe social dos pais e mães influenciam na forma como enxergam o mundo e agem sobre ele. Isto porque a história da trajetória de vida determina os enfrentamentos, as estratégias, as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas de cada indivíduo. Todas as escolhas ou pré-disposições são resultado de condições de socialização

específicas que traduzem o pertencimento a uma dada estrutura social. A sociedade é o lugar do poder e dos privilégios, estes são determinados pelas relações de gênero, pelos capitais: econômico e cultural que cada indivíduo possui e isso leva a desigualdade na distribuição de recursos e poderes⁴⁶.

Gráfico 12- Percentual de ativos e aposentados, por sexo



Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

Os dados tabulados a partir dos questionários e demonstrados no Gráfico 12 revelam que 78,5% das/os gestoras/es do SINTESE estão ativas/os em regência de classe, isto é, ainda não se aposentaram e continuam dando aulas nas escolas públicas estaduais e municipais. Desse percentual, 44,6% é do sexo feminino e 33,9% do sexo masculino. As pessoas que declararam estar aposentadas totalizam 20,0%, destas 18,5% são do sexo feminino e 1,5% do sexo masculino. Esses dados revelam que, no caso do SINTESE, as mulheres, mesmo depois da aposentadoria, continuam atuando no Sindicato diferentemente dos homens que ao se aposentarem abandonam a entidade.

Tabela 12 - Número de vínculos de trabalho e redes de ensino em que lecionam ou lecionaram os dirigentes do SINTESE, por sexo

Número de vínculos de trabalho	Redes de Ensino	Sexo				Total	
		Feminino		Masculino		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
01	Público Municipal	08	12,3%	17	26,1%	25	38,5%
01	Público Estadual	15	23,1%	03	4,6%	18	27,7%
02	Público Municipal e Público Estadual	15	23,1%	02	3,1%	17	26,1%
02	Dois vínculos Públicos Estadual	02	3,1%	01	1,5%	03	4,6%
---	Não declarado	02	3,1%	---	---	02	3,1%
Total Geral		42	64,7%	23	35,3%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

⁴⁶ Bourdieu (1996) entende recursos ou poderes como capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e o capital simbólico, (prestígio).

Quanto ao número de vínculos de trabalho e redes de ensino em que lecionam as/os dirigentes do SINTESE, a pesquisa revelou que eles/elas possuem até dois vínculos de trabalho, podendo ser um municipal, um estadual ou um estadual e um municipal, ou dois municipais, ou dois estaduais. De acordo com a Tabela 12, 66,2%⁴⁷ das/os dirigentes declararam possuir apenas um vínculo de trabalho, destes 35,4% pertence ao sexo feminino e 30,8% do masculino. Além disso, 38,5% das/os dirigentes trabalham somente na rede municipal, destes 12,3% representam o sexo feminino e 26,2% o sexo masculino. As mulheres estão mais presentes na rede estadual de ensino, elas representam 23,1% do total de dirigentes. Os dados também revelam que a mulheres são maioria entre os dirigentes que só possuem um vínculo de trabalho elas representam 35,4%⁴⁸. Os dados coletados permitem concluir que a causa da vinculação única é a necessidade de conciliar a vida familiar e doméstica de mãe, esposa e dona de casa com a profissional.

Tabela 13 - Nível de formação das/os dirigentes que estão na ativa em sala de aula, por sexo

Nível de formação	Sexo				Total	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Ensino Médio	01	1,5%	---	---	01	1,5%
Graduação	12	18,5%	08	12,3%	20	30,8%
Especialização	26	40,0%	13	20,0%	39	60,0%
Mestrado	02	3,1%	02	3,1%	04	6,2%
Não declarado	01	1,5%	---	---	01	1,5%
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

A Tabela 13 revela que 60,0% das/os professoras/es que atuam no SINTESE são especialistas, ou seja, possuem cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Destes 40,0% são do sexo feminino e 20% do sexo masculino. As/os que possuem o curso de Mestrado somam 6,2%.

Tabela 14 - Nível de ensino em que lecionam as/os dirigentes do SINTESE que estão na ativa em sala de aula,⁴⁹ por sexo (Continua)

Níveis de Ensino que lecionam	Sexo				Total	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Ensino Fundamental I	08	15,7%	03	5,9%	11	21,6%
Ensino Fundamental II	12	23,5%	14	27,4%	26	51,0%
Ensino Fundamental I e II	---	---	02	3,9%	02	3,9%
Ensino Fundamental I e Ensino Médio	02	3,9%	---	---	02	3,9%
Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio	02	3,9%	---	---	02	3,9%

Continuação

⁴⁷ Valor encontrado somando os que possuem apenas 01 vínculo.

⁴⁸ Chegamos a esse dado somando o número de mulheres que só têm um vínculo.

⁴⁹ Para a construção dessa tabela foi considerado o número de dirigentes ativos que ainda estão em sala de aula.

Níveis de Ensino que lecionam	SEXO				TOTAL	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Ensino Fundamental II e Ensino Médio	02	3,9%	01	2,0%	03	5,9%
Educação Infantil e Ensino Fundamental II	01	2,0%	---	---	01	2,0%
Ensino Médio	02	3,9%	02	3,9%	04	7,8%
Total Geral	29	56,9%	22	43,1%	51	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

A Tabela 14 demonstra que 51,0% das/os dirigentes do SINTESE estão mais concentradas/os na segunda etapa do ensino fundamental, que corresponde do 6º ao 9º ano. Desse total, 23,5% das pessoas que lecionam nesse nível de ensino são do sexo feminino e 27,4% do sexo masculino. A maior participação das/os docentes do sindicato no ensino fundamental acontece porque grande parte das/os dirigentes da entidade são professoras/es das redes municipais de ensino e nessas redes só são ofertadas a educação infantil e a educação fundamental. Além disso, mesmo na rede estadual há um número maior de escolas de ensino fundamental em relação às escolas que ofertam o ensino médio.

Tabela 15 - Cargos das/os dirigentes do SINTESE, por sexo

Membros	Sexo				Total	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
Direção executiva	20	30,7%	07	10,8%	27	41,5%
Coordenações de Subsedes	21	32,4%	15	23,1%	36	55,4%
Não declarado	01	1,5%	01	1,5%	02	3,1%
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

As Tabelas 15, 16, 17 e 18 informam dados sobre as experiências vividas pelas/os dirigentes no SINTESE. De acordo com a Tabela 15, das mulheres que responderam aos questionários e atuam como dirigentes no SINTESE, 32,4% ocupam cargos de coordenadoras nas subsedes e 30,7% ocupam cargos na direção executiva. Já os homens somam 23,1% nas coordenações subsedes e 10,8% nos cargos da direção executiva.

Tabela 16 - Tempo de filiação ao SINTESE, por sexo (Continua)

Número de anos filiadas/os ao SINTESE	Sexo				Total	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
De 1 a 3anos	01	1,5%	01	1,5%	02	3,1%
De 3 a 6 anos	02	3,1%	01	1,5%	03	4,6%
De 6 a 9 anos	---	---	04	6,2%	04	6,2%
De 9 a 12 anos	06	9,2%	05	7,7%	11	16,9%
De 12 a 15 anos	08	12,3	01	1,5%	09	13,8%

Continuação

Número de anos filiadas/os ao SINTESE	Sexo				Total	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
De 15 a 18 anos	03	4,6%	06	9,2%	09	13,8%
De 18 a 21 anos	05	7,7%	01	1,5%	06	9,2%
Mais de 21 anos	17	26,2%	04	6,2%	21	32,4%
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

Das/os docentes que atuam no sindicato 32,4% afirmam ter mais de 21 anos de filiadas/os à entidade. Destas 26,2% são do sexo feminino e 6,2% do sexo masculino.

Tabela 17 - Tempo de dirigente do SINTESE, por sexo

Número de anos como dirigente do SINTESE	Sexo				Total	
	F		M		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
De 1 a 3anos	13	20,0%	05	7,7%	18	27,7%
De 3 a 6 anos	04	6,2%	05	7,7%	09	13,9%
De 6 a 9 anos	06	9,2%	04	6,2%	10	15,4%
De 9 a 12 anos	05	7,7%	03	4,6%	08	12,3%
De 12 a 15 anos	03	4,6%	04	6,2%	07	10,7%
De 15 a 18 anos	03	4,6%	---	---	03	4,6%
De 18 a 21 anos	02	3,1%	01	1,5%	03	4,6%
Mais de 21 anos	04	6,2%	01	1,5%	05	7,7%
Não declarado	02	3,1%	---	---	02	3,1%
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

0800 7669000

A Tabela 17 revela que 27,7% das/os dirigentes que atuam no SINTESE, têm de um a três anos de atuação no Sindicato, sendo que 20,0% são do sexo feminino e 7,7% são do sexo masculino. As/os docentes que declaram ter mais de 21 anos como dirigente do sindicato somam 7,7%. Nessa variável, as mulheres somam 6,2% e os homens 1,5%.

Tabela 18- Informações sobre a militância no SINTESE antes de ser dirigente, por sexo

Foi Militante do SINTESE antes de ser dirigente	Sexo				Total	
	F		M		N	%
	N	%	N	%		
SIM	38	58,5%	20	30,8%	58	89,3%
NÃO	03	4,6%	03	4,6%	06	9,2%
Não declarado	01	1,5%	---	---	01	1,5%
Total Geral	42	64,6%	23	35,4%	65	100%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados extraídos dos questionários aplicados em setembro de 2016 pela internet e na reunião do CERES.

A Tabela 18 demonstra que 89,3% das/os dirigentes que atuam, hoje, no SINTESE militaram na entidade antes de serem convidadas/os a participar da Direção Executiva ou das coordenações de subsedes. Das mulheres que responderam ao questionário e atuam hoje no

Sindicato, 58,5% declararam-se militantes, contribuindo com as lutas da entidade, antes de serem dirigentes, os homens somam 30,8%. Os dados revelam que as mulheres contribuem mais com o sindicato, mesmo não fazendo parte dos cargos diretivos, fato que faz refletir se os sindicatos docentes existiriam, de fato, sem a participação das mulheres.

Na contemporaneidade ainda há o entendimento de que as mulheres somente ousam quebrar a ordem binária das relações entre os sexos, a partir dos movimentos sufragistas, no século XX. Mas, surpreende e anima escavar e encontrar, ainda nos séculos XIX, XX e XXI, mudanças e ações públicas de mulheres no Brasil, que se configuram no campo do agir feminista. Apesar de tantas dificuldades as mulheres conquistaram um espaço de respeito dentro da sociedade. No geral, as relações ainda não são de igualdade e harmonia entre o gênero feminino e o masculino⁵⁰.

O ingresso na categoria docente implicou a maior possibilidade de empoderamento das mulheres sucedido na história. São observados avanços incontestáveis na participação feminina nos sindicatos, particularmente no caso do SINTESE. Contudo, de uma forma geral, a participação das trabalhadoras nos cargos de deliberação continua baixa no Brasil. A inserção das mulheres nos sindicatos no Brasil tem sido marcada por um processo que mescla exclusão e “inserção excluída”, inteiramente relacionado ao patriarcalismo que norteia a sua vida privada e a sociedade como um todo. As diferenças entre os sexos não são apenas no que concerne ao número de cargos de chefia nos sindicatos, mas também quanto ao tipo de cargos que homens e mulheres ocupam nos órgãos sindicais, com cargos relacionados ao cuidado que são considerados tipicamente femininos, ficando para os homens os cargos com atribuições mais valorizados que requerem maior nível de capital político.

O primeiro passo para ter igualdade plena de gêneros no médio prazo é ampliar a participação política das mulheres em todos os setores, começando pela ocupação dos cargos e espaços no nível municipal. Quando a igualdade de gênero se coloca, cresce o espaço da democracia dentro da espécie humana. A democratização efetiva da sociedade humana passa pela discussão das relações de gênero; nesse sentido, a luta das mulheres não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade.

Na sessão posterior serão analisadas as relações sociais de gênero no SINTESE destacando-se os aspectos subjetivos e a construção das identidades das/os participantes na pesquisa.

⁵⁰ O homem ainda atribui à mulher a dupla jornada, já que o lar é sua responsabilidade, mas muitos valores sobre as mulheres já estão mudando. O homem também está em conflito com o papel que foi construído socialmente para ele, hoje ser homem não é nada fácil, pois as mulheres passaram a exigir dele um novo comportamento que ele ainda está construindo.

5 A DIMENSÃO DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO SÍNTESE

O sujeito é apreendido em uma interação constante com a sociedade, isto é, sua constituição não é definitiva, é a cada instante fundada e refundada pela história (RIOTSARCEY, 2014, p.553). Essa constituição do indivíduo é permeada por vários processos identitários que ocorrem ao longo da vida. O ser humano é múltiplo porque possui várias identidades que se formam e se desmancham, a depender das relações sociais que estabelece com o mundo a sua volta. Neste sentido, a identidade docente é construída no individual e no coletivo, é uma dessas posições de sujeitos que se funda socialmente por meio das representações que as/os docentes fazem de si mesmos e de seu trabalho de forma consciente e/ou inconscientemente e das representações construídas pelos discursos que circulam no mundo social e cultural acerca das/os docentes e da escola. As “[...] identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p.23).

Quando a perspectiva de gênero se articula na análise de um sindicato, por exemplo, ela, na verdade, articula-se com outras identidades que operam na constituição da ação coletiva, e sua perspectiva se amplia ao tomar outras identidades como interfaces através das quais estão operando as diferenças de gênero. Desse modo, ao interrogar outros lugares cognitivos, o gênero transcende seu contexto de origem sem se dissolver como modo de conhecimento das relações sociais e da ação social. Tudo depende de como as identidades postas em movimentos estão operando essas relações. Nesse sentido, os significados constituintes das diferenças de gênero passam a funcionar.

5.1 A ESCOLHA DA PROFISSÃO

Conforme já abordado anteriormente, na seção 2, a sociedade construiu a imagem da docência como sacerdócio, isso porque, o ensino era realizado pela Igreja, e, mesmo depois dela ter perdido seu monopólio, prevaleceu na sociedade a ideia de que os que educavam deveriam fazê-lo por vocação. Essa identidade do professor é questionada por Lawn (2001, p.118), porque segundo ele, há uma intencionalidade na construção dessa identidade, já que ela simboliza o sistema e a nação que a criou. Portanto, a criação e as alterações na identidade docentes são manipuladas pelo Estado e refletem o projeto educacional da classe dominante. Essas alterações acontecem através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de

controle e numa forma eficaz de gerir as mudanças em momentos em que esta é crucial para o estabelecimento ou reformulação dos seus objetivos econômicos ou sociais, tal como se encontram definidos pelo Estado.

Entre as/os entrevistadas/os, as dirigentes Selma e Inês trazem nas entrelinhas essa “vocação” proposta, no caso da primeira por sua professora, e no caso da segunda pela tia e pelo pai:

Desde criança eu sempre gostei de ensinar aos meus colegas na escola e a professora sempre dizia que eu ia ser professora, só que eu não aceitava que eu ia ser professora. [...] eu rejeitava é porque eu ficava envergonhada, ela ficava dizendo que eu ia ser professora, porque eu tinha facilidade de ensinar aos colegas que tinham dificuldades, lá era uma sala multisseriada. Então, a gente ficava todo mundo junto numa sala da 1ª à 4ª série, e eu sempre queria ensinar os outros. E a professora dizia que eu ia ser professora e eu dizia que eu não ia ser (Dirigente Selma, 46 anos).

Eu fui influenciada por minha tia, porque na época que eu fui fazer vestibular ela estava fazendo Pedagogia na mesma instituição que eu fiz. E assim, como eu era muito nova, tinha 18 anos, ela disse: por que não vai fazer lá? E todo mundo dizia que eu tinha jeito de professora. Além do que, meu pai como ele era motorista da Escola Técnica, ele convivia muito com os professores ele tinha o desejo que eu fosse professora. Se eu disser que eu tinha o desejo de ser professora, nunca sonhei com isso. Mas, como juntou as duas coisas eu fui e fiz (Dirigente Inês, 45 anos).

Contrariando o senso comum as/os demais entrevistadas/os citaram motivos diferentes da vocação, para a escolha da profissão. Para o dirigente Paulo e a dirigente Vanda ser professor/a é a opção mais viável para aqueles/as que provêm das famílias pobres e precisam logo de uma profissão para trabalhar e se manter. É importante mencionar que, mesmo com algumas mudanças e avanços, a sociedade ainda não vê com bons olhos a escolha dessa profissão, para os homens, uma vez que foi construída socialmente a ideia de que o trabalho de educar, principalmente nas séries iniciais, cabe à mulher porque a ela foi entregue o dom de gerar e cuidar. Contudo, depreende-se da fala do respondente que as necessidades financeiras e de empregabilidade pesaram mais na escolha da profissão do que os preconceitos sociais impostos. A escolha representou uma forma de ascender socialmente e um caminho para conquistar outros espaços. No caso de Vanda, a escolha, além de estar atrelada a questões financeiras estava relacionada aos papéis socialmente impostos pela sociedade à mulher, visto que as profissões que ela cita estão todas enquadradas em um setor tradicionalmente feminino nos ramos da educação e do comércio sem deixar de mencionar o de dona de casa.

[...] lá no interior, [...] não tinha outra opção. Você tinha duas questões: ou você fazia o pedagógico ou fazia o científico. O pedagógico é técnico você

já sairia um profissional. Se você fizesse o científico teria que fazer uma formação complementar. Como eu sou de família pobre eu tinha que fazer uma formação que me permitisse encontrar logo um emprego. Então, fui para o pedagógico e aí fui me aprofundando e tomando gosto pela profissão. Mas, se fosse para eu escolher eu tinha a vontade, o desejo de ser jornalista, porque eu sempre gostei da oralidade e de escrever. E também Direito. Se eu tivesse tido oportunidade seria uma dessas duas linhas que eu teria optado. [...] Eu tinha plena consciência do mundo em que eu estava, da minha situação econômica e aí eu não iria perder tempo em fazer uma outra coisa que depois eu teria que abandonar pelo caminho. O primeiro alicerce era eu trabalhar, conseguir a minha renda fixa e a partir da minha renda fixa eu me expandir para outras questões (Dirigente Paulo, 35 anos).

A princípio não foi uma escolha ser professora. [...] eu queria fazer Medicina. A escolha de ser professora veio exatamente do período de falência da minha família, a gente ou estudava na Escola Normal, para ser professora ou eu ia ter a mesma profissão da média, o comércio, ou ser dona de casa, então a opção foi essa (Dirigente Vanda, 60 anos).

Para a dirigente Clarice, escolher a profissão de professora significou a possibilidade de conciliar o trabalho reprodutivo com o trabalho produtivo. Isso demonstra o quanto a profissão docente ainda está presa ao ideário de profissão feminina como bem nos coloca Hypólito (1997, p.103).

Meu sonho era fazer agronomia só que quando eu casei saí da minha terra para vir morar em Maceió. Maceió não tinha agronomia; e nem em Aracaju tinha agronomia e eu fui influenciada muito pela minha cunhada que já era do magistério, já era professora e tinha carência mesmo e ela dizia muito: “Clarice, [...] pra mulher é melhor ser professora você só trabalha um horário”, aquela questão toda (Dirigente Clarice, 62 anos).

A partir das análises dos questionários e das entrevistas realizadas, pode-se dizer que todas/os as/os participantes da pesquisa tiveram origem socioeconômica e cultural semelhante, tendo em vista a escolaridade e ocupação dos pais, conforme já demonstrado na seção 4. Observa-se nestes relatos que a questão da escolha da profissão, como vocação, não apareceu de forma unânime entre as/os entrevistadas/os. Percebe-se uma estratégia familiar visando à ascensão social por meio da educação, embora, no caso das mulheres, se destaque sua escolaridade regular e uma tendência a buscar o magistério desde cedo, mesmo que nem sempre por opção pessoal. Em vários casos, foi a interferência da família que as conduziu à docência. Já o homem também apresenta uma escolaridade regular, optando pela docência desde cedo e não sendo influenciado pela família, suas razões estão ligadas à consciência do mundo em que estava inserido. Os motivos apresentados para a escolha profissional estão relacionados às condições objetivas da vida que vão desde a necessidade de ingresso imediato no mercado de trabalho e garantia da sobrevivência a questões relativas a feminização da

profissão no que diz respeito à conciliação da vida doméstica com a vida pública. Em suma, é importante compreender que os motivos para a escolha da profissão docente contribuem para o entendimento das concepções, valores e ideias que se tem sobre a ação de educar e sobre a luta sindical.

5.2 FORMAÇÃO DOCENTE

As entrevistas foram unânimes em demonstrar a defasagem na formação das/os professoras/es. Todas/os as/os entrevistadas/os⁵¹ apontaram que a formação inicial não prepara para o exercício da docência e para a realidade encontrada nas salas de aula. A partir das falas infere-se que essa defasagem é causada, em alguns casos, pelo baixo nível da formação das/os docentes que estão inseridos no ensino superior.

De forma específica não dá a preparação que a gente necessita para o exercício da profissão. O curso que eu fiz não teve o aprofundamento necessário, muitas deficiências, pela grade e pelo nível dos professores talvez o legado de conhecimento que eles tinham talvez não foi o suficiente para preparar da forma devida. (Dirigente Paulo, 35 anos).

Esse fato pode ser explicado, entre outros fatores, pela tendência em concentrar maior atenção e tempo às disciplinas específicas da área de ensino (os conteúdos de conhecimento) e pouca atenção às disciplinas pedagógicas, (procedimentos didático-pedagógicos) sem falar que, em muitos casos, não há integração entre esses dois campos de disciplinas que deveriam ser consideradas indissociáveis. Além disso, a proliferação da rede privada de ensino é apontada pelo parecer 9/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) como um fator que contribui para a defasagem no nível dos professores, visto que, muitos dos cursos de licenciaturas ofertados em algumas faculdades particulares não têm qualidade comprovada e, ao disponibilizarem cursos baratos de licenciatura, acabam por formar a maioria dos professores no Brasil. Sem contar que muitos dos professores que lecionam nessas universidades possuem apenas cursos de especialização, nível inadequado para o ensino de nível superior, uma vez que a Lei 9.394/96 em seu artigo Art. 66 determina

Art. 66 - A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. (BRASIL, 1996).

⁵¹ É importante dizer que, de acordo com o roteiro de entrevistas, todos/as as/os participantes das entrevistas possuem nível superior em cursos de licenciatura e têm cursos de especialização na área de educação e vasta experiência em regência de classe em escolas públicas municipais e estaduais, sendo que duas das entrevistadas já são aposentadas, mas continuam por militar em prol da educação.

Outra dedução que se pode fazer quanto à precariedade da formação docente é a desarticulação entre a teoria (conteúdos) ensinados com a prática de ensino, além do distanciamento entre a produção do conhecimento científico gerado nas universidades e a realidade prática encontrada no chão da escola.

Eu acho que a formação da universidade para você se deparar em uma sala de aula é precária, ela não consegue, porque tem os conteúdos, mas a prática, a realidade da escola é totalmente diferente; é um choque quando você vai para sala de aula se você não tiver segurança do que você se propôs a fazer você desiste, eu vejo assim (Dirigente Clarice, 62 anos).

A universidade, muitas vezes, ela tortura, aliena, a gente sai de lá alienado, a gente sai de lá sem saber o que é escola, porque na verdade ela nos prepara para uma coisa e nós vamos encontrar uma outra realidade. Nós saímos de lá totalmente despreparados. A universidade não nos prepara para lidar com gente. [...] O curso de Serviço Social me preparou muito mais para lidar com gente do que o curso de História (Dirigente Selma, 46 anos).

Os cursos de licenciatura dedicam muito tempo aos conteúdos e pouco tempo à prática em sala de aula com alunos reais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei 9.394/96) apresenta alguns avanços com relação à formação dos professores. Em seu artigo 61, Parágrafo único, inciso II dispõe:

Art. 61- [...]

[...]

Parágrafo único – A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

[...]

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

[...] (BRASIL, 1996).

Entretanto, em muitos casos isso ainda não é uma realidade. Um avanço recente na política educacional nacional e que repercute diretamente na formação de professores foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que traz diretrizes que prometem dar maior organicidade para a educação nacional no decênio 2014/2024. O PNE está organizado em 20 metas e várias estratégias que englobam a educação básica e a educação superior, em suas etapas e modalidades, a discussão sobre qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e formação e valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2014).

5.3 TRAJETÓRIAS REPRODUTIVAS /FAMILIARES

Para Cruz (2005, p.151) “[...] a presença de filhos afeta a participação da mulher no mercado de trabalho, sobretudo entre as mais jovens, cujos filhos são pequenos, no que se refere às dificuldades em conciliar trabalho e família”. Dados do IBGE 2014 comprovam isso apontando para a redução da natalidade no Brasil. Segundo as pesquisas, a taxa de fecundidade total para o Brasil passou de 2,39 filhos por mulher, em 2000, para 1,77 em 2013, representando uma queda de 26%. Este índice já é igual aos dos países desenvolvidos. Entre outros fatores, isso é consequência do aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a dificuldade de conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo.

Segundo a Tabela 08, exposta na seção 4, no SÍNTESE 26,2% das mulheres revelaram não possuir filhos, entre os homens o percentual foi de 7,6%. Isso mostra que, na atualidade, as mulheres estão mais conscientes do valor do seu trabalho para a sobrevivência e de que não cabe a elas apenas as funções reprodutivas, elas têm consciência das dificuldades que a maternidade traz para a conciliação com o trabalho produtivo.

Todas/os as/os entrevistadas/os confirmaram possuir filhas/os de várias faixas etárias. O entrevistado Paulo (35 anos), pai de uma criança de três anos de idade, declara que não vê dificuldades na conciliação do trabalho produtivo com a vida familiar e as atividades do sindicato. Em sua fala ele deixa claro que passa a semana no interior trabalhando e só vem à capital aos fins de semana e que durante a semana sempre que pode liga e vai resolvendo as coisas com a esposa pelo telefone. Isso demonstra que quem cuida da casa e do filho é a esposa, a responsabilidade é toda dela.

Entretanto, a totalidade das informantes do sexo feminino (83,3%) afirmou que a maior dificuldade em conciliar o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo e as atividades no sindicato estão centradas nos cuidados com os/as filhos/as pequenos/as. Além disso, em seus depoimentos a maioria não atribui essa função ao homem e sim à mulher. Quando precisam compartilhar essa função é sempre com alguém da família do sexo feminino como uma avó ou uma tia, por exemplo. Neste sentido Saffioti (1987, p.08) enfatiza que a sociedade só permite a mulher delegar essa função a outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariado para este fim, quando precisa ganhar seu próprio sustento e o dos/as filhos/as, ou ainda complementar o salário do marido, já que cuidar dos/as filhos/as é, aos olhos da sociedade, a missão materna da mulher.

A questão de cuidar dos filhos tinha que ser da mãe. Ao contrário de outras famílias que as crianças têm medo do pai, lá em casa isso era mais da mãe

do que do pai. Eu sempre tive uma criação que eu acho que tem que ter limites, sem violência, mas tem que ter rotina e limite (Vanda, 60 anos).

Eu acordava cedo, meus filhos iam pra escola de manhã eu ia trabalhar de manhã. Quando eu chegava eles *tavam* na casa da avó, aí eles almoçavam na casa da avó, eu trazia eles pra casa. Aí eu deixava, às vezes, almoço pronto também, eu sempre gostei disso. Eu pegava eles e a gente almoçava e quando eu ia estudar eu deixava eles na casa da avó e quando eu chegava eu ia pegar eles, eles sempre dormiam comigo (Clarice, 62 anos).

A informante Inês (45 anos), mãe de três filhos homens entre três e 21 anos de idade revela que se sente culpada em alguns momentos por não conseguir conciliar algumas atividades nos cuidados com seus filhos. Isso demonstra que a divisão dos papéis sociais está tão naturalizada nas mentes dos sujeitos que a mulher vê a maternidade como elemento definidor da condição de feminilidade e como missão divina que só cabe a ela. Saffioti (1987, p.09) ressalta que a sociedade investe muito na *naturalização* desse processo. Fazendo crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar a luz. A mãe perfeita seria aquela que abre mão de tudo e que coloca os filhos em primeiro lugar, quando a mulher não consegue atingir esse ideal de maternidade e não dá conta do trabalho reprodutivo ela se sente menos mulher, pela metade e culpada.

E às vezes eu mim (sic) sinto culpada, porque deveria estar fazendo mais e não faço. E às vezes fica difícil conciliar minha vida particular, eu acho que eu tenho que ter um tempo para mim, eu tenho que me cuidar, tenho que fazer isso, tenho que fazer aquilo e fica difícil. Fica difícil, porque é como eu disse a você a gente também tem uma mente machista, eu acho que eu tenho que cumprir certas coisas dentro de casa que às vezes não dá para cumprir. Me sinto culpada, não vou dizer que não. Às vezes de não ir pegar meu filho na escola, me sinto culpada, às vezes, porque não posso ir pegar meu filho na escola. Eu levo, coloquei ele no horário da manhã para que eu possa levar, para que eu possa fazer o lanche, fazer esta parte de mãe mesmo. Porque se deixar para ele estudar de tarde eu não vou poder fazer nada disso, não dá tempo (Inês, 45 anos).

É importante ressaltar que, para naturalizar esse processo, a sociedade cria verdades a respeito da maternidade idealizada, artificial e até inatingível que legitima a opressão e a submissão das mulheres. Segundo Foucault (2015 e 1996), são verdades desse tipo que organizam o mundo criando as desigualdades de sexo, classe, cor, etnia, geração, as quais oprimem e aprisionam todos os sujeitos na sociedade. Além disso, propiciam a oportunidade, para que a vontade de quem detém o poder seja imposta de forma simbólica sem que seja percebido o que está por trás de tudo.

5.4 OPORTUNIDADES DE ASCENSÃO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAIS EM SERGIPE

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, o concurso público tinha aplicabilidade eventual, para determinados cargos e funções da Administração Pública, mais por tradição do que por obrigação. A carreira do magistério não fugiu a essa regra, e é possível encontrar vários relatos de professoras/es que entraram como contratados no serviço público e depois da aprovação da Constituição foram enquadrados como professoras/es efetivas/os. Atualmente, segundo o *art. 37 inciso II da Constituição Federal*,

Art. 37- [...]

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...] (BRASIL, 1988).

No caso do magistério a aprovação acontece através de provas e títulos. Antes da Constituição Federal e da Lei 9.394/96 (LDBEN) era possível ingressar no magistério sem a formação mínima exigida, principalmente nas cidades do interior, em decorrência dos favores políticos. Hoje, o curso mínimo exigido é magistério em nível médio – antigo pedagógico, o qual habilita as/os profissionais em educação a lecionar da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental.

A carreira do Magistério é regulamentada pelos entes públicos (estaduais, municipais e federal) através de Planos de Carreira e Estatutos do Magistério. Esses documentos, geralmente são negociados entre as/os docentes e as/os gestoras/es públicos, disciplinando a vida profissional das/os professoras/es; neles estão contidos a forma de ingresso na função e todos os direitos e deveres dos profissionais do magistério – professoras/es, pedagogas/os, especialistas, diretoras/es e coordenadoras/es. Esses documentos permitem que professoras/es que têm a mesma carreira recebam os mesmos salários e avancem na carreira por meio da progressão nos estudos sem discriminação de sexo, raça/etnia, orientação sexual, renda e geração.

Contudo, em relação à ocupação de cargos de poder nas unidades de ensino e nas secretarias de educação, da maioria dos municípios sergipanos e na rede estadual, é bem diferente. Os cargos de diretor/a, coordenador/a e secretário/a de escolas, por exemplo, são preenchidos, na maioria dos municípios sergipanos e até na rede estadual, ainda, por

indicação política, isto é, a escolha dos ocupantes desses cargos não é feita de forma democrática como preconiza o *art. 206 inciso VI* da Constituição Federal de 1988. De acordo com esse artigo constitucional a gestão democrática da educação nas unidades de ensino e nos sistemas de ensino é um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público. A LDBEN (Lei 9.394/96) confirma esse princípio constitucional, reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição de normas de gestão democrática, explicitando dois outros princípios a serem considerados: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. O PNE reforça esses princípios na Meta 19 do Anexo à Lei 13.005 de 25 de junho de 2014:

Meta 19 - assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014).

Os Estados, os municípios e o Distrito Federal, caso ainda não tenham implementado a gestão democrática nas unidades de ensino e nos sistemas de ensino, têm até junho de 2017 para fazê-lo, conforme o plano.

De acordo com as falas de 83,3% das/os entrevistadas/os, os cargos de poder nas escolas são divididos geralmente conforme o sexo. Segundo todas as entrevistadas do sexo feminino, as mulheres geralmente ficam com o cargo de coordenadora pedagógica por estar mais ligado ao cuidar, orientar e intermediar os conflitos entre professoras/es, professoras/es e alunas/os, entre alunas/os e entre pais de alunas/os e professoras/es. Já os homens geralmente ficam com o cargo de diretor porque socialmente se convencionou que o homem é mais rígido, tem mais pulso, principalmente nas escolas localizadas em regiões consideradas problemáticas com alto índice de violência e uso de drogas.

A mulher para a coordenação, porque a coordenação lida mais com o pedagógico, com o cuidar. [...] Tudo que a gente já sabe da sociedade, vai cuidar, vai aconselhar, vai acolher os alunos quando tem problemas, é uma extensão da mãe, na verdade. Vai conversar com os estudantes quando não obedecem às regras, por aí. O homem principalmente se for uma escola que se diz problemática, porque eles acham que a mulher não tem pulso para resolver certos problemas. Ele acha que a presença do homem vai inibir certas ações de estudantes e até mesmo da comunidade ao redor. [...] Se tivessem homem e mulher para assumir coordenação e direção, geralmente colocaria o homem na direção da escola, porque hierarquicamente é o cargo maior da escola (Dirigente Inês, 45 anos).

A entrevistada Vanda (60 anos), além de reconhecer a divisão sexual do poder nas gestões das unidades de ensino também chama a atenção para os cargos de secretário/a de educação, segundo ela, a Rede Estadual de Ensino de Sergipe nunca nomeou uma mulher para secretariar a pasta da Educação. Houve uma mulher que era adjunta e na ausência do secretário assumiu a pasta. Nos municípios são raras as mulheres que chegam ao cargo de secretárias. A informante atribuiu o fato às construções sociais que historicamente convencionaram que os espaços de poder devem ser reservados aos homens.

Cargos de chefia no topo, como secretário de educação do Estado, por exemplo, nunca vi mulher, só como adjunta. Esses cargos [...] são masculinos. [...] Na escola geralmente o homem é o diretor e cabe a mulher a coordenação pedagógica, os espaços pedagógicos. Então, os espaços de poder de empoderamento, eles são espaços masculinos, ainda são espaços masculinos. [...] *foi construído historicamente que o homem tem mais o poder de mando, ele é mais respeitado.* E para mulher fica, o quê? Vamos pegar a questão pedagógica como a questão doméstica. A questão pedagógica que na verdade ela não é pedagógica. Ela é mais como se fosse tomar de conta das crianças, não é de ajudar a elaborar o projeto político pedagógico fica para a coordenadora pedagógica porque ela tem “jeitinho” de cuidar das crianças, de lidar com os professores, mas, aquele de mando é meu, do homem. Isso é uma construção histórica e acredito que a gente está desconstruindo isso. Os espaços de poder de empoderamento das mulheres eles ainda são poucos, mas existe e antigamente a gente não tinha quase nada, nem casa a mulher poderia, era a doméstica da casa, mas quando ele chegava era ele que mandava. Então, é uma construção histórica, existe a desconstrução histórica (Dirigente Vanda, 60 anos).

Curiosamente, o entrevistado do sexo masculino atribuiu a escolha dos ocupantes dos cargos de poder nas unidades de ensino apenas a questões políticas, segundo ele não seria o sexo e sim as influências políticas que atuam interferindo na educação.

Lá nos municípios aos quais eu faço parte, não, porque infelizmente a política ainda tem muita influência no sistema educativo, a educação não está desvinculada do processo político. [...] A lógica de quem for favorável ao prefeito ou aos vereadores for da base de apoio daquele que foi eleito este terá cargo de diretor e de coordenador. [...] Não seria o sexo. Seria quem tivesse a família maior, porque aí teria mais votos ou então se nós tivéssemos apoiado o mesmo candidato a vereador era ele quem decidiria. Aí poderia colocar você como diretora e eu como coordenador ou vice-versa, mas de forma que ele contemplasse aquele que foi cabo eleitoral dele no período eleitoral (Dirigente Paulo, 35 anos).

Contudo, apesar das questões políticas pesarem na escolha das/os integrantes dessas funções do magistério, não se deve jamais esquecer que as relações sociais estabelecem tarefas e atribuem papéis sociais baseados no sexo biológico para homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho garante aos homens prioridade nas atividades produtivas relacionadas às ocupações de forte valor social e às mulheres a esfera reprodutiva (atividades

relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente.

As relações de gênero são construídas fundadas em verdades discursivas proclamadas pelas instituições sociais. Estas vêm, ao longo dos séculos, regulando as relações entre homens e mulheres e construindo papéis sociais que ditam como devem se comportar cada um deles. Nesse sentido, Foucault (2015) afirma que o poder é uma relação de forças que ocorre de forma silenciosa nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo do indivíduo. Ele estabelece relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Ao percorrer os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos na sociedade, ele comprova que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que se quer apoderar (FOUCAULT, 1996).

5.5 TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO NO SINTESE

Em dois momentos diferentes, foi indagado às/aos dirigentes do SINTESE sobre os motivos da filiação ao sindicato e à luta sindical. No primeiro momento, essa temática foi abordada nos questionários por meio de uma pergunta aberta, cujo intuito era deixar as/os respondentes livres para se expressarem. A palavra que mais apareceu nas respostas foi o verbo lutar e seus derivados, ao todo essa palavra apareceu 53 vezes nos 65 questionários analisados, isso denota o que o sindicato simboliza para as/os respondentes: ação, movimento, mudança. As/os sindicalistas demonstram clara consciência da classe que ocupam na sociedade e veem na entidade a possibilidade de transformação social por meio da luta empreendida pelo SINTESE.

Muitas foram as respostas⁵², sobre pelo quê lutar, mas, no geral, a maioria ficou em torno de: lutar pela garantia dos direitos trabalhistas, lutar por uma educação de qualidade, lutar pela valorização do magistério, lutar por uma sociedade justa e igualitária, lutar por condições de trabalho.

Além da filiação e do engajamento na luta sindical pela busca de direitos, apareceu também nas respostas a filiação pela busca da formação político-sindical e pedagógica, isso

⁵² Respostas colocadas na ordem em que mais apareceram nas falas dos respondentes.

mostra a carência das/os docentes pela formação continuada, pois, ao se depararem com a realidade da sala de aula muitos/as professoras/os entram em desespero, alguns abandonam a profissão ou se acomodam e vivem conforme o sistema, já outros vão à procura de formação complementar para equacionar o déficit de aprendizagem da formação inicial através de cursos de especialização, encontros, congressos, seminários, conferências, entre outros. Ciente dessa necessidade, o SINTESE promove momentos de formação continuada procurando parcerias com as universidades públicas a fim de trabalhar, de maneira integrada, as dimensões pedagógica e sindical na formação dos professores. Nesses espaços a formação serve a dois objetivos: à reflexão do fazer pedagógico e como resistência às políticas neoliberais.

Para o professor Iran Barbosa⁵³ (ex-presidente do SINTESE) a entidade aposta na bandeira da formação. Segundo ele, a formação defendida é aquela que ajuda a enfrentar a realidade vivida pelos docentes nos dias atuais. Ele revelou que, antigamente, havia uma barreira para a filiação de novas bases ao sindicato, as/os docentes só podiam se filiar depois que fizessem uma formação político-sindical para compreender a concepção política e pedagógica defendida pelo sindicato, para conhecer a história do movimento sindical, da luta de classes, como se relaciona Estado e Sociedade e analisar a conjuntura dos problemas enfrentados pelas/os docentes.

Nas respostas aos questionários, somente seis pessoas do sexo masculino se referiram à busca pela formação político-sindical e pedagógica como motivos para filiação. Já nas entrevistas, segundo momento em que foi perguntado sobre os motivos da filiação ao SINTESE, duas pessoas (um homem e uma mulher) mencionaram o sindicato como espaço de formação. A entrevistada Inês afirmou que o Estado e a prefeitura em que ela trabalha não oferecem subsídios para sua formação e que se sente privilegiada por estar na militância e ter o sindicato como espaço de formação.

Se o Estado e o município me oferecem subsídios para que eu melhore, eu não acredito nisso. Não tem. Eu tenho que procurar. Como eu tô na militância pra mim é mais fácil, porque eu convivo o tempo todo com formação. Eu tenho que ter formação. Para mim é muito mais fácil eu me sinto privilegiada, por estar na militância e ter esse espaço de formação (Inês, 45 anos).

Já o entrevistado Paulo afirmou que, em decorrência das negações de direitos, entre eles o direito a receber um salário justo que pudesse bancar a continuidade da sua formação

⁵³ Discurso realizado no lançamento da *Chapa Nossa Vida é lutar* (Chapa que saiu vitoriosa para ocupar a Direção Executiva do SINTESE de 2016-2019), em 28/03/2016 na sede da CUT em Aracaju/SE.

acadêmica, procurou saber mais sobre o financiamento da educação pública e sobre gestão pública e isso o levou ao SINTESE. Infere-se da fala do entrevistado que o conhecimento é poder e esse poder, no caso das/os sindicalistas, é utilizado para transformar a realidade de submissão e negação de direitos. Para Marx e Engels “[...] acima de tudo, a experiência sindical ampliava a autoconfiança das/os trabalhadoras/es e a sua consciência de classe: como “escolas de guerra, os sindicatos não têm competidores” (BOTTOMORE, 2013, p.524).

[...] eu fui ser sindicalista, porque sempre tive o desejo de fazer o nível superior. [...] E aí eu fui estudar e [...] fui aprovado [...] E daí eu estudei um período, quando eu estava no segundo período não consegui pagar, porque o meu salário era insuficiente não dava ao menos para pagar a mensalidade. No período o fundo era o FUNDEF⁵⁴ o município recebia uma quantidade de recursos expressiva no FUNDEF, mas o salário dos professores a gente só recebia um salário mínimo, e ainda vinha com desconto e acabava recebendo abaixo do salário mínimo. Este valor não dava para pagar a mensalidade naquele período e aí eu sabia que era o meu direito que estava sendo subtraído, daí eu fui para o sindicato para entender mais de financiamento da educação, conhecer a lógica de financiamento da educação e da administração pública para lutar para que o meu direito fosse respeitado enquanto trabalhador. E aí eu sabia tinha plena convicção que se o meu direito fosse respeitado, enquanto trabalhador eu receberia um salário suficiente para pagar a progressão dos meus estudos e avançar para outras questões. Então eu entrei para o sindicato para aprender sobre financiamento da educação e sobre administração pública e lutar para que não apenas eu, mas que todos os outros professores tivessem o respeito, que eles fossem respeitados enquanto trabalhadores e que tivessem. Então, naquele período era terrível a gente trabalhava doze meses, mas só recebia nove e não recebia décimo terceiro, não recebia férias, era uma coisa absurda. [...] então eu nunca me aceitei dentro dessa lógica, da lógica de submissão, então eu disse vou estudar vou aprender e vou transformar a minha realidade e a de quem estiver por perto (Paulo, 35 anos).

Outra motivação para a filiação e militância no SINTESE apontada pelas pessoas do sexo feminino nos questionários e em 33,3% das entrevistas é a confiança na entidade que os representa e a questão da organização do SINTESE na forma de conduzir as lutas, mostrando compromisso e conhecimento. Além da questão de se sentir parte de uma organização maior que defende os interesses de toda categoria docente.

⁵⁴ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do *ensino fundamental* no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos estados e municípios à educação. Com a Emenda Constitucional n.º 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de estados e municípios) ficam reservados ao ensino fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de estados e municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o governo estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

5.6 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SÍNTESE

As relações de gênero são o produto das interações sociais, das ações e do comportamento cotidiano dos sujeitos na sociedade. Quando se fala das relações de Gênero, fala-se de poder, pois essas relações são constituídas e reproduzidas em conformidade com as relações de poder, ele incide diretamente nessas relações como a autoridade, a lei, a violência e a ideologia nas instituições, no Estado, na vida militar e doméstica. De acordo com as palavras de Marx Weber (2002, p.43), o poder significa “[...] a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”.

Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. Esse poder simbólico, segundo Bourdieu (2014), constrói a realidade tornando possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui para a reprodução da ordem social. O domínio patriarcal está presente na sociedade de várias formas tanto na esfera privada como na pública. Sua atuação, na maioria das vezes, não é explícita, quase sempre atua na forma de violência simbólica procurando fazer crer que a opressão é algo natural própria do sexo.

O enorme crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho, aliado à atuação do movimento feminista e à eclosão de um movimento sindical dinâmico e vigoroso, despertou nas mulheres maior interesse pelo sindicato como espaço de representação e de luta por melhorias salariais e por condições de trabalho. Isso culminou, na década de 1970, com a ampliação expressiva da participação das trabalhadoras brasileiras nos sindicatos em 176%, enquanto a masculina só aumentou 87% (SOUZA-LOBO, 1996). O interesse da mulher pelo sindicato é historicamente marcado pelas relações de gênero e poder, simbolizado pelas dificuldades, discriminações, impedimentos, exclusões e invisibilidades. A literatura⁵⁵ mostra que até hoje as mulheres sofrem impedimentos impostos pela sociedade para adentrar e atuar no movimento sindical. Esses empecilhos vêm de dentro e de fora dos sindicatos e são encabeçados por pessoas do sexo masculino e, em alguns casos, por pessoas do sexo feminino influenciadas por valores patriarcais que começaram séculos atrás na família e hoje com a expansão do capitalismo se expandiram para toda a sociedade.

⁵⁵ Souza-Lobo 1996; Delgado 1998; Safiotti 2013; Castro 1995, entre outras.

As entrevistas realizadas com as/os dirigentes do SINTESE confirmaram que a participação da mulher na entidade é cercada de muitas dificuldades. A começar pelos valores e relações patriarcais que contaminam toda a sociedade. Segundo o entrevistado Paulo (35 anos), muitas mulheres gostariam de entrar para a luta sindical participando de comissões sindicais, entretanto alguns maridos proíbem, por entender que o papel da mulher é tomar conta da casa, dos filhos e do trabalho. Esses maridos sentem-se donos das mentes e dos corpos de suas parceiras. Aparece aqui o típico contrato sexual exposto por Pateman (1993), em que a subordinação feminina está centrada no poder que os homens exercem sobre as mulheres na esfera privada. Além disso, existe a ideia, ainda muito presente no imaginário social, que os sindicatos são espaços masculinos e não são lugares para as mulheres.

As mulheres... muitas gostariam de estar na luta. [...] Mas, aí o marido diz: não. "Você participando indo para os atos já está bom demais! E você cuida do seu trabalho e da sua família". [...] Um outro fato, é que muitos homens se sentem enciumados e brigam com as mulheres, criam diversos problemas para que as mulheres não participem da luta sindical, porque eles dizem que acabam se expondo demais, ela acaba expondo ele demais e que briga de sindicato não é briga para a mulher. E eu não sei onde ele viu isso e onde é que tem lugar para mulher e lugar para homem. Eu sei que tem lugares sociais e que todos podem participar dos lugares sociais e das atividades as quais o mundo pode proporcionar pra gente e a vida sindical é uma das. Então, muitas mulheres sofrem impedimentos, elas têm sua vida perturbada por muitos dos seus companheiros ou maridos, porque acha que sindicato não é lugar para ela, porque ela fica se expondo vai para o sindicato pra arrumar um outro namorado ou coisas desta natureza. (Dirigente Paulo, 35 anos).

O entrevistado Paulo (35 anos) argumentou que não há lugar específico para homens e mulheres e que o espaço sindical é um deles. Ele faz questão de afirmar que os conceitos relatados acima são oriundos do machismo que permeia a sociedade.

Diferentemente do exemplo trazido pelo entrevistado Paulo (35 anos), a entrevistada Clarice (62 anos) trouxe o exemplo de mulheres que passaram por cima dos impedimentos patriarcais e começaram a luta sindical na cidade de Itabaiana. Segundo ela, as mulheres tiveram que enfrentar pressões políticas exercidas pelo prefeito, à época Luciano Bispo, que, para impedir a formação e a atuação sindical no município, passou a persegui-las no trabalho e, em última instância, exerceu pressão junto aos pais das sindicalistas que passaram a ameaçá-las fisicamente se não se desfiliassem do sindicato.

A luta foi uma necessidade das professoras de se organizarem, todo movimento começou por Itabaiana pra depois chegar para os outros municípios foi a partir de um grupo pequeno de mulheres. [...] ali a formação foi muito difícil, [...] ela era muito perseguida, inclusive, ameaçada de morte, mas ela não desistiu. [...] os políticos também tinham uma influência na família, aí quando o professor se filiava e o prefeito sabia perseguia

através da direção da escola, mas mesmo assim mantinha o filho, porque todos tinham compromisso com o horário de trabalho, mas o pai era chamado pelo prefeito. [...] *teve pai que ameaçou bater na filha e ela teve que rasgar a ficha pra não apanhar.* [...] Guerreiras! E elas enfrentaram os maridos, enfrentaram pai todo mundo, inclusive, o gestor. Foi muita coragem ali! Pra chegar onde eles chegaram hoje. Hoje, todos respeitam os professores, sai prefeito entra prefeito e mudou completamente o magistério não só Itabaiana como toda a região. (Clarice, 62 anos).

Mesmo com toda a pressão sofrida, as sindicalistas de Itabaiana conseguiram vencer as adversidades e hoje, numericamente, a Subsele Agreste é uma das maiores do Estado de Sergipe. Além disso, ela e a Subsele Vale do Cotinguiba são as subseles com maior número de mulheres exercendo cargos de coordenadoras (83,3%), conforme mostra a Tabela 06, já apresentada anteriormente na sessão 4. Isso mostra que apesar dos preconceitos patriarcais e da opressão sofridos tanto na política como na família, as mulheres sindicalistas de Itabaiana tomaram consciência da situação de proletarização do trabalho docente e da subalternidade da mulher na sociedade, bem como da necessidade de se estabelecerem iniciativas políticas para transformar essa situação de identidades dominadas em identidades empoderadas.

Diferentemente dos homens, num lar construído a partir dos valores patriarcais, cabem as mulheres as responsabilidades domésticas dos cuidados relativos à casa, filhos e ao marido. A necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres tanto para o trabalho como para a atuação nas entidades de classe. Partindo desse pressuposto, a informante Inês relata ter dificuldades para atuar no sindicato e conciliar o cuidado com o filho de três anos; segundo ela, nos finais de semana sempre que tem atividades da entidade precisa levar o filho com ela, e por não ter um lugar apropriado para ele ficar, ele acaba ficando no mesmo espaço da reunião. Além disso, quando ela precisa viajar a serviço do sindicato não pode levá-lo, porque o sindicato não permite, ou ela deixa o filho com alguém e vai ou não vai para cuidar do filho.

Eu quando quero levar meu filho para uma reunião, ele fica dentro do auditório e muitas vezes impaciente, porque uma criança de três anos, lógico que não vai ficar sentada o tempo todo. Se eu quiser ir, geralmente no fim de semana não tem quem fique com meu filho e não é justo a pessoa que fica na semana ficar, lógico. Eu levo. E ele fica lá. Por exemplo, eu já vi alguns sindicatos aqui, o SINTUFS, por exemplo, se a mãe viaja ela tem direito de levar o filho. O SINTESE não. Eu não posso levar o meu filho. Ou eu deixo, ou eu não vou. Só tem essas opções (Dirigente Inês, 45 anos).

Diferentemente das/os outras/os entrevistadas/os, a respondente Vanda não reconhece as dificuldades referentes às relações patriarcais enfrentadas pelas dirigentes para atuar na entidade. Ela deixa claro que há igualdade de oportunidades para atuação de homens e

mulheres, já que há igualdade na disponibilização de transporte e alimentação para as/os diretoras/es que estão em atividades dentro e fora do sindicato e creche nos momentos de formação: (congressos e conferências) como facilitadores para a participação nas atividades da entidade.

*[...] a mulher só pode estar nos espaços de poder se a ela for dado as condições para isso. Uma das condições é a creche. Então todos os nossos espaços de congressos de conferências, todos os nossos espaços grandes que a gente sabe que a mulher vai e, às vezes, ela não vai porque ela não tem onde deixar a criança e agente oferece oportunidades. Então as mulheres vão percebendo isso, o sindicato é um lugar se eu vou para um congresso, se eu vou para uma conferência eu tenho um espaço, que é o *Espaço Recriar*. É o espaço que a criança fica. Isso já vai dar para ela uma percepção do que é o sindicato. O *facilitador que tem para a mulher tem para o homem. Então, tanto para o homem como para mulher ele tem uma facilidade de deslocamento*. Se a mulher tá trabalhando e ela tem um tempo no sindicato e uma hora da tarde ela tem que estar na escola, ela tem alimentação garantida. É um ponto que garante, ela não vai para casa fazer comida. [...] temos uma estrutura física que facilita a luta, temos uma compreensão que para luta é tudo e que a gente precisa facilitar a vida do militante, a vida do dirigente com alimentação, com o transporte, com a creche nos momentos mais cruciais que é duas três vezes por ano, mais isso é um facilitador (Dirigente Vanda, 60 anos).*

Contudo, a partir do cruzamento da fala da dirigente Inês com a fala da professora Vanda percebe-se uma contradição, enquanto a primeira reclama de não ter onde e com quem deixar o filho para participar das reuniões nos fins de semana, a segunda vê a creche, que só acontece uma vez por ano, como um espaço que facilita a participação das mulheres na entidade. Segundo informações das/os próprias/os dirigentes, e pelas observações realizadas no Congresso de 2015 e na Conferência, em 2016, a creche à qual a dirigente Vanda se referiu só acontece nos dias de congressos e conferências. Nesse sentido, conclui-se que, apesar da creche estar ofertada a todas/os filiadas/os, sua existência foi pensada para facilitar a participação das mulheres da base, e não das dirigentes nos espaços de formação da entidade. Se a preocupação fosse realmente com a participação das/os dirigentes nas atividades sindicais como reuniões, encontros, atos, assembleias e audiências com gestores municipais e estadual haveria no sindicato um espaço permanente para as mães que não tivessem com quem deixar suas/seus filhas/os quando tivessem que desenvolver tarefas dos sindicatos. Outra questão que chamou a atenção é o fato das mulheres não poderem levar filhas/os pequenas/os em viagens a serviço do sindicato. Isto permite a reflexão de até que ponto o sindicato realmente incentiva a participação feminina, ou se ele reconhece as especificidades e os papéis desempenhados pela mulher na sociedade.

O comportamento descrito revela que as atividades sindicais não foram pensadas para a participação feminina. É como se para participar da entidade, na condição de dirigentes, as mulheres tivessem que assumir uma identidade de gênero masculina, uma vez que os homens, quando precisam participar das atividades sindicais, não necessitam se preocupar com quem e onde vão deixar as/os filhas/os e quanto tempo vai durar a atividade, porque precisam voltar para casa para desenvolver o trabalho reprodutivo.

Não se pode esquecer que, para dar condições iguais nas oportunidades de atuação das/os dirigentes, é preciso levar em consideração que “[...] a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração.” (SCOTT, 2005. p.15). Em outras palavras, para dar oportunidades iguais na atuação das/os dirigentes, é preciso levar em consideração as diferenças que as/os constitui e, a começar daí, implantar ações voltadas para a correção das assimetrias de gênero acionando programas de treinamento para homens e mulheres no plano de gênero, e promovendo mudanças nas práticas correntes da vida sindical, que perpassam, por exemplo, por “[...] questionar horários, calendário das atividades, a distribuição das tarefas, o porquê de não poder levar filhas/os pequenas/os para atividades fora da região em que reside, as formas de tratamento entre os companheiros e as relações homem/mulher em diferentes espaços.” (CASTRO, 1995, p.36).

A entrevistada Alda (52 anos) afirmou que o machismo impera na entidade. Segundo ela, as mulheres solteiras são mais cobradas a participar das atividades da entidade do que as casadas e quando estas se sacrificam e viajam deixando suas/seus filhas/os para trás são divinizadas. Ela afirmou também que esse comportamento machista tem afastado muitas dirigentes da entidade e que tais atitudes são encabeçadas pelos homens que, mesmo sendo minoria numérica, influenciam algumas mulheres a pensarem como eles por ser conveniente para elas e por apresentarem preconceitos contra si mesmo. Infere-se da fala da respondente que as mulheres casadas têm mais dificuldade em conciliar o trabalho produtivo e o reprodutivo com as atividades sindicais. Em virtude disso, elas seriam mais poupadas pela entidade e a pressão maior para desenvolver as atividades estaria sobre as que não possuem um marido no caso as solteiras, divorciadas e viúvas que, segundo os dados da Tabela 08, já destacados anteriormente na seção 4, representam 41,5% do número de mulheres. Essa informação revela que no caso do SINTESE as relações de gênero insistem em reproduzir valores patriarcais sobre os papéis sociais da mulher.

[...] eu acho que aqui tem... uma coisa que ainda reina, um machismo muito grande, mesmo sendo em número menor eles querem sempre prevalecer o que eles pensam e, outra coisa, dentro desse machismo que eu acho assim que condena de outras instituições, mas vai aqui. *Não, você é mulher e é solteira você tem tempo, você é mulher é casada você tem menos tempo. Então, olhe, você viajou você tem um filhinho você deixou seu filhinho, porque teve outra atividade fora. Então, você está lá no céu.* Aquela que é solteira... ah não você não tem marido você é uma banda voou, você não tem família você não tem ninguém é só para se dedicar 100% ao SİNTESE. *Eu tenho filho, eu não sou casada, eu tenho família, eu só não tenho marido, mas eu vi aqui muita gente criticar se eu não participasse de uma coisa.* Não, você é solteira você tem tempo. E tem pessoas que saíram da direção por conta dessa visão machista. *Então, o SİNTESE vai ser o espaço das viúvas, das separadas que não têm marido e das à toa, porque muitas vezes faziam a gente se sentir uma à toa, uma à toa na vida. O fato de você não ser casada e você ser mulher você é uma à toa na vida. Você não tem família, você não tem pai, você não tem mãe, você é de proveta! Você apareceu no mundo por um acaso. [...]* Encabeçado pelos homens e muitas vezes as mulheres aceitavam. É mulher que cala a boca que tem preconceito sobre si. E o que acontecia? Como era cômodo eu ser casada e o outro fizesse por mim, então eu me calava, porque eu estava sendo protegida, eu sou casada, eu tenho filho eu sou protegida (Alda, 52 anos).

Todas/os as/os entrevistadas/os reconheceram que o machismo de homens e mulheres está presente na entidade de alguma maneira e que isso dificulta a atuação sindical e afasta dirigentes da entidade. A informante Vanda (60 anos) chamou a atenção para o machismo masculino, segundo ela o machismo está impregnado no sangue. “Os homens ainda acham que eles podem tudo. E nós achamos que nós podemos dividir. Nós não achamos que podemos tudo. Nós achamos que podemos dividir, é diferente!” Ela informou que quando os homens querem ser ouvidos eles tentam impor a vontade. Além disso, eles ficam decepcionados quando as mulheres cumprem e se destacam nas tarefas designadas. Segundo Vanda o machismo vem de todas as formas,

[...] vem nas formas dos preconceitos e aí o preconceito é de todas as formas: da etnia, da sexualidade, vem na forma do racismo, vem na forma do assédio moral. O assédio moral é aquele quando você constrange a pessoa de alguma forma. E a gente vem desconstruindo? Vem. Demanda de tempo? Demanda. Porque, ele é tão forte que as vezes as pessoas não percebem. Que aquilo é um assédio! Que aquilo é um preconceito! Aquilo é uma forma racista de se dirigir a companheira. Mas, eu não tô falando só do homem não. Eu estou falando agora do geral. Tanto do homem como da mulher. Porque o machismo não está só no homem não, ele também está em nós. Também nas mulheres, nós disputamos os espaços conosco (Vanda, 60 anos).

Corroborando com a fala da entrevistada Vanda (60 anos) sobre o machismo masculino, a entrevistada Clarice (60 anos) relatou ter sofrido muito com o comportamento de um companheiro de luta. Segundo ela, o companheiro de luta teria chegado a impedir em

eventos do sindicato, nas subseções, homenagens direcionadas a ela pelos serviços prestados à entidade. De acordo com ela, “[...] a mulher ocupa o espaço sindical para romper com o machismo dos homens [...]”, entretanto, ao chegar à entidade ela é obrigada a conviver cotidianamente com ele já que o sindicato é o reflexo da sociedade. Ela acrescenta que, além do machismo dos homens, existe também o machismo feminino presentes na entidade.

Para Saffioti (1987, p.24), “[...] a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade”. Segundo Clarice (60 anos), ao ingressar na entidade as dirigentes passam a conviver com um machismo mais cruel que é o machismo feminino. Mais cruel, porque, em tese, as mulheres deveriam estar ali para apoiar umas às outras frente à opressão exercida pelo sexo masculino. Entretanto, além dos embates com os companheiros do sexo oposto são obrigadas também a conviver com as piadas, discriminações e insinuações das próprias companheiras que vivem em constante disputa com o mesmo sexo.

[...] quando você vem pra dentro do sindicato, vem pra romper isso... pra romper o machismo que existe por parte mais dos homens. [...] Nós mulheres também somos muito machistas. A gente discrimina muito. Eu recebia aqui muito... se eu fosse ouvir aqui... muitas, algumas diretoras me chamavam de louca diziam que o meu casamento ia se acabar, porque eu vivia pelo mundo. [...] E que também ela passa a desvalorizar a própria colega. Isso é muito sério eu senti muito preconceito. [...] eu mudei meu comportamento quando eu vim ser dirigente sindical pelo preconceito das companheiras, porque eu fui criada e a minha cultura era assim que todo mundo era amigo, por exemplo, se eu vivo aqui num ambiente de trabalho e eu sou amiga de “A”, eu sou amiga de “B”, eu sou amiga de “C”, eu sou amiga de tudo. Então, se nós somos amigos a gente compartilha, né? E aí o que é que eu comecei a observar... se eu chegasse desse um abraço em “X” eu já estava com interesse em “X”. Já me viam com um olhar. Se eu fizesse isso com A ou com qualquer pessoa já me viam como se fosse interessada. E eu tinha uma aproximação muito grande com uma pessoa muito respeitosa que me ajudou muito no interior: “Y”, mas tinha pessoas que achavam que eu tinha interesse em “Y”, até de censurar, de chegar... de botar... tinha umas folhinhas que tinha várias pessoas, aí um dia ele chegou na sala, na nossa sala do departamento *tava* lá: Clarice e Y “o caszinho” e isto me chamou atenção (Clarice, 60 anos).

A fala da informante Inês (45 anos) corroborou com as outras entrevistadas, em relação ao machismo, segundo ela o machismo está presente entre mulheres e mulheres e entre homens e mulheres. Entretanto, ela vai além ao relatar que as mulheres consideradas sensuais sofrem preconceitos por não se enquadrarem no estereótipo de militantes. Isso demonstra que a mulher que atua em um sindicato precisa se revestir de uma identidade de gênero masculina para ser aceita pela maioria do grupo, já que, para o senso comum, as características femininas não servem para atuar no sindicato.

Acontece entre mulheres e mulheres infelizmente! [...] É assim, eu vejo que os homens não admitem que as mulheres ocupem certos cargos, certas posições no sindicato. Quando as mulheres conseguem sofrem críticas das próprias companheiras, porque é mulher e outra coisa, se você for uma mulher sensual isso complica muito, porque as pessoas confundem muito as coisas. Porque, você acaba não sendo uma mulher enxergada enquanto militante, parece que para você ser militante precisa se masculinizar. É isso! (Inês, 45 anos).

Nesse sentido Castro (1995) enfatiza que as mulheres, para serem reconhecida por seus pares nos sindicatos e nos partidos, precisam se revestir de uma identidade masculina, rejeitando assim a identidade feminina, uma vez que os sindicatos foram construídos historicamente com base na imagem do mundo masculino. Nessa perspectiva, o discurso sindical foi sendo tecido pelos homens num tom agressivo e ameaçador para mostrar força, falta de medo e tem como usual componente cênico uma voz forte, o grito e os gestos viris: o punho fechado e o bater na mesa. (CASTRO, 1995, p.42). A partir das observações realizadas nos momentos de greve, nos atos e nas assembleias do SINTESE, foi possível verificar alguns desses comportamentos presentes no discurso não só dos homens como também das mulheres.

Judith Butler (2015) afirma que a sociedade é constituída por uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Subverter a ordem vigente do mundo heterossexual, em que os papéis sociais estão bem definidos, leva seus transgressores a estarem na contramão da norma e a sofrerem diversas sanções e preconceitos. O fato de a mulher sindicalista ter de se revestir de uma identidade masculina para atuar no sindicato confirma o preconceito, ainda existente, com o “ser feminino” e ratifica que a sociedade é constituída em torno de padrões masculinos de atuação e organização. Além disso, demonstra que os sujeitos não possuem apenas uma única identidade e uma só forma de agir de acordo com os papéis sociais construídos, ou seja, não há apenas uma única forma de ser mulher ou ser homem e, ainda, existem pessoas que não se enquadram em nenhuma das formas constituídas por esse binarismo sexual.

Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. (BUTLER, 2015, p.253).

No mundo real há mulheres com comportamentos ditos “femininos” e há mulheres que se identificam, em certos momentos, com atitudes que a sociedade convencionou de

masculina. Segundo Connell e Pearse (2015), isso acontece porque “[...] não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza ou pela sociedade.” De acordo com esses estudiosos “[...] as pesquisas na área de psicologia sugerem que a grande parte de nós combina características masculinas e femininas, em proporções variadas, em vez de concentrarmo-nos em um ou outro polo.” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.39). De acordo com esse pensamento, Butler (2015, 2015, p. 69) enfatiza que ser mulher ou ser homem é um processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou fim. É uma prática discursiva contínua, aberta a intervenções e ressignificações.

Para Butler, essa prática discursiva se dá por meio de

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2015, p. 235).

Através de performatividades, o gênero é pensado no fazer-se e constituir-se temporal. Isso resume um dos principais aspectos da abordagem sobre gênero, a partir da noção de performatividade: ao invés de se referir a uma causalidade a-histórica que viesse a determinar o gênero, a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas. Ela critica as dicotomias que a divisão sexo/gênero produz, contribuindo para o desmonte da ideia de que sexo é natural e gênero é construído e que “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.” (Butler, 2015, p. 29).

A autora enfatiza que o sexo e o corpo também são construídos socialmente assim como o gênero. Neste caso, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Para Butler (2015), não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, pois, a identidade é *performativamente* constituída. Trata-se de uma problemática ontológica e epistemológica, que exige imperativamente outra abordagem para que se posam enfatizar devidamente as abordagens política e estão envolvidas. Para refletir sobre os efeitos dessa desconstrução, é fundamental entender desconstrução não como desmonte ou destruição.

5.7 INCORPORAÇÃO DA ABORDAGEM DE GÊNERO PELO SINTESE

As teses dos congressos do SINTESE⁵⁶ são documentos que propõem o balanço das atividades da entidade e o planejamento das propostas de lutas que o sindicato irá desenvolver nos dois anos seguintes. É preciso destacar que esse documento é elaborado por uma comissão da direção que, depois de apreciado e alterado, é aprovado em congresso pelas/os delegadas/os eleitas/os nas unidades de ensino de todo o Estado de Sergipe. Esses documentos preveem no campo das *lutas gerais* propostas de lutas referentes à abordagem de gênero: cumprimento da Lei Maria da Penha, ampliação das delegacias da mulher, casas de apoio às mulheres para abrigar mulheres que sofrem violências, garantia da presença de profissionais especializados para o atendimento aos casos de violência contra a mulher, buscar articulação das lutas do magistério com as lutas dos outros movimentos sociais e populares (estudantes, sem-teto, sem-terra, juventude, quilombolas, indígenas, mulheres, crianças e adolescente entre outros), bem como

[...] defender e priorizar o ser humano como centro de todo e qualquer projeto da sociedade, afirmando a solidariedade, a justiça, a igualdade e a democracia como princípios fundamentais, onde as diferenças étnicas, culturais, de gênero, religiosas, sexuais e tantas outras sejam respeitadas e possam conviver dialeticamente. Nesse sentido deve denunciar e combater a violência praticada contra crianças, adolescentes, idosos, desabrigados (moradores de rua), LGBTT, negros, índios ciganos, deficientes, mulheres, imigrantes, profissionais do sexo e trabalhadores rurais e urbanos (SINTESE, 2015, p.13-14).

⁵⁶O documento está estruturado em seis subtítulos: a) *A apresentação* traz um pequeno resumo das partes principais do texto; b) *A análise de conjuntura* internacional, nacional e estadual propõe uma espécie de mapeamento e reflexão da correlação das forças econômicas, políticas e sociais que constituem a estrutura e a superestrutura da sociedade, as quais se vinculam através de relações de poder e influenciam diretamente a educação e as/os trabalhadoras/es desta; c) *o balanço da ação sindical do SINTESE* trata da atuação do sindicato na rede Estadual e nas 74 redes municipais nos dois anos que antecedem o congresso. Nesse tópico são avaliados os erros, os acertos e as limitações da política sindical desenvolvida pelo sindicato no período; d) *A análise da política educacional* propõe uma reflexão acerca da política educacional desenvolvida no Brasil e no Estado de Sergipe com o intuito de propor mudanças quando necessário; e) *O plano de lutas* é o coração da tese, nele encontramos as bandeiras erguidas pelo sindicato, as propostas de lutas e as das táticas que o sindicato se propõe a desenvolver no biênio seguinte ao congresso. O plano de lutas está dividido em *lutas gerais*, *lutas específicas* e *outras lutas importantes*. As *lutas gerais* referem-se às reivindicações ligadas as questões ambientais, políticas, sociais e econômicas de cunho nacional e local. As *lutas específicas* referem-se as lutas pela qualidade social da educação pública; pela garantia do direito a educação, pela formação inicial e continuada das/os profissionais da educação; pela valorização profissional; pela ampliação e garantia dos direitos conquistados; pela melhoria das condições de trabalho e pelo acompanhamento e o controle social dos recursos da educação, entre outras. É importante mencionar que dentre as lutas específicas foram encontradas propostas referentes a formação pedagógica e sindical das/os professoras/es ativas/os e aposentadas/os promovidas pelo próprio sindicato com o intuito de reforçar a participação das/os trabalhadoras/es nas ações de resistência e luta. As *outras lutas importantes* referem-se às melhorias no plano de saúde dos servidores públicos – IPESAÚDE, aos direitos de ativas/os e aposentadas/os na previdência pública tanto dos segurados do IPESPVIDÊNCIA como dos segurados do INSS, as questões relativas à cultura, e as relativas à liberdade e autonomia de atuação da entidade sindical; f) *as alterações ao estatuto do SINTESE*.

As propostas, depois de aprovadas, devem fazer parte da agenda de lutas do sindicato. Uma das formas disso ocorrer é por meio das formações. O SINTESE possui práticas de formação⁵⁷ político-sindical e educacional sistemáticas, intencionalmente programadas (congressos, conferências, cursos, seminários e palestras) com o objetivo de fortalecer a luta sindical, o enraizamento na base e formar as/os professoras/es tornando-as/os capazes de despertar a consciência crítica, com a finalidade de repensar a sua prática docente e o seu papel em uma sociedade de classes. Entretanto, ao se analisarem as temáticas das formações e observar as lutas e os atos verificou-se que na prática as pautas referentes às questões relacionadas ao gênero são praticamente inexistentes. Chamou a atenção o fato de essas temáticas estarem inseridas nas *lutas gerais* e não nas *lutas específicas*, e isto acaba por reforçar a tese do “deixar para depois como bem afirmou a entrevistada” (Inês, 45 anos).

Todas as entrevistas apontam que a discussão de gênero é muito fraca no SINTESE, praticamente inexistente na entidade. A entrevistada Vanda (60 anos) afirmou que o sindicato ainda não tem uma política de gênero e quando os problemas surgem são trabalhados de forma pontual. “[...] temos uma discussão de gênero muito fraca, muito fragilizada. Nós temos demandas, é diferente de política” (Dirigente Vanda, 60 anos).

O entrevistado Paulo chamou a atenção para a ausência das temáticas de gênero em todas as instâncias de formação do sindicato e atribui essa ausência às próprias mulheres que não querem abrir a discussão por desinteresse ou vergonha. O entrevistado não cogitou a responsabilidade de os homens, contribuírem para a ausência dessa discussão, ele quer demonstrar que não há nenhum preconceito ou machismo por partes dos homens que fazem o sindicato, reconhecido como uma extensão da sociedade. Acredita-se que uma formação sobre essa temática conscientizaria não somente as/os professoras/es e as/os ajudaria a fazer o debate e enfrentar os desafios relacionados ao gênero.

Tem incorporado só que de forma muito tímida. A gente coloca muito tímida aí, porque tímida por si só já daria conta. Quando a gente coloca o muito dá uma ênfase maior. [...] A gente tem visto ausência nos congressos, conferências, nos encontros maiores e também nos encontros menores das regionais nas subsedes de discussão e de aprofundamento dessa temática. [...] Porque, talvez esteja dentro das próprias mulheres o sentimento de não abrir para discussão ou do assunto ser desinteressante, de ter vergonha de discutir aquelas situações, porque na medida em que muitas mulheres passam por violência no espaço do seu lar e não conseguem superar esta situação ela tem medo de abrir a discussão e isto vir à tona, ela descobrir. Muitos têm um bloqueio neste sentido, eu já conversei com diversas pessoas

⁵⁷ É importante salientar que as formações ofertadas pelo sindicato têm o papel de promover uma transformação social e estão pautadas na concepção pedagógica contra-hegemônica Histórico-crítico, conforme já foi abordada na seção 4, cuja palavra-chave é a emancipação humana.

que diz que não gosta de ler coisas dessa natureza, porque já passou por muita violência e já passou por muitas coisas e isto acaba trazendo para ela uma contrariedade. Mas, no espaço do sindicato a gente tem visto a extensão do que está e do que é na sociedade que é da omissão na discussão e da omissão de se fazer uma política pública efetiva onde possa conscientizar não apenas professores, mas que possa fazer uma formação de fato efetiva que empodere os professores a fazer debates e enfrentar desafios na superação desse problema (Dirigente Paulo, 35 anos).

Já a dirigente Inês acredita que o desinteresse em discutir gênero estaria relacionado, primeiro, às demandas do sindicato referente às lutas de classe, e, depois, pelo machismo de homens e mulheres, porque a discussão pode expor os pontos de vistas e acabar por constranger os dirigentes que pensam de forma retrógada. A respondente também revelou que, nos casos de violência que chegam ao sindicato, somente são trabalhado as questões legais não havendo, portanto, ações efetivas de prevenção e conscientização da violência contra mulheres, por exemplo. A fala da respondente deixou evidente que outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) tem incorporado a discussão de gênero e promovido formações nessa área.

[...] a gente tem muita dificuldade para isso. [...] Porque essa questão é periférica. *Como a demanda do sindicato é grande isto fica para depois.* Eu vou dar um exemplo, a gente vai ter uma conferência onde ficou acertado que a pauta de gênero estaria presente, mas como teve outras prioridades ficou para depois mais uma vez. Então, isso não interessa. Não interessa discutir gênero. [...] *é simplesmente machismo de homens e mulheres,* porque quando você começa a discutir você começa a mostrar suas ideias. Então, nós vivemos em uma sociedade hipócrita, onde não se é admitido você pensar certas coisas. E um dirigente sindical que tem uma visão retrógada, por exemplo, dessa questão de gênero, de homofobia é visto, não é visto com bons olhos. Então, é difícil a pessoa discutir sem dizer quem é realmente. Então para discutir a pessoa vai mostrar quem é realmente, o que pensa sobre aquilo, então é melhor não discutir. [...] *Se chegar uma pessoa espancada no SINTESE, a gente vai para as vias legais.* Entendeu? O que a gente está tentando, hoje, é começar a discutir isso para não ser só isso. Não se admite um sindicato ter mais de 80% de mulheres e ser só isso. Não dá para ser só isso! Eu consigo discutir isso com os outros movimentos, principalmente com o MST. É muito fácil discutir com o MST, é muito fácil discutir com o levante essas pautas. [...] Não sei se é porque eles têm essa formação desde o ventre, porque a maioria do movimento do MST tem pais militantes, você percebe isso, tem pais militantes, eles convivem em uma comunidade, vamos dizer, meio que fechada, deles. Então, eles também têm formação, eles têm muita formação, o pessoal do MST. Então, às vezes, eu até comento com as minhas companheiras que eu fico com vergonha de discutir com as meninas de 18 e 20 anos do MST, porque elas têm um acúmulo fantástico sobre gênero, sobre homofobia, então eu acho que é isso eles investem desde cedo na formação, então é suave se discutir com eles essas coisas (Dirigente Inês, 45 anos).

A partir das observações relacionadas na entidade, da análise das teses e das falas

das/os respondentes da pesquisa percebe-se que o SINTESE tem como discurso a igualdade nas relações de gênero, mas não se compromete, na prática, com a criação de políticas internas e externas que, efetivamente, discutam e promovam a igualdade entre homens e mulheres no espaço sindical e, conseqüentemente, na sociedade, por meio do trabalho docente.

O comportamento das/os integrantes do sindicato pode ser explicado a começar pelo que apontou a entrevistada Inês (45 anos), “[...] como a demanda do sindicato é grande isto fica para depois[...]”, esta demanda que ela coloca está relacionada às pautas principais do sindicato referentes a classe, uma vez que “[...]os sindicatos são órgãos preocupados essencialmente com vantagens materiais para o trabalhador, desenvolvendo periodicamente uma luta pela majoração de salários (ao lado, evidentemente, de lutar pela segurança social do trabalhador).” (SAFIOTTI, 2013, p.102). Essa pauta única faz com que aquelas/es que dirigem o sindicato só enxerguem a classe⁵⁸ como causa para todos os tipos de opressões, contudo esta não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora, através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades da pessoa possam ser reconciliadas e representadas (LOURO, 2003, p.52).

Em nome dessa pauta única, a entidade tem investido pouco na reflexão sobre a necessidade de democratização das práticas sindicais o voltar-se para si (sobre as demandas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, e geração, por exemplo). Delgado (1998, p.214) chama a atenção para o fato que os sindicatos tendem “[...] a ocultar a heterogeneidade da classe trabalhadora; e ao se ver a opressão das mulheres como contradição secundária, vê-se na organização das trabalhadoras um fator de divisão e fragmentação da luta política”. Nesse sentido, Souza-Lobo (1996) alerta que o discurso da “unidade de classe” é quase sempre utilizado para sufocar o debate sobre as relações de gênero e ocultar uma visão conservadora sobre a mulher expressa na ênfase nos papéis domésticos e que sua função nos sindicatos é complementar e apoiar a luta masculina.

A informante Inês (45 anos) deixou claro que pela dimensão do sindicato a pauta de gênero não é priorizada pela entidade e sempre fica para depois. Para Costa, os sindicatos desenvolvem raras ações para as mulheres e mesmo assim são tratadas com pouco interesse e

[...] relegadas a um segundo plano: não são vistas e planejadas como uma atividade política que necessita de recursos financeiros e pessoal capacitado. Geralmente, estas são atividades realizadas através do empenho pessoal de alguma líder que, no final, acaba “carregando” sozinha o trabalho sindical entre as mulheres. As políticas sindicais direcionadas para as mulheres

⁵⁸ Entendida como base para a compreensão de todas as contradições sociais e todas as formas de opressão.

enfrentam, ainda hoje, o descaso, quando não o boicote explícito dos dirigentes sindicais, apesar de já fazerem parte de muitos dos discursos destes dirigentes [...] A dificuldade ou resistência por parte das lideranças sindicais em entender o caráter assimétrico das construções de gênero e, nelas, as especificidades desse feminino construído socialmente impedem os sindicatos de desenvolver políticas mais eficientes e equitativas voltadas para a incorporação feminina. (COSTA, 2014, p.47; suprimimos).

Desde quando surgiu o SINTESE, as mulheres são maioria nos cargos de poder, entretanto seu empoderamento e ascensão não contribuíram para que suas pautas específicas sejam colocadas em evidência, por isso continuam reproduzindo e interiorizando a identificação com o patriarcalismo, como afirma Souza-Lobo (1996). Isso mostra que não adianta, apenas, as mulheres estarem inseridas no poder é preciso que elas compreendam a situação de subalternidade e as formas de opressões sofridas por elas em decorrência da dominação masculina na sociedade, cobrando das instituições como os sindicatos, iniciativas políticas para alterar essa realidade, colaborando, assim, para desconstrução dos valores e *habitus* patriarcais. Nesse sentido Cruz (2005), enfatiza que:

Para exercer de fato a democracia e a igualdade, o movimento sindical tem, na atualidade, o desafio de garantir não só a participação da mulher nas organizações sindicais, mas buscar compreender as diferenças na forma de pensar e agir de homens e das mulheres nessas organizações e em suas relações sociais (CRUZ, 2005, p.358).

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e uma forma de dar significado às relações de poder. Esse conceito estabelece uma diferença entre o biológico, conhecido como sexo, e o gênero que está relacionado à identidade cultural que se atribui e se adquire, e que torna os indivíduos reconhecíveis como homens e mulheres. Sardenberg (2010) enfatiza que o gênero organiza e legitima,

[...] não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias etc.. (SARDENBERG, 2010, p.47-48).

A abordagem das relações de gênero constitui-se uma ferramenta indispensável para compreender diversos processos sociais em educação, dentre eles, o trabalho docente e a própria militância sindical. Entende-se que as/os professoras/es precisam conhecer e se apropriar do conceito de gênero e das relações de poder a fim de contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa e que respeite as diversidades. Não há como promover a emancipação humana através da escola, se aqueles que a pensam e a fazem não

são capazes de compreender e se conscientizar da importância de promover a discussão e problematização das construções sociais que aprisionam sujeitos em papéis sociais fixos excluindo aqueles que não se enquadram nas regras sociais.

Em suma, a partir das questões que nortearam esta pesquisa, concluiu-se que a feminização do professorado não tem sido incorporada, como elemento de análise, pelo SINTESE, mesmo sua base de filiadas/os sendo em sua maioria composta por mulheres, maioria também existente nos cargos de poder; o empoderamento e ascensão da mulher não contribuíram para que suas pautas específicas sejam colocadas em evidência, por isso continuam reproduzindo e interiorizando a identificação com o patriarcalismo. Esse fato foi confirmado pelas/os dirigentes nas entrevistas, e, ao se analisarem as temáticas das formações e observar as lutas e os atos verificou-se que, na prática, as pautas referentes às questões relacionadas ao gênero são praticamente inexistentes, ou seja, o sindicato ainda não incorporou a perspectiva de gênero. Além disso, a pesquisa revelou as dificuldades que a mulher enfrenta para atuar no SINTESE. Segundo as entrevistas, os principais problemas são: o machismo proveniente da família e dos companheiros e companheiras de sindicato, a dupla/tripla jornada de trabalho que envolve o trabalho produtivo e o reprodutivo.

Quanto aos aspectos facilitadores do empoderamento e participação majoritária da mulher no SINTESE, a pesquisa demonstrou que a formação político-sindical desenvolvida com filiados de ambos os sexos é determinante para aproximar a base do sindicato, aliado ao sentimento de indignação pela negação de direitos, pelas péssimas condições de trabalho e renda. A formação político-sindical ofertada pelo sindicato no bojo da luta sindical a todas/os as/os dirigentes permite que as mulheres tenham acesso a teorias e informações que lhes autoriza a fazer análises das conjunturas política, econômica, educacional e histórica do mundo em que vivem, além de prepará-las para mesas de negociação com gestores de todos os municípios e da rede estadual. Esse acesso ao saber, aliado à participação e atuação em várias frentes de lutas da categoria docente, permite que as mulheres construam e reconstruam suas identidades como intelectuais, militantes e empoderadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto é fruto de leituras e reflexões a respeito da questão de gênero permeada pela relação de classe, consubstanciada pela processualidade do sindicato que tem como parâmetro a defesa dos direitos do trabalhador e a luta contra imposição da extração/apropriação particular do excedente pelo capital. O objetivo geral foi analisar e dar visibilidade às relações de gênero e à construção das identidades, destacando avanços na democratização das relações sociais, das/os sindicalizadas/os do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE) no bojo do desenvolvimento e amadurecimento sindical. Neste sentido, a concepção deste trabalho leva em conta que as relações de gênero são o produto das interações sociais, das ações e do comportamento cotidiano dos sujeitos na sociedade. O poder não é indiferente às relações de gênero; elas são constituídas e reproduzidas a partir das relações de poder que incidem diretamente nas relações de gênero, e nesse processo as identidades são dialeticamente construídas.

Os resultados da pesquisa informam a predominância de homens nos sindicatos docentes nos cargos diretivos de poder/decisão, particularmente nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, embora as mulheres sejam maioria na profissão docente. Na Região Sul, as mulheres são maioria comparativamente aos homens. No Nordeste, o número de homens e mulheres nas direções das entidades mostra-se equilibrado.

A partir das pesquisas realizadas, concluiu-se que, no Brasil, ainda não há, até o momento, um estudo que tenha se proposto a mapear o número de sindicatos docentes, o número de filiadas/os e de dirigentes desses, por sexo. Esse fato dificulta o trabalho do/a pesquisador/a, além de contribuir para que os percentuais da predominância do poder masculina nas diretorias e presidências de sindicatos docentes permaneçam inalteráveis, porque, sem divulgação dos percentuais, não há como refletir sobre isso e lutar para que os números e a participação em postos de poder nas entidades sindicais docentes sejam mais equânimes. Portanto, faz-se necessário proceder a uma pesquisa ampla e abrangente em todo o território nacional, pois esses dados são imprescindíveis para que seja realizada uma análise completa de gênero sobre o sindicalismo docente no Brasil.

Em Sergipe, tanto no SINTESE como no SINDIPEMA, as mulheres são maioria no número de filiadas/os e no número de dirigente. No SINTESE, elas representam 84,9% do número de filiadas/os e 78,6% nos cargos de poder, na direção executiva. A pesquisa demonstrou que no caso do SINTESE a formação político-sindical desenvolvida com

filiadas/os de ambos os sexos é determinante para aproximar a base do sindicato, aliado ao sentimento de indignação pela negação de direitos, pelas péssimas condições de trabalho e renda. A formação político-sindical ofertada pelo sindicato, no bojo da luta sindical a todas/os as/os dirigentes permite que as mulheres tenham acesso a teorias e informações que lhes permite fazer análises das conjunturas política, econômica, educacional e histórica do mundo em que vivem, além de prepará-las para mesas de negociação com gestores de todos os municípios e da rede estadual. O acesso ao saber, aliado à participação e atuação em várias frentes de lutas da categoria docente, permite que as mulheres construam e reconstruam suas identidades como intelectuais, militantes e empoderadas.

Contudo, ao se analisarem as temáticas das formações, e observar as lutas e os atos, verificou-se que, na prática, as pautas referentes às questões relacionadas ao gênero são praticamente inexistentes, ou seja, o sindicato ainda não incorporou a perspectiva de gênero, uma vez que a cultura da pauta única na organização é predominantemente voltada para as questões de classe, não privilegiando o enfoque de gênero. A exclusividade do enfoque na classe indica que toda a opressão deriva da velha luta de classes sociais e serve para sufocar o debate sobre as relações de gênero e ocultar uma visão conservadora sobre a mulher, expressa na ênfase nos papéis domésticos, e que sua função nos sindicatos é complementar e apoiar a luta masculina.

O que foi exposto mostra que, mesmo a base de filiadas/os sendo em sua maioria mulheres e nos cargos de poder também, o empoderamento e ascensão não contribuíram para que suas pautas específicas sejam colocadas em evidência e continuam reproduzindo e interiorizando a identificação com o patriarcalismo. Portanto, não adianta, apenas, as mulheres estarem inseridas no poder, é preciso que elas compreendam a situação de subalternidade e as formas de opressão sofridas, em decorrência da dominação masculina na sociedade, cobrando das instituições como os sindicatos iniciativas políticas para alterar essa realidade, colaborando, assim, para a desconstrução dos valores e *habitus* patriarcais. As mulheres que estão ocupando cargos de poder no SINTESE e as mulheres da base que as elegeram precisam compreender que além de representarem a classe docente na entidade elas precisam representar verdadeiramente as mulheres em suas pautas específicas.

Compreende-se que a introdução de uma incorporação de abordagem de gênero para o SINTESE deve levar em consideração:

- Aumentar a percepção das mulheres de que seus direitos estão amparados por leis, mas é somente através de sua participação política na organização e na solidariedade mútua que eles serão implementados;

- estabelecer parcerias entre a Diretoria de Políticas Sociais e Questões de Gênero, Etnias e Diversidades com outras diretorias sindicais como, por exemplo: a Diretoria de Educação (para que as mulheres tenham acesso a cursos sobre participação política, análises de conjuntura e debates teóricos sobre o trabalho organizado com uma perspectiva de gênero) e com a Diretoria Desportivo Sócio-cultural para organizar, de forma conjugada, peças de teatro palestras e cursos com uma perspectiva de gênero;
- instituir nos cronogramas das práticas pedagógicas da resistência, das conferências e dos congressos da entidade um momento de formação e discussão de temas relativos a uma perspectiva de gênero.
- elaborar lista de reivindicações das mulheres, introduzindo gênero nas ações de negociação e estabelecer planos para que o sindicato assuma tais reivindicações.

O SINTESE tem como discurso a igualdade nas relações de gênero, mas não se compromete, na prática, com a criação de políticas internas e externas que, efetivamente, discutam e promovam a igualdade entre homens e mulheres no espaço sindical e, conseqüentemente, na sociedade, por meio do trabalho docente.

A pesquisa revelou que entre as dificuldades que a mulher enfrenta para atuar no SINTESE estão o machismo proveniente da família e das/os companheiras/os de sindicato, a dupla/tripla jornada de trabalho que envolve o trabalho produtivo e o reprodutivo.

Os dados demonstram que a mulher que atua no sindicato precisa se revestir de uma identidade de gênero masculina para ser aceita pela maioria do grupo, já que, para o senso comum, as características femininas não servem para atuar no sindicato. Nesse sentido, rejeita-se, inconscientemente, a identidade feminina, uma vez que os sindicatos foram construídos historicamente com base na imagem do mundo masculino.

Para esta pesquisa anteciparam-se uma hipótese geral e uma hipótese específica em virtude da particularidade do objeto. A partir da *hipótese geral* afirma-se que o sindicalismo docente pode se constituir como um aparelho de socialização secundária que permite a transformação das identidades “dominadas” em identidades “militantes”/empoderadas. A transformação da socialização das identidades constituiu uma condição primordial ao êxito da democratização e transformação social.

A dimensão política foi incorporada à vida cotidiana, levando-se em conta o pressuposto de que as relações sociais de gênero são construídas, ou seja, que os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade são construídos e tecidos no contexto social mais amplo.

Os dados obtidos confirmam a hipótese *específica* de que *‘as mulheres docentes ocupam majoritariamente os cargos na direção do SINTESE, porque sua base de filiados é constituída predominantemente por mulheres, estas, ao longo dos anos, vêm conquistando espaços de empoderamento na sociedade’*. As/os entrevistadas/os reconhecem que o machismo de homens e mulheres está presente na entidade, de alguma maneira, e que isso dificulta a atuação sindical e afasta dirigentes da entidade. Contudo, o acesso de mulheres a cargos de poder constitui uma das formas de resistência e luta contra o machismo que ainda impera na sociedade, bem como possibilita ampliar as experiências e visões de mundo das mulheres permitindo expandir o alcance da luta pela democracia por meio da equidade de gênero.

Com base nos dados conclui-se que as *trajetórias de participação das docentes no SINTESE* e em outros grupos sociais hierarquizam-se nos âmbitos privado/público, constituem exemplos de formas de sociabilidade, contendo elementos de conflito gerado pela dominação patriarcal, reforçadores da diferença de gênero, e possibilitam conhecer os limites para a ampliação da cidadania. A fragilidade da participação pública e política ocorre em correlação com uma conjuntura histórica, na qual a dimensão pública foi pouco desenvolvida pelo conjunto da sociedade. Vale lembrar que o interesse de liberdade apresentado por mulheres contrasta com as formas institucionalizadas que fundam a dicotomia entre as esferas privada/pública, num processo alternativo abrangente, encaminhando o processo produtivo à coletividade. É através dessas identidades que elas, embora de maneira fragmentária e difusa, frequentam o “público” no ideário apresentado nos vários espaços do social.

Avalia-se que no movimento sindical a pauta de gênero ainda fica aquém das reivindicações e lutas. Nesse sentido, a questão é como se pode pensar em construir a emancipação da sociedade para além do capital, se a questão de gênero não tem sido tratada com a devida atenção e dedicação por parte das/os sindicalistas e destas/es com a base, ao contrário observa-se que as próprias mulheres sindicalistas não têm colocado na prática a visão que, como líderes, são formadoras de opinião e de consciência.

Entretanto, não se deve esquecer da importância do papel da mulher no movimento sindical, especialmente no sindicalismo docente. Sua participação tem sido fundamental para: conquistar seu reconhecimento como sujeito político; ampliar o número de sindicalizados em vários ramos do trabalho, em todo o mundo; estimular nos sindicatos a compreensão das relações sociais levando em conta a maneira diferenciada como homens e mulheres são incorporados ao mundo do trabalho sem esquecer os dilemas que afetam a vida das mulheres trabalhadoras. Em suma, a participação das mulheres nos sindicatos tem lhes permitido um

maior empoderamento feminino, pois permite à mulher a construção de uma autoestima e confiança em si mesma, o desenvolvimento da habilidade de pensar criticamente e promover a tomada de decisões e de ações tanto na sua vida militante como em sua vida privada.

O SINTESE, construído e dirigido por maioria de mulheres, conquistou o respeito e a admiração da população e de diversas instituições de seu estado, como também de várias instituições sindicais e educacionais de outros estados da federação e até de outros países, pela forma como tem conduzido a luta nas redes estadual e municipais de 74 municípios sergipanos. Nos seus 40 anos de existência, o sindicato fez da formação político sindical da sua base e de seus dirigentes a palavra-chave e isso tem permitido que homens e mulheres tenham acesso ao seu maior capital “o conhecimento”. Por meio deste, a instituição não tem apenas proposto aos gestores públicos os direitos trabalhistas de suas/suas filiadas/os, ela interveio nas políticas educacionais de seu estado, propondo transformações sociais e a emancipação humana da sociedade, por meio da educação. Não obstante, ao não promover a incorporação da temática de gênero no sindicato, como uma de suas políticas de luta, a instituição não conseguirá cumprir, na íntegra, um de seus maiores objetivos o de uma sociedade interacional nova, na qual a emancipação humana alcance ter a luta pela afirmação da mulher, da liberdade sindical, respeitadas as diferenças e etnias.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1995.
- ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: APEP, NEPO/ UNICAMP e CEDELAR, UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.
- ARAÚJO, Cidália et al. **Estudo de caso: métodos de investigação em educação**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em < http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 30 de jul. 2015.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. 10. ed. 6 reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferenças, poemas e corpos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 1977.
- BASTOS, Ivana Silva. **A visão do feminino nas religiões afro-brasileiras**. CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Número 14 – Set. de 2009. p.156-165.
- BAUER, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967. p.500. 2v.
- BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins e KAMADA, Fabiana Larissa. **Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos**. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/13656/11077>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa, 9. ed.. São Paulo: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2006. p. 7-17.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 09/2001. **Diretrizes Curriculares**

Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 18 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em jan. de 2017.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, em 23/12/1996. Brasília (DF), 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, em 26/06/2014. Brasília (DF), 26 de junho de 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A teologia da libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade.** In: Seminário de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011, Goiânia-Goiás. Disponível em: https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em jul. de 2016.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebeca. **Gênero: uma perspectiva global.** Trad. Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: Versos, 2015.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas**, número especial, 1994. p. 271-290.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível.** Trad. Lara Cristina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e poder no espaço sindical.** Revista Estudos Feministas. v. 3, n. 1, 1995, p. 29-51.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt. v. 2. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.169-285.

CHANTLER, Khatidja. BURNS, Diane. Metodologias feministas. In: SOMEKH, Bridget. LEWIN, Cathy. **Teoria e métodos de pesquisa social** (Org.). Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** São Paulo: Cortez, 2014.

CODO, Wanderley (coord.). **Educação: carinho e trabalho.** 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes/Brasília: CNTE: Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2002.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação.** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Apropriação

da categoria gênero em teses e dissertações brasileiras sobre sindicalismo docentes. In: DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira (Org.). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2015. p.185-210.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete. ALVES, Ívia. MACÊDO, Márcia (Org.). **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As mulheres no sindicato. **Revista Feminismos**. V. 2, n. 2, maio-ago. 2014. p. 40-52. Disponível em: <https://www.Feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em: dez. de 2016.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho gênero e cidadania: tradição e modernidade**. Aracaju: Editora da UFS, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Feminismo e gênero: legitimidade e organização no mundo Acadêmico no espaço local da UFS**. Cadernos UFS. Serviço Social, v. 9, 2007. p. 129-151.

CRUZ, Maria Helena Santana. A crítica feminista à ciência e contribuição à pesquisa nas Ciências Humanas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 07, n.12, jan-abr, 2014. p. 15-27.

DAL ROSSO, Sadi (org). **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena. et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Ângela. FARIA, Nalu. GODINHO, Tatau. **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

DENZIN, Norman K.; et al. Paradigmas e perspectivas em transição. Parte II. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DEVREUX, Anne. Pierre Bourdieu e as relações entre os sexos: uma lucidez obstruída. In: DEVREUX, A., et al. (Orgs). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour**. Trad. Lineimar Pereira Martins. Editora Unesp/UnB, 2014. p.85-103.

DRUMONT, M.P. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas: São Paulo, 1980. p. 81-85. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>>. Acesso em: mar. de 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALCI, M. K.. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, M.; PINSKY, C. B. (Coords.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p.241-277.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. (Coord.) FERREIRA, Maria Baird; ANJOS, Margarida dos. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. – 5. ed. – Curitiba: Positivo, 2010. p. 1301.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Desconforto e invisibilidade**: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. Educação em Revista. Belo Horizonte, n.47. jun. 2008. p.15-40.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Identidades professorais em movimento no contexto do sindicalismo docente**: a criação do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO. Pelotas, 2014.

Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/4648>.

<Acesso em: 28 de nov. de 2016.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato & versões** / n.2 v.1. 2009. p.3-16.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Genologia e poder. In: **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupos de Estudos e Pesquisas em História da Educação/ NPGED, 2003.

GALLETI, Luiz Carlos. Gênese e evolução das organizações dos trabalhadores da educação básica em Sergipe. In: DAL ROSSO, Sadi. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; (orgs). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**: uma visão internacional. Brasília: Paralelo 15, 2015.

GARCIA, Maria Manuela Alves. HYPOLITO, Álvaro Moreira. VIEIRA, Jarbas Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005.

GIANNOTTI, Vito. **A liberdade sindical no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. In: _____. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis, 1998, p.1-18. Disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil**.

Novos Estudos Cebrap, n. 54, julho/1999, p. 147-156.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil império**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.7-46.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA Tomáz Tadeu da. (Org.). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

HIRATA, Helena. Tecnologia, qualificação e divisão sexual do trabalho. In: _____. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.197-220.

HYPÓLITO, Álvaro L. Moreira. **Trabalho docente classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Departamento de População e Indicadores Sociais. **Sindicatos: indicadores sociais 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**, Brasília: Inep, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 22**. Brasília: Ipea, 2014.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. A mulher juíza e a juíza mulher. BRUSCHINI, C; HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Orgs.). **Horizontes plurais: Novos estudos no Brasil**. São Paulo: FCC, São Paulo: Editora 34, 1998. p. 135-161.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. Reino Unido: Universidade de Birmingham. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 117-130, Jul/Dez 2001. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: W Editora Vozes. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 443-479.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.9-34.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: Série Antropologia, 2000. p.2-19.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

E-book disponível de: <http://lelivros.download/book/baixar-livro-o-capital-carl-marx-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 01 de set. de 2016.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? Curitiba: **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36, jun. 2010. p. 68.

MIGUEL, Luiz Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luiz Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-29.

NEVES, Magda de Almeida. Restruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças permanências e desafios. Campinas: PEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM/SÃO PAULO, Ed. 34, 2000, p.171-185.

HOMENS RECEBEM SALÁRIOS 30% MAIORES QUE AS MULHERES NO BRASIL (2009). In: **Observatório Brasil da igualdade de gênero**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em 10 set. 2016.

OLIVEIRA, Catarina Nascimento. **Sindicalismo na educação**: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996). 2002. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad.: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.15-65.

POSTHUMA, A mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. IN: ABRAMO, L., ABREU, A. R. P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST/SERT,1998.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas para mulheres: transversalizar é preciso. In: ALVES, Ivia. SCHEFLER, Maria de Lourdes. VASQUEZ, Petilda Serva. AQUINO, Silvia de. (Org.).

Travessias de gênero na perspectiva feminista. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p.25.

PRÁ, Jussara Reis. Transversalização de Gênero nas Políticas Públicas. REDOR, XIX. Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2016. **Anais...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão:** sindicalismo docente da educação básica no Brasil. Brasília: Paralelo 15, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RIOT-SARCEY, Michele. Michael Foucault para pensar o gênero: Sujeito e poder. In: DEVREUX, A., et al. (orgs). **O gênero nas ciências sociais:** Releituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour. Trad. Lineimar Pereira Martins. Editora Unesp/UnB, 2014. p.553-567.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo.** 2 ed. São Paulo: Fapesp, 2002.

ROSALDO, M. Zimbalist. Introdução; A cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, et al. **A Mulher a cultura e a sociedade.** São Paulo: Paz e Terra. 1979. p.17-65.

SACKS, Karen. Engels, revisitado; a mulher, a organização da produção e da propriedade privada. In: ROSALDO, M. Z. **Mulher a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 185-205.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivã; SCHEFLER, Maria de Lourdes; PETILDA, Serva Vasquez; AQUINO, Silvia de. (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista.** Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. (Coleção Bahianas. 12).

RUBIN, Gayle. **El tráfico de mujeres:** notas sobre la 'economia política' del sexo. **Nueva Antropología,** México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **O Poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **Gênero, patriarcado, violência.** 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Maria Oliveira dos. **Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores.** 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecossistema da modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: Editora da UFS, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**: 2004, v. 12, n.2. p. 35-50.

SCOTT, J. W.. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. 1995. p. 71-99.

SCOTT, J. W.. O Enigma da Igualdade. In: **Estudos feministas**, FH/CCE/UFSC, v. 13, n. 1/2005, p.11-30.

SAVIANI, D.. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D.. Teorias pedagógicas contra - hegemônicas no Brasil. UNIOEST: Foz do Iguaçu: Ideação **Revista do Centro de Educação e Letras**, 2008, V. 10, n. 2. p.11-28. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465/3387>. Acesso em dez. de 2016.

SILVA, Maria Izabel Ladeira, **Sindicalismo no setor público em Sergipe**: o caso da educação. 1997. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

SILVA, Tomaz T. da. **O que produz e o que reproduz em Educação**. Ensaios de Sociologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DE ENSINO DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE). **Caderno de Tese**: XV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação. SINTESE, 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DE ENSINO DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE). **A Escola democrática e popular**: a Educação que queremos – projeto para a educação pública de Sergipe. SINTESE, 2013.

SOARES, Claudete Gomes. **Teologia da libertação no Brasil**: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2000

SOUZA, Josefa Eliana. **O programa de instrução pública de Tavares Bastos (1861-1873)**: concepções a partir do modelo norte-americano. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. 2. ed. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 1996.

SOUZA, Ricardo André de. **O movimento sindical dos professores**: memória e história da luta dos trabalhadores em educação de Lagarto (1982 a 2009). 123 f. Monografia (licenciatura em História). Faculdade José Augusto Vieira – FJV. Lagarto/SE, 2011.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, v 3, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Trad. Judith Hoffnagel, Karina Falconi. São Paulo: Contexto, 2008.

VICENTINI, Paula Perin. LUGLI, Rosário S. Genta. Associatismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In: DAL ROSSO, Dali. **Associatismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Parábola 15, 2011. V.1

WEBER, Max. **Economia y sociedade**: Esbozo de Sociología comprensiva. 2.ed. 2 reimpr. España: Fondo de Cultura Económica, 2002. 1272p. Disponível em: <<https://zoonpolitikonmx.files.wordpress.com/2014/08/max-weber-economia-y-sociedad.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



APÊNDICE A

**QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DAS/OS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS
 TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DE ENSINO DE
 SERGIPE**

1. DADOS PESSOAIS/caracterização:

1.1 Sexo Biológico (marque apenas uma resposta):

Feminino

Masculino

1.2 Informe sua idade: _____

1.3 Informe o seu estado civil (marque apenas uma resposta):

Solteiro/a

Viúvo/a

Casado/a

União estável

Separado/a e ou divorciado/a

Outros

1.4 Possui filhas/os?

Sim

Não

1.5 Em caso afirmativo, informe o número de filhos/as: _____

1.6 Raça: (marque apenas uma resposta)

Branca

Outras

Negra

Não declarado

Indígena

1.7 Informe a sua religião, caso possua: _____

1.8 Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (marque apenas uma resposta)

De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 880,00 até R\$ 2.640,00).

- () De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.640,00 até R\$ 5.280,00).
 () De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ \$ 5.280,00até R\$ 7.920,00).
 () De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.920,00 até R\$ 10.560,00).
 () De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 10.560,00 até R\$ 13.200,00).
 () Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 13.200,00).

1.9 Qual é a escolaridade da sua mãe? (marque apenas uma resposta)

- () Não-Alfabetizada () Médio Completo
 () Fundamental Incompleto () Graduação Incompleta
 () Fundamental Completo () Graduação Completa
 () Ensino Médio Incompleto () Pós-Graduação

1.10 Qual é a escolaridade do seu pai? (marque apenas uma resposta):

- () Não-Alfabetizado () Médio Completo
 () Fundamental incompleto () Graduação Incompleta
 () Fundamental Completo () Graduação Completa
 () Ensino Médio Incompleto () Pós-Graduação

1.11 Informe a profissão da sua mãe: _____

1.12 Informe a profissão do seu pai: _____

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA:

2.1 Informe o nível da sua formação: (marque apenas uma resposta)

- () Nível médio () Especialização () Doutorado
 () Graduação () Mestrado

3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 Você é um(a) docente que está: (marque apenas uma resposta)

- () Ativo/a () Aposentado/a

3.2 Quantos vínculos de trabalho possui? (marque apenas uma resposta)

- () 1 () 2 () 3

3.3 Rede(s) de ensino(s) em que trabalha/ou como docente: (marque apenas uma resposta)

- () Pública Municipal () Público Municipal e Estadual e Rede
 () Pública Estadual Privada
 () Pública Municipal e Estadual

3.4 Níveis de Ensino que você leciona/ou:

- Creche
- Educação Infantil
- Fundamental I
- Fundamental II
- Médio
- Graduação
- Pós-graduação

4 EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO SINTESE

4.1 Você é membro:

- Da direção executiva
- Das Coordenações de subsedes
- Membro do CERES

4.2 A quanto tempo é filiado(a) ao SINTESE: (marque apenas uma resposta)

- De 1 a 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 12 anos
- De 12 a 15 anos
- De 15 a 18 anos
- De 18 a 21 anos
- Mais de 21 anos

4.3 A quanto tempo é dirigente do SINTESE: (marque apenas uma resposta)

- De 1 a 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 12 anos
- De 12 a 15 anos
- De 15 a 18 anos
- De 18 a 21 anos
- Mais de 21 anos

4.4 Antes de ser dirigente do SINTESE você foi militante dessa entidade?

Sim

Não

4.5 Informe onde você atuou: (pode marcar mais de uma resposta)

Delegado/a Sindical de Base

Delegado/a Sindical Adjunto/a

Membro da comissão de negociação

Representante do SINTESE em comissões como: Gestão da Carreira, Conselho do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, etc..

4.6 Cite as razões que te levaram a militar no SINTESE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



APÊNDICE B

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS - DOCENTES:

1. DADOS PESSOAIS/caracterização:

- 1.1 – Nome fictício: _____
- 1.2 - Sexo/Biológico: _____
- 1.3 - Idade: _____
- 1.4 - Estado civil: _____
- 1.5 - Número de filhos: _____
- 1.6 - Município que reside: _____
- 1.7 - Raça: _____
- 1.8 - Religião _____
- 1.9 - Escolaridade da mãe: _____ e do pai _____
- 1.10 - Profissão da mãe _____ e do pai: _____

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA:

2.1. Instituição de Ensino em que cursou a:

a) Graduação

b) Pós-graduação:

Lato sensu: Especialização

Stricto sensu: Mestrado e Doutorado

3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 Rede/de ensino/s em que trabalha como professor/a:

3.2 Anos e/ou séries que leciona:

3.3 Disciplinas que leciona:

3.4 Renda em salários:

3.5 Motivos da escolha da profissão de professor/a? Quem te influenciou?

3.6 Como avalia as demandas de formação/capacitação colocadas para a este trabalho?

4 EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO SINTESE

- 4.1 - Motivos da filiação ao SINTESE como militante de base e como dirigente?
- 4.2 - O que é preciso para ser um/a bom/boa dirigente sindical?
- 4.3 - Quais competências e habilidades deve ter um/a líder sindical?
- 4.4 - Quanto tempo de filiação e desenvolvimento da função?
- 4.5 - Percebe diferenças nas oportunidades de acesso/ascensão vertical e horizontal entre mulheres e homens na carreira/profissão?
- 4.6 - Por que os cargos da Direção Executiva e de algumas subseções são ocupados majoritariamente por mulheres no SINTESE?
- 4.7 - As relações de poder, as hierarquias criam barreiras, dificuldades no desenvolvimento das atividades sindicais?
- 4.8 - O que você entende por gênero⁵⁹, como esta abordagem vem sendo incorporada na política sindical entre filiados e dirigentes? (assédio moral/sexual, violência contra a mulher, gays, lésbicas e transexuais, negros e idosos?)

5 ARTICULAÇÃO/INTEGRAÇÃO TRABALHO PRODUTIVO/REPRODUTIVO

- 5.1 - Como sua família vê a sua atuação no sindicato? Já sofreu (ou sofre) preconceitos por causa da militância?
- 5.2 - Como ocorre o compartilhamento/divisão do trabalho nas atividades:
 - a) reprodutivas /familiares
 - b) na administração da casa;
 - c) no orçamento doméstico;
 - d) na educação dos filhos.
- 5.3 - Quais dificuldades enfrenta para conciliar carreira com as responsabilidades familiares?
- 5.4 - Quais são suas expectativas pessoais e profissionais?

⁵⁹ Atualmente, o gênero tem tido muita repercussão nos meios de comunicação, principalmente, especialmente, após várias Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores do Brasil, retirarem dos Planos Estaduais e Municipais de Educação a palavra gênero – a pedido da bancada evangélica e dos movimentos católicos.